

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Medicina**  
**Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência**

Wagner Junio Ribeiro

**DA INDIGNAÇÃO CRÍTICA À AÇÃO INTERSECCIONAL: registros da construção  
de uma disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória em musicoterapia, na  
encruzilhada da promoção da saúde e da prevenção da violência**

Belo Horizonte  
2025

Wagner Junio Ribeiro

**DA INDIGNAÇÃO CRÍTICA À AÇÃO INTERSECCIONAL: registros da construção de uma disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória em musicoterapia, na encruzilhada da promoção da saúde e da prevenção da violência**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Ribeiro

Coorientadora Profa. Dra. Verônica Magalhães Rosário

Belo Horizonte  
2025

R484i Ribeiro, Wagner Junio.  
Da indignação crítica à ação interseccional [recurso eletrônico]: registros da construção de uma disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória em musicoterapia, na encruzilhada da promoção da saúde e da prevenção da violência. / Wagner Junio Ribeiro. - - Belo Horizonte: 2025.  
132f.: il.  
Formato: PDF.  
Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Luiz Paulo Ribeiro.  
Coorientador (a): Verônica Magalhães Rosário.  
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.  
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Musicoterapia. 2. Enquadramento Interseccional. 3. Violência. 4. Promoção da Saúde. 5. Empoderamento. 6. Dissertação Acadêmica. I. Ribeiro, Luiz Paulo. II. Rosário, Verônica Magalhães. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WB 550

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE MEDICINA - CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às quatorze horas do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte cinco, na Faculdade de Medicina, Sala 526 - Sala do Centro de Pós-Graduação, realizou-se a sessão pública para a defesa de dissertação de **WAGNER JÚNIO RIBEIRO**, número de registro **2024660465**, graduado no curso de MUSICA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em **PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**. A Presidência da sessão coube ao Prof. Luiz Paulo Ribeiro - Orientador (UFMG). Inicialmente o Presidente após dar conhecimento aos presentes sobre o teor das Normas Regulamentares do trabalho final de Pós-Graduação, fez a apresentação da Comissão Examinadora constituída pelos Professores: Prof.<sup>a</sup> Veronica Magalhaes Rosario (UFMG), Prof.<sup>a</sup> Amanda Marcia dos Santos Reinaldo (UFMG), Prof.<sup>a</sup> Andressa Dias Arndt (UNESPAR) - TITULARES e Prof.<sup>a</sup>. Beatriz de Freitas Salles (UnB) - SUPLENTE. Em seguida o Presidente autorizou o aluno a iniciar a apresentação de seu trabalho final intitulado: "**DA INDIGNAÇÃO CRÍTICA À AÇÃO INTERSECCIONAL: registros da construção de uma disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória em Musicoterapia, na encruzilhada da promoção da saúde e da prevenção da violência**". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar a defesa de dissertação **APROVADA**. O resultado final foi comunicado publicamente ao aluno pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, após lida, será assinada eletronicamente por todos os membros da Comissão Examinadora presente através do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do Governo Federal.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 02/12/2025, às 20:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marcia dos Santos Reinaldo, Professora do Magistério Superior**, em 03/12/2025, às 07:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andressa Dias Arndt, Usuário Externo**, em 08/12/2025, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Veronica Magalhaes Rosario, Membro**, em 29/01/2026, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4713973** e o código CRC **978584FE**.

---

---

Referência: Processo nº 23072.268378/2025-27

SEI nº 4713973

[àquelas e àqueles que vieram antes,  
pavimentando o caminho.

a quem caminha junto, nunca me deixando  
andar só.

Mo Dupé]

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho se trata acima de qualquer coisa de afeto, afeto pelas minhas e pelos meus, afeto pela musicoterapia e afetuosamente deixo aqui meus agradecimentos, minhas salvaçãoes (na minha casa salvamos como reverencia os mais velhos e os ancestrais) e bato cabeça.

Salvo a Exu, senhor da encruzilhada que pavimenta o caminho desta dissertação. Bato cabeça e salvo Ossaim e Iemanjá, meu pai e minha mãe querida, que nunca me desamparam e engrandecem minha vida. Aos orixás com o profundo da minha alma bato cabeça e salvo, assim como aos Ancestrais, cujas as pegadas servem de referência ao meu próprio caminhar. Bato cabeça e salvo minha Mãe Bárbara e meu pai Vaguinho, hoje ancestralizados no Orum, mas eternamente raízes de todo afeto que existe em mim, como amo vocês. Salvo minha irmã Carlandréia, por tanto amor e por me ensinar tanto, inclusive a aprender. Te agradeço minha Irmã pela partilha da poesia e ao Jacó pelo carinho paternal, pelo incentivo à arte e por tantas boas risadas - meus ancestrais vivos - motumbá. Salvo meu irmão Beto e a toda minha afetuosa família.

Agradeço amorosamente ao Kayo, meu sereio, que cuidou de mim com tanta compreensão e afeto enquanto eu mergulhava nessa jornada. Por cada gesto de carinho, por cada risada eu te agradeço e te amo no cantinho mais reconfortante do meu coração.

Salvo e agradeço ao Luiz e a Verônica pela orientação generosa e emancipatória. Obrigado por me guiarem no atravessamento de tantas encruzilhadas de maneira tão afetuosa. Iemanjá me deu dois amigos, tesouros valiosos.

Agradeço e salvo o Fred, obrigado pela colaboração neste trabalho e por tanto que você representa - sua bença irmão!

Agradeço e salvo Amanda, Andressa e Bia, por serem referência e por me brindarem com tão atenciosa e valiosa companhia nesta banca.

Bato cabeça e salvo meu Pai Vitor e minha Mãe Deni, obrigado por cada palavra, cada conselho, cada ensinamento, nas palavras e nos silêncios sagrados. Salvo também meu Egbé - motumbá!

Agradeço às amigas e amigos por caminharem ao lado como cajado afetuoso. Agradeço em especial ao Mário, a Anita e sua família, a Vivi e sua família, a Bruna, a Ju Brito e sua família, ao Luter e a Nayara, que estiveram mais próximos de mim durante a jornada agridoce da escrita.

Agradeço às minhas amigas e amigos do Coletivo Musicoteraprets, da Orquestra Mineira de Brega, do Salada de Frutas, do Meu Samba é Reza, da Charanga, do Doce Lar, do

CDDown e ao Felipe Beker e família pela compreensão de algumas ausências, pelo incentivo e afeto.

Agradeço às amigas e amigos da turma pelas boas risadas e apoio, bem como ao grupo de orientação de pesquisa, em especial ao Rodrigo, ao Ivison e a Mariana, pela amizade afetuosa e pela leitura preliminar carinhosa e tão contributiva.

Agradeço aos Professores do PSPV, com abraço especial para Jandira pela acolhida atenciosa, aos professores da musicoterapia por me receberem tão gentilmente como par e a Poliana da Sec. da Escola de Música pelo carinho e empenho para que toda a burocracia fosse mais leve e efetiva.

E por fim, um agradecimento especial às Alunas e Alunos da Disciplina “Tópicos em Musicoterapia: Prevenção e Enfrentamento às Violências, Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia”, que se aventuraram comigo nesse Quilombo. Vocês inauguram um movimento histórico na musicoterapia brasileira! Obrigado pela confiança e dedicação, sem vocês nada disso faria sentido.

## RESUMO

Esta dissertação investiga a urgência de incorporar perspectivas interseccionais, decoloniais e anti-opressivas na formação e prática da Musicoterapia no Brasil, articulando uma crítica teórica, um diagnóstico curricular e uma proposta de intervenção pedagógica. O estudo parte da premissa de que a musicoterapia, como campo da saúde, necessita de uma reflexão crítica sobre seu papel na reprodução ou no enfrentamento de violências estruturais. A partir de uma revisão crítica da literatura, o primeiro capítulo estabelece a necessidade de uma abordagem que integre saberes antirracistas, feministas e *queers*, reconhecendo como as complexas interações entre raça, gênero e sexualidade impactam o acesso e a qualidade do cuidado em saúde, perpetuando desigualdades históricas. Em um segundo momento, a pesquisa avança para uma análise empírica, de natureza qualitativa e exploratório-descritiva, dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e Planos Políticos Pedagógicos (PPP) das graduações em Musicoterapia no país. Os resultados desta análise documental revelam uma lacuna significativa: embora discursos sobre diversidade estejam presentes, a incorporação de temáticas interseccionais ocorre de forma marginal, frequentemente relegada a um currículo oculto, por meio de atividades de extensão ou ações pontuais, sem uma integração efetiva e estrutural à matriz curricular formal. Como resposta direta a essa lacuna diagnosticada, e como produto deste Mestrado Profissional, o terceiro capítulo apresenta a construção de uma disciplina para o curso de Musicoterapia da UFMG. Intitulada “Prevenção e Enfrentamento às Violências, Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia”, a proposta estrutura-se sobre quatro caminhos: Interseccionalidade, Violências, Teorias Decoloniais Emancipatórias e Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia. O objetivo é oferecer ferramentas para que futuros profissionais desenvolvam uma consciência crítica e uma prática alinhada à justiça social, capazes de compreender e enfrentar as violências institucionais. Desta forma, a dissertação posiciona a formação em musicoterapia como um ato ético-político, contribuindo para a promoção de uma saúde integral e emancipatória.

**Palavras-chave:** Formação em Musicoterapia; Interseccionalidade; Prevenção da Violência; Promoção da Saúde; Práticas Emancipatórias.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the urgency of incorporating intersectional, decolonial, and anti-oppressive perspectives into the training and practice of Music Therapy in Brazil, articulating a theoretical critique, a curricular diagnosis, and a pedagogical intervention proposal. The study is based on the premise that music therapy, as a health field, requires a critical reflection on its role in either reproducing or confronting structural violence. Based on a critical literature review, the first chapter establishes the need for an approach that integrates anti-racist, feminist, and queer knowledge, recognizing how the complex interactions between race, gender, and sexuality impact access to and the quality of healthcare, perpetuating historical inequalities. In a second phase, the research proceeds to an empirical, qualitative, and exploratory-descriptive analysis of the Course Pedagogical Projects (PPCs) and Political Pedagogical Plans (PPPs) of undergraduate Music Therapy programs in the country. The results of this documentary analysis reveal a significant gap: although discourses on diversity are present, the incorporation of intersectional themes occurs marginally, often relegated to a hidden curriculum through extension activities or specific, isolated actions, without effective and structural integration into the formal curriculum. As a direct response to this diagnosed gap, and as the product of this Professional Master's degree, the third chapter presents the development of a course for the Music Therapy program at UFMG. Titled "Prevention and Confrontation of Violence, Health Promotion, and Emancipatory Practices in Music Therapy," the proposal is structured along four paths: Intersectionality, Violence, Emancipatory Decolonial Theories, and Health Promotion and Emancipatory Practices in Music Therapy. The objective is to offer tools for future professionals to develop a critical awareness and a practice aligned with social justice, capable of understanding and confronting institutional violence. Thus, the dissertation positions music therapy training as an ethical-political act, contributing to the promotion of integral and emancipatory health.

**Keywords:** Music Therapy Training; Intersectionality; Violence Prevention; Health Promotion; Emancipatory Practices

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Esquema representativo das aulas de acordo com cada caminho ..... 76
- Figura 2 – Pintura “Okê Oxossi” de Abdias do Nascimento, 1970 – Acervo MASP ..... 98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Preliminar .....	59
Tabela 1 – Análise do currículo oculto.....	64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEMEMG	Associação de Profissionais e Estudantes de Musicoterapia do Estado de Minas Gerais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CEE-PR	Conselho Estadual de Educação do Paraná
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENPEMT	Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia
EP	Extended Play (Álbum Musical Curto)
IPUB	Instituto de Psiquiatria
LGBTQIA+; LGBTQ+; LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, <i>Queer</i> /Questioning, Intersexo, Assexuais e outras identidades não mencionadas
MEC	Ministério da Educação
PNAISM	Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher
PNASPI	Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNH	Política Nacional de Humanização
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSI LGBT	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PPC	Projetos Pedagógicos de Curso
PPP	Planos Políticos Pedagógicos
RAG	Retrieval-Augmented Generation [Geração Aumentada por Recuperação]
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBAM	União Brasileira das Associações de Musicoterapia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
USCS	Universidade de São Caetano do Sul
WFMT	<i>World Federation of Music Therapy</i> [Federação Mundial de Musicoterapia]

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO</b> .....	16
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO 1 - ARTIGO 1 - MUSICOTERAPIA E INTERSECCIONALIDADES: reflexões e enfrentamento(s) às violências no pensar e fazer musicoterapia no Brasil</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 2 - ARTIGO 2 - ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: uma leitura crítica sobre interseccionalidade nos currículos de graduação em Musicoterapia no Brasil</b> .....	46
<b>CAPÍTULO 3 – ARTIGO 3 – "DA INDIGNAÇÃO CRÍTICA À AÇÃO INTERSECCIONAL - registros da construção de uma disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória na graduação em Musicoterapia"</b> .....	71
<b>CAPÍTULO 4 - MEMÓRIAS DE UMA ENCRUZILHADA PEDAGÓGICA: a Escrivivência como testemunho de uma experiência docente em musicoterapia</b> .....	91
<b>CONCLUSÃO – ou pequeno manifesto</b> .....	101
<b>REFERÊNCIAS CORPO DA DISSERTAÇÃO (Preâmbulo, Introdução, Capítulo 4 e Conclusão)</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS CAPÍTULO 1 - ARTIGO 1 - MUSICOTERAPIA E INTERSECCIONALIDADES: reflexões e enfrentamento(s) às violências no pensar e fazer musicoterapia no Brasil</b> .....	108
<b>REFERÊNCIAS CAPÍTULO 2 - ARTIGO 2 - ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: uma leitura crítica sobre interseccionalidade nos currículos de graduação em Musicoterapia no Brasil</b> .....	114
<b>REFERÊNCIAS CAPÍTULO 3 – ARTIGO 3 - "DA INDIGNAÇÃO CRÍTICA À AÇÃO INTERSECCIONAL - registros da construção de uma disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória na graduação em Musicoterapia"</b> .....	119
<b>ANEXO I – Plano de Aula – “Tópicos em Musicoterapia: Prevenção e Enfrentamento às Violências, Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia</b> .....	127

## PREÂMBULO

ORIKI  
 Filho de estrada e cozinha!  
 Feito de encruzilhada, pimenta, curvas,  
 azeite, caminho e cominho.  
 Porção de brilho,  
 água e folha.  
 Menino de folia,  
 carrega o nome do pai.  
 Toca pinho e se pinta  
 menino de fanfarra.  
 Menino de risadas,  
 carrega o sorriso da mãe.  
 Festeja o som que cura  
 Festeja  
 Festeja

Escrever sobre a minha trajetória de vida é um exercício Sankofa<sup>1</sup> de rememorar. Ir buscar no passado com os pés virados para o futuro. Não cabe aqui uma biografia, mas trago como um oriki<sup>2</sup>, alguns fatos que me constituem e que podem ajudar a entender os vários porquês desta dissertação.

Nasci na manhã do dia 24 de junho de 1985, na cidade de Ibirité, Região Metropolitana de Belo Horizonte, às 9h15 – câncer, ascendente em leão e lua em virgem. Era uma manhã de São João, dia de Festa Junina. As bandeirinhas já enfeitavam o alto das ruas e a fogueira só esperava que a noite chegasse para entregar seu espetáculo de luz e calor. Ouvi dizer que filhos juninos costumam ser radiantes como a fogueira, festeiros, alegres e que gostam de fazer amizade, gostam de andar em bando e realizar as coisas na coletividade. Se é verdade não sei, mas tomei para mim alguns desses predicados, principalmente os que dizem sobre experienciar a vida em coletividade.

---

<sup>1</sup> Sankofa é um dos Adinkras do povo Ashanti, Adinkras são um conjunto de símbolos / ideogramas que expressam valores tradicionais, ideias filosóficas, códigos de conduta e normas sociais. Sankofa é simbolizado por um pássaro que olha para trás [enquanto mantém os pés virados para frente], e significa algo parecido com “volte e pegue” ou “voltar para buscá-la”, nos ensinando o valor de aprender com o passado para a construção do presente e do futuro. “não é tabu voltar para trás e recuperar o que você esqueceu e/ou perdeu” (Dravet e Oliveira, 2017).

<sup>2</sup> Tradição oral africana encontrada nos yorubá apresentando-se sob diversas formas, cumprindo funções determinadas a partir de variados assuntos. Entre essas funções, o papel de reminiscência de feitos passados, históricos, socioculturais, morais e religiosos. (Alves-Brito, 2024)

Nasci filho da cozinha e da estrada, de Bárbara Rosa Ribeiro, mãe carinhosa, de risada gostosa, abraço cheio, apaixonada pela leitura e dona de uma voz encantadora. Cozinheira por profissão e paixão. E meu pai, Vagner Ribeiro - Vaguinho, pai amigo, afetuoso, companheiro. Motorista por profissão e apaixonado pela estrada. Foi com ele que subi pela primeira vez em um palco. Tocando meu violão, mesmo desplugado e sem nem ainda saber tocar o repertório, mas essa lembrança nunca me saiu da cabeça.

Ainda menino me enveredei pela arte. Participei do meu primeiro espetáculo aos seis, aos sete participei da minha primeira Folia de Reis em Milho Verde, Minas Gerais. Minha família foi uma das responsáveis pela retomada do festejo no distrito do Serro. Lá estava eu, um moleque preto, magrinho, segurando um pandeiro e repetindo os versos e loas daquela festividade sacro-profana. A partir desse dia, tudo que eu mais queria era um violão, e ele veio. No próximo ano, aos oito, eu já estava como tocador na folia. Alguns anos depois fui um dos Reis e um dos puxadores. Aos poucos o repertório ia crescendo e não cabia mais na folia. O sacro ganhava outros significados e outros caminhos. Foi aí que meu pinho ganhou estrada e foi se juntar a outras companhias.

Minha trajetória como músico sempre esteve muito próxima ao teatro. Minha família, especificamente minha irmã Carla e meu cunhado Jacó, são referências no teatro crítico, político e de resistência, onde a música sempre foi muito presente. E foi fazendo trilha sonora para teatro de resistência que também fui me formando politicamente, mastigando aquelas histórias que com o passar dos anos foram sendo compreendidas, apreendidas e vivenciadas. Fui me entendendo preto, fui me entendendo bicha, fui me entendendo alvo.

A arte, de alguma maneira, me salvou de muitas violências, não me isentou, mas me guarneceu de ferramentas com as quais eu pude atravessar as encruzilhadas da vida. Me possibilitou muito cedo o exercício de ser.

Com os Orixás me entendi preto, me entendi bicha, me entendi macumbeiro, mas também entendi que não me cabe conformar em ser alvo. Ogum me armou de sua tecnologia. Exu botou palavra na minha boca. Iemanjá vem tentando me ensinar o momento de silenciar um pouco, mas ainda me é difícil. As violências que sofremos por sermos quem somos ainda clama de mim muitas palavras, mas com Iemanjá, também aprendo que nem todas as palavras devem ser caladas. Aprendo a estratégia de guerreira mãe. Com Ossaim aprendo o encanto do mundo. Aprendo e me encanto junto, e rezo, rezo todos os dias pelas melhores folhas em meu caminho. Xangô me motiva à justiça. A fazer desse lugar que alcanço um lugar que não seja só meu. Um lugar para denunciar as violências e também para propor estratégias para que as

minhas e os meus tenham de fato acesso e direitos garantidos. Pois com Oxóssi, eu aprendo sobre a fatura emancipatória.

Depois de alguns anos trabalhando como músico, tendo tocado em vários projetos, tendo realizado o sonho de ter liderado uma banda formada por drag queens e artistas *queers*, tocar em bloco de resistência no carnaval de Belo Horizonte, ter dado oficinas de música em vários projetos sociais, finalmente me formo em Musicoterapia – a música encontra a saúde – e desde o processo da graduação busco por pautas de resistência e emancipação na musicoterapia, trazendo como conclusão de curso o tema: “Musicoterapia, Gênero e Sexualidade – perspectivas acerca da população LGBTQ+” (Junio Ribeiro et al., 2021), inaugurando a discussão na produção em musicoterapia no Brasil. Logo em seguida me torno presidente da Associação de Musicoterapia de Minas Gerais (APEMEMG) e um dos fundadores do Musicoteraprets – coletivo de estudantes e profissionais de musicoterapia sob uma perspectiva étnico-racial, ou seja, a música encontra a saúde, mas sempre imbricada à resistência e a políticas emancipatórias.

Dessa forma, surge o desejo persistente de trabalhar temáticas de raça, gênero e sexualidade dentro da academia a partir de pensadoras e pensadores decoloniais, trazendo as pessoas que são e fazem para o diálogo, tecendo uma teia ancestral de epistemologias que vão se entrecruzando, se encruzilhando e formando tecnologia emancipatória. É junto à minha ancestralidade que digo, eis me aqui – bicha, preta, macumbeira e mestre! E não paro por aqui.

## INTRODUÇÃO

Assisto as notícias de jornal  
 Minhas vísceras vão bradando  
 essas recordações que me exaurem  
 Me fulmina a ideia de perder a esperança  
 A humanidade que me resta insiste  
 Ela se recusa a aceitar  
 Acabar assim?  
 Sem remissão às penas do sequestro  
 Das torturas  
 Revejo a história  
 Meus avós romperam correntes  
 Plantaram quilombos  
 Abriram picadas na unha e na foice  
 Como é que eu posso pensar em desistir?  
 Meu corpo sente a febre das memórias  
 Efeméride da resistência  
 Começo a reparação  
 pelo meu território íntimo  
 Aprumo o espírito  
 Rezo Ori  
 Me levanto e vou trabalhar  
 (Poema Efeméride da Resistência,  
 Carlandréia Ribeiro apud Carvalho, 2024, n.p.)

Eu gostaria de iniciar esse texto dizendo ser o último sobre o assunto. Não por falta de desejo, muito menos por desistência, mas, pelo sonho de um dia não ser mais necessário.

Este trabalho nasce profundamente enraizado em minhas próprias experiências enquanto musicoterapeuta negro, gay e candomblecista, portanto, em muitos momentos se encontrará uma narrativa em primeira pessoa, dizendo dos meus atravessamentos frente as discussões aqui propostas. A narrativa no plural expressará pensamentos e decisões coletivas junto ao orientador e coorientadora.

Assim que iniciei minha jornada no mestrado, fui consultar o sagrado no jogo de búzios com meu pai Vitor. Diante dele revelei minha dúvida sobre dar continuidade nas pesquisas sobre raça, gênero, sexualidades e suas interseccionalidades em diálogo com a prática musicoterapêutica. Seria insistência, apego, enfim, faria sentido continuar desdobrando esse tema? Não seria hora de pesquisar outros assuntos socialmente mais bem aceitos, com maior penetrância nas discussões sobre saúde, como dizem? Ora, eu tinha conseguido entrar em um mestrado na Faculdade de Medicina, talvez fosse o momento de me misturar um pouco.

Os búzios tocaram a mesa! Um leve sorriso, acompanhado de uma coçadinha na cabeça foram os primeiros sinais que meu pai deixou escapar. “É meu filho, ainda não é hora”. Ouvi

as palavras que de certa forma já estavam ali comigo. Orixá disse naquele dia, que eu precisava aprofundar neste assunto, de forma a trazer à tona aquilo que mais me perturbava desde meu início nesse caminho: porquê ainda não temos formações efetivas sobre raça, gênero, sexualidades e suas intersecções nos cursos de musicoterapia? Como eu poderia contribuir para mudar essa realidade?

Quando estava na graduação, me vi atravessado pelo desejo (chamado ancestral) de trazer as questões de gênero e sexualidades para a área. Porém, não existia nenhuma disciplina que tratasse minimamente deste tema dentro do percurso curricular do curso de Musicoterapia da Universidade Federal de Minas Gerais. Assim, foi necessário encruzelhar as referências e recorrer a outros caminhos. Buscando a disciplina “Tópicos em Teoria Psicológica Contemporânea: Psicologia, Diversidade Sexual e Gênero” do curso de psicologia, ministrada pelo professor Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, para a partir daí, iniciar um paralelo entre as discussões sobre gênero e sexualidades na psicologia com a musicoterapia.

A musicoterapia, compreendida como a utilização profissional da música e de seus elementos sonoros com fins de promoção da saúde, do bem-estar e do desenvolvimento humano (*World Federation of Music Therapy – WFMT*, 2011), tem, pouco a pouco, alargado suas fronteiras. Esse deslocamento não se restringe a uma ampliação técnica, mas envolve também um exercício crítico de olhar para si mesma, questionar os limites de abordagens tradicionais, problematizar o peso das estruturas de poder e reconhecer as desigualdades que atravessam o campo.

Nesse movimento, emergem vozes que contestam a centralidade de perspectivas eurocêntricas e apontam para a necessidade de escuta atenta às múltiplas formas de viver, pensar e praticar musicoterapia ao redor do mundo. Como observam McFerran et al. (2023), trata-se de abrir espaço para modelos e práticas que desafiem o legado do colonialismo e que legitimem a pluralidade de experiências musicais e culturais, tornando a musicoterapia mais situada, diversa e comprometida com a justiça social.

Observando esse cenário de transformação, torna-se imprescindível que as formações em musicoterapia também avancem no mesmo sentido, reconhecendo e valorizando a multiplicidade de modos de compreender o mundo, os sujeitos, suas experiências subjetivas e suas territorialidades. Isso implica não apenas uma revisão curricular, mas uma abertura para epistemologias diversas, que descentalizem perspectivas hegemônicas e legitimem saberes historicamente marginalizados. Para tanto, é preciso trazer as discussões sobre as violências estruturais, suas consequências sociais, seus atravessamentos na musicoterapia e estratégias

para enfrentá-las. A partir de uma leitura interseccional, decolonial, anti-opressiva e emancipatória, capaz de sustentar uma atuação ética, crítica e transformadora.

De acordo com pesquisa realizada em diversos países no ano de 2013, menos da metade dos programas de graduação e pós-graduação em musicoterapia possuíam estudos relacionados ao atendimento a pessoas LGBTQIA+<sup>3</sup> (Whitehead-Pleaux et al, 2013). E de acordo com os dados preliminares dessa nossa pesquisa, ainda hoje no Brasil, segue sendo realidade a ausência desses temas.

Eva M. Steward (2019), ao discutir a Musicoterapia *Queer* e os programas de formação em musicoterapia, destaca que grande parte dos profissionais da área carece de preparo e compreensão adequados sobre questões de gênero e sexualidade, o que limita a possibilidade de uma prática efetivamente afirmativa.

No contexto brasileiro, a violência institucional revela-se como um dos mecanismos mais persistentes de reprodução das desigualdades, sustentada por raízes racistas profundamente enraizadas na história colonial e escravocrata. A ideia de uma suposta “democracia racial” opera como mito fundador, que disfarça práticas de exclusão e legitima a permanência de estruturas racistas no interior das instituições (Soares et al., 2021). Tais práticas se manifestam como expressões do racismo institucional, entendido não como desvios isolados, mas como herança estruturante de um projeto colonial que, sob a aparência de integração pela miscigenação, reafirma a dominação branca e o subjugo das populações negras (Ibidem).

Carla Akotirene (2019) aponta como a perspectiva interseccional permite compreender que sistemas de opressão como racismo, sexismo, classismo e LGBTQIA+fobia não atuam isoladamente, mas de forma simultânea e interligada, influenciando diretamente os percursos individuais e coletivos, bem como o acesso a direitos e recursos sociais, econômicos, culturais e territoriais.

Ainda segundo Akotirene (2019), a interseccionalidade não se resume à soma das opressões, mas, em compreender como elas se entrecruzam e se tornam indissociáveis nas experiências concretas das pessoas. Nesse sentido, não é possível analisar o racismo, o machismo ou a LGBTQIA+fobia sem considerar as estruturas do capitalismo e do cisheteropatriarcado, uma vez que esses sistemas atuam de maneira articulada. Pensar interseccionalmente significa, portanto, desnaturalizar desigualdades e reconhecer que os marcadores sociais são construídos política e historicamente (Ibidem). A partir dessa

---

<sup>3</sup> A escolha desse formato da sigla se dá a partir da sugestão da 2ª edição do “Manual de Comunicação LGBTI+” da Aliança Nacional LGBTI / GayLatino - REIS, 2018. Outros formatos podem aparecer, principalmente quando ligados a títulos de trabalhos.

perspectiva, abre-se caminho para compreender as violências e iniquidades sociais resultantes dos processos coloniais, que moldam de forma persistente as existências racializadas, generificadas e sexualizadas.

As interseccionalidades podem ser compreendidas como encruzilhadas, espaços onde diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, sexualidade, classe, deficiências, idade, territorialidade, entre outras, se encontram, se cruzam e se articulam, moldando experiências únicas de opressões e privilégios. Cada trajetória de vida atravessa essas encruzilhadas de maneira particular. No entanto, abarcar todos os possíveis encruzilhamentos interseccionais em um único estudo seria inviável, correndo-se o risco de diluir a profundidade da análise e no esvaziamento de suas discussões. Por esse motivo, concentramos nossa atenção nas relações de raça, gênero, sexualidade e suas intersecções, como caminhos para compreender como processos históricos, sociais e culturais atravessam e moldam vidas concretas.

No campo da musicoterapia, refletir sobre essas intersecções é fundamental, pois, compreender a violência pela perspectiva das Determinações Sociais da Saúde nos permite articular práticas clínicas e comunitárias que não apenas reconheçam as marcas do racismo, mas que também se engajem em estratégias de resistência, cuidado e promoção de saúde (Borghi, 2018), em perspectiva decolonial e anti-opressiva.

A formação de musicoterapeutas capazes de atuar de forma sensível e crítica diante das questões interseccionais, no enfrentamento às violências e engajados na promoção de saúde de pessoas socialmente marginalizadas se revela como algo indispensável. Embora as políticas de saúde brasileiras contemplem diretrizes voltadas à equidade, sua implementação encontra entraves políticos, sociais e estruturais, entre os quais se destaca o despreparo de profissionais da saúde. Esse despreparo está diretamente relacionado a dinâmicas racistas (Araújo e Ribeiro, 2025) e, simultaneamente, reflete-se em ausência de uma formação que aborde tais problemáticas de maneira consistente, em um ciclo de exclusão.

Importa ressaltar que essa lacuna formativa não deve seguir sendo suprida, de modo isolado, por iniciativas individuais de profissionais, em especial mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+, que buscam complementar sua formação fora dos cursos de musicoterapia. Torna-se, portanto, urgente que tais conteúdos sejam incorporados de forma estruturada nos currículos, garantindo uma formação comprometida com práticas emancipatórias, anti-opressivas e socialmente responsáveis.

Para o campo da Musicoterapia, os processos emancipatórios envolvem criação de experiências musicais que tanto reivindique a visibilidade daqueles que a sociedade ignora,

quanto transformam a percepção de pessoas estigmatizadas, revelando novas possibilidades de existência (Arndt; Maheirie, 2020).

Ciente de algumas das dinâmicas que constroem vieses tão distintos nas vidas de pessoas negras, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIA+, pesquisar, analisar e propor a elaboração de uma proposta de disciplina nos currículos dos cursos de formação em musicoterapia se mostra como uma grande oportunidade de inaugurar um caminho para o desenvolvimento de práticas assertivas que poderão, segundo Boggan et al (2017), possibilitar uma expansão das ideias anti-opressivas para contextos que vão além das questões de sexualidade e gênero. Contribuindo no desenvolvimento de estratégias de aprimoramento da conscientização e prática clínica e comunitária de toda a classe, bem como no desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde e prevenção da violência para essas populações, de modo a promover uma formação que se sustente por uma visão: anti-opressiva, emancipatória e amplamente orientada para a justiça social.

Como existe uma intensão didática na fundamentação de nossa abordagem, onde as autoras e autores constituirão também a grade da disciplina proposta, pode-se notar que algumas referências por vezes se complementam por outras se confrontam epistemicamente, assim, recorremos a perspectivas interseccionais, como as de Kimberlé Crenshaw (1989; 2002), Patricia Hill Collins (2019; 2020), Djamila Ribeiro (2018), Carla Akotirene (2019) e bell hooks (2019), que iluminam como as opressões se entrelaçam nas trajetórias das pessoas. Complementamos essa análise com contribuições de estudiosos decoloniais, como Abdias do Nascimento (1980; 2016), Maldonado-Torres (2018) e Achille Mbembe (2018), que evidenciam os legados históricos do colonialismo e sua persistência nas estruturas sociais, e com estudos LGBTQIA+ (*queer*), como os de Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado (2008), Toni Reis (2015; 2018), Toni Reis e Simón Casal (2021) e Sherry Wolf (2021).

O objetivo central deste trabalho é elaborar uma disciplina que articule musicoterapia, interseccionalidade, violências e seus enfrentamentos e promoção da saúde a partir de práticas emancipatórias, com foco nas dimensões de raça, gênero e sexualidade, destinada ao curso de graduação em Musicoterapia da Escola de Música da UFMG. A disciplina busca articular conhecimentos teóricos e práticos que promovam a reflexão crítica sobre as desigualdades e as opressões estruturais, contribuindo para a formação de musicoterapeutas capazes de atuar de forma sensível às diversidades e comprometidos com a promoção da saúde e a prevenção da violência junto a populações vulnerabilizadas.

Os objetivos serão trabalhados a partir da formulação de artigos acadêmicos que se articulam diretamente ao conceito de objetivos específicos, cada um deles representando um capítulo da dissertação. Pela possibilidade de que cada artigo seja submetido a um periódico/revista distinta, será possível notar nuances no estilo da narrativa, bem como, uma possível sensação de redundância nas introduções, devido ao fato de que cada um deles precisará revisitar as categorizações teóricas que fundamentam todo esse trabalho em si. Abaixo discorreremos sobre a organização destes capítulos, bem como a articulação dos mesmos com os objetivos específicos por nós pretendidos.

No primeiro capítulo, objetivamos discutir os conceitos centrais de forma correlacional, problematizando as Interseccionalidades (Raça, Gênero e Sexualidade) que nos servirão como referencial teórico, bem como discutir os processos de violência que as atravessam, com recorte especial para seu caráter institucional e em contextos de saúde. Em contrapartida, apresentaremos vislumbres de mudanças e enfrentamentos possíveis à estas violências a partir de estudos e projetos de musicoterapia que apresentam práticas decoloniais e emancipatórias.

No segundo capítulo nos propusemos a analisar os Planos de Curso das graduações em Musicoterapia no Brasil em busca de disciplinas que abordem os temas: Raça, Gênero, Sexualidade e suas relações interseccionais, a fim de dimensionar a presença, a ausência e as entrelinhas dos discursos presentes na formulação dos cursos. Para a partir daí, semear um campo de reflexões sobre onde estamos, para onde queremos ir e como podemos trilhar esse caminho.

Tendo atravessados várias encruzilhadas, no terceiro capítulo propomos o cruzamento daquilo que foi sankofamente colhido no percurso, para assim, organizar conteúdos para formulação de uma disciplina que discuta sobre musicoterapia, interseccionalidades, violências e seus enfrentamentos e promoção da saúde a partir de práticas emancipatórias. Apresentando ementa, bibliografia, e conteúdo programático aula por aula. Articulando, cruzando e tecendo informações que perpassam todo o trabalho realizado nessa dissertação em aulas concretas.

A disciplina proposta teve início no segundo semestre do ano de 2025, em consonância com perspectivas de uma pesquisa-intervenção (Costa e Ghisleni, 2021), fomos simultaneamente recolhendo referências, elaborando as bases teóricas e colocando em prática o que se configura como objetivo principal desta pesquisa - oportunizar o encontro de estudantes de musicoterapia com conteúdos formativos sobre os atravessamentos das violências, das resistências e das possibilidades de emancipação e realimentando nossas bases a partir dos encontros.

Segundo Daianny Madalena Costa e Ana Cristina Ghisleni (2021), a dimensão interventiva característica das produções dos Mestrados Profissionais exige a elaboração de metodologias que articulem tanto os referenciais consolidados na literatura quanto as especificidades institucionais dos contextos de intervenção. Nesse campo, a pesquisa-intervenção vem se afirmando, construindo seus fundamentos e enfrentando diferentes temporalidades e desafios.

Inspirado na Escrivivência de Conceição Evaristo (2019; 2020), na Oralitura de Leda Maria Martins (2003) e nas narrativas de Carolina Maria de Jesus (2014) compartilho no quarto capítulo, um pouco das vivências, das impressões, das descobertas e também das aflições que me atravessaram na experiência da prática como professor da disciplina proposta. Trago neste capítulo, não apenas um relato de experiência, mas um diário, uma Escrivivência íntima, numa narrativa cotidiana das minhas próprias encruzilhadas.

Os capítulos/artigos serão apresentados abaixo na ordem citada acima. Para maior fluidez, tendo em vista principalmente as pessoas que utilizam de softwares de acessibilidade de leitura, as referências serão alocadas ao final da dissertação, junto às referências gerais, organizadas por ordem de cada artigo apresentado.

## CAPÍTULO 1 - ARTIGO 1 - MUSICOTERAPIA E INTERSECCIONALIDADES: reflexões e enfrentamento(s) às violências no pensar e fazer musicoterapia no Brasil<sup>4</sup>

Enquanto a terra não for livre, eu também não sou.  
 Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou  
 Cantar com as menina enquanto germina o amor.  
 É empírico, meio onírico, meio Kiriku, meu espírito  
 Quer que eu tire de tu a dor  
 (Emicida, 2019)

### INTRODUÇÃO

Lembro-me de quando atuava como musicoterapeuta em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em 2022, na cidade de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Em um determinado dia, um usuário do serviço, homem negro, bissexual, diagnosticado com esquizofrenia paranoide, foi abordado pela polícia bem em frente ao portão do CAPS. Com várias armas apontadas para ele, a reação primeira das pessoas ali presentes (outros usuários, familiares e membros da equipe) foi a de se distanciar da possível trajetória das balas. De repente, me vi ali, sendo também um homem negro e homossexual, junto à psiquiatra responsável pela condução médica do tratamento do usuário em questão, uma mulher negra, os únicos que foram no caminho contrário do que pedia a polícia e atendia os demais presentes.

Colocamos nossos corpos entre aquele homem e a polícia e nossos crachás de identificação à frente de nossa cor. Porque os agentes de segurança tinham nítida dificuldade de nos distinguir das ‘pessoas enlouquecidas’ ali presentes, quase todas negras. Foi preciso repetir inúmeras vezes que se tratava de um local de cuidado à saúde mental e que éramos profissionais responsáveis por aquele homem que se encontrava em estado delirante, sem capacidade de compreender com precisão naquele momento o que ali se passava.

Essa lembrança ainda reverbera e me inquieta. E insistentemente me faz refletir em como um profissional musicoterapeuta pode se posicionar diante das violências institucionais promovidas pelo racismo, pela misoginia, pela LGBTQIA+fobia e tantas outras formas de violência; o que nos prepara para compreender o que se passou ali e o que me fez confrontar as armas e não me esconder delas, ou até mesmo legitimar a ação de quem as seguravam; e o que

---

<sup>4</sup> Artigo publicado na revista “*Voices - a world forum for music therapy*” (University of Bergen and Norwegian Research Centre) em 1º de novembro de 2025, compondo a edição especial: “Perspectivas Decoloniais da América Latina”, nas versões em português, inglês e espanhol - <https://doi.org/10.15845/voices.v25i3.4528>.

tanto me motiva a buscar formas de nos educarmos coletivamente em tais questões como musicoterapeutas, para que não seja um ato de resistência solitário, mas coletivo. Como ouvi uma vez de Ekedí Sinha<sup>5</sup>, estudar, difundir e insistir em temas como esses é muito mais do que um ato de luta e resistência, mas uma prova de amor pelo próprio povo.

A musicoterapia, definida como o uso profissional da música e seus elementos para promover saúde, bem-estar e desenvolvimento humano (Federação Mundial de Musicoterapia - WMTF, 2011), como campo de prática e pesquisa, tem caminhado para uma expansão além de abordagens tradicionais, incorporando perspectivas críticas que questionam estruturas de poder e desigualdades sociais. Como exemplo, temos o reconhecimento de outros modelos e abordagens pela WFMT. Partindo de uma visão menos enrijecida e eurocêntrica, crítica aos atravessamentos impostos por um pós-colonialismo ocidental e atenta às diversidades culturais e formas de se fazer e pensar musicoterapia no mundo (McFerran et al., 2023).

Na prática, tal expansão tem sido observada de forma mais evidente nas áreas da Musicoterapia Social e Comunitária. Andressa Arndt, Rosemyriam Cunha e Sheila Volpi (2016) indicam que a perspectiva social e comunitária da Musicoterapia “abre lugar para a verificação de que a diversidade é constituinte de uma comunidade e que as desigualdades devem ser alvo de transformações por meio de ações que diminuam as distâncias entre classes, gênero, raça ou qualquer outra categoria” (p. 392).

A saber, a interseccionalidade emerge como uma ferramenta teórica e metodológica essencial para compreender como marcadores sociais como raça, gênero e sexualidade se entrelaçam e influenciam as experiências de indivíduos e comunidades nos mais variados âmbitos sociais e não obstante, no pensar e fazer musicoterapêutico. O conceito de interseccionalidade, desenvolvido inicialmente nas décadas de 1970 e 1980 por Kimberlé Crenshaw (2002), propõe como aponta Rodrigo Weimer (2021, p.208), que raça e gênero “não são facetas identitárias que simplesmente se adicionam na atuação social, mas, pelo contrário, se interferem e implicam mutuamente”. Desta maneira, compreende-se que “a perspectiva interseccional oferece, assim, formas mais complexas e efetivas de análise social e intervenção política” (Ibidem, p. 208).

---

<sup>5</sup> Gersonice Azevedo Brandão - conhecida como Ekedí Sinha é uma das líderes religiosas do candomblé do Ilé Àṣe Ìyá Nassô Oka, conhecido como Terreiro da Casa Branca, localizado em Salvador, Bahia, Brasil. O Candomblé é uma religião brasileira de matriz africana, símbolo da resistência epistemológica e cultural das pessoas negras que o organizaram de forma a cultuarem o sagrado e a ancestralidade a despeito da perseguição colonial. Ekedí é um cargo feminino no candomblé que se refere às mulheres com a função de zeladora dos orixás. Diferente das Mães de Santo (Yalorixás), as ekedys não manifestam orixá

Revisitada, criticada e ampliada por autoras como Angela Davis (2016), Djamila Ribeiro (2018), bell hooks (2019), Carla Akotirene (2019), entre outras, a interseccionalidade revela como sistemas de opressão como o racismo, o sexismo, o classismo e a LGBTQIA+fobia operam de forma simultânea e interdependente, moldando trajetórias de vida e regulando o acesso a recursos sociais, econômicos, culturais, territoriais e no contexto desse trabalho, terapêuticos.

Para Carla Akotirene (2019) o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado são indissociáveis e ler a realidade a partir da interseccionalidade nos permite avançar na análise social. Nós brasileiros e tantos outros pelas Américas e África, não podemos dissociar capitalismo e cisheteropatriarcado da colonização. É importante compreender como o sistema colonizador e as experiências resultantes dele para o povo negro seguem sendo determinantes. Segundo João Gomes Junior (2023), além dos processos de generificação e racialização, que incluem a construção discursiva da ‘raça negra’ com base em características biológicas e como uma imposição branca e ocidental, a dominação colonial do corpo ainda reverbera na contemporaneidade.

Abdias do Nascimento (2016) analisa a história da rejeição racial vivida pelas pessoas negras e como essa experiência colonial resulta em práticas de aniquilamento ou apagamento das vivências negras, manifestando-se por meio da exploração sexual, das tentativas de embranquecimento cultural e estético, além da discriminação como imposição de uma realidade racial.

Achille Mbembe (2018) observa o aniquilamento como um processo central nas dinâmicas do poder colonial, destacando que a Necropolítica opera por meio da gestão da morte, da exclusão e da desumanização de determinados grupos. Ele argumenta que os regimes coloniais e contemporâneos estabelecem categorias de pessoas cuja existência é considerada descartável, legitimando a violência sistemática e a negação de direitos básicos. Esse processo se manifesta na marginalização, na exploração e na eliminação física ou simbólica de populações, reforçando hierarquias raciais e sociais.

Sobre o genocídio dos povos negros no Brasil, Abdias do Nascimento (2016) argumenta ser algo que vai além da violência física, configurando-se também como um processo de epistemicídio, ou seja, a destruição sistemática do conhecimento, das tradições e da cultura negra. O autor ressalta que, ao impor um modelo eurocêntrico de saber, as estruturas de poder marginalizam e apagam as contribuições históricas e culturais dos povos negros, minando a sua identidade e autonomia. Ainda segundo Nascimento (2016), essa aniquilação cultural não é acidental, mas um mecanismo deliberado de manutenção da hegemonia da cultura dominante,

que perpetua o racismo e a desigualdade. Assim, o epistemicídio atua como um instrumento de opressão, impedindo a valorização e a transmissão dos saberes ancestrais que poderiam fortalecer a identidade e a emancipação dos negros.

As interseccionalidades são diversas, podendo compreender correlações de Raça, Etnia, Gênero, Sexualidade, Classe, dentre muitas outras. Aqui, nos delimitamos acerca das relações de Raça, Gênero e Sexualidade, compreendendo que abarcar todos os marcadores sociais e suas interseccionalidades seria impossível em um espaço restrito de apenas um artigo, bem como que na tentativa de abarcar tantas categorias, acabaríamos por esvaziar suas discussões. Desta maneira, partimos das perspectivas interseccionais feministas a partir de Ribeiro (2018), Akotirene (2019) e hooks (2019); de referências decoloniais como Nascimento (2016), Mbembe (2018) e de estudos LGBTQIA+ (*queers*) a partir de Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado (2008), Toni Reis (2015; 2018), Toni Reis e Simón Casal (2021) e de Wolf (2021), a qual nos diz ser preciso se atentar em como as opressões às pessoas LGBTQIA+, bem como o racismo e o sexismo, são formas de dividir a classe trabalhadora, principalmente, quanto à luta por justiça econômica e social. Akotirene (2019) argumenta que as opressões não podem ser hierarquizadas, pois estão interligadas.

Assim como são muitas as possibilidades de relações interseccionais, muitas podem ser as abordagens e achados acerca do tema, desta maneira, não pretendemos dar respostas definitivas, vista a complexidade que carrega cada marcador social em si, quem dirá das suas correlações interseccionais e ainda mais sob a ótica de outras possíveis abordagens epistemológicas. Pretendemos aqui, discutir os conceitos de forma correlacional, inspirados na compreensão Materialista Histórico-Dialética e a partir de uma visão musicoterapêutica Social Comunitária.

Partindo do pressuposto que a aplicação de teorias interseccionais na musicoterapia é urgente, acreditamos que modelos que consideram as interseccionalidades são fundamentais para decolonizar práticas terapêuticas e promover abordagens mais inclusivas e culturalmente sensíveis.

## **ENTRE VIOLÊNCIAS E NATURALIZAÇÃO: o contexto dos cuidados em saúde**

A violência institucional é um fenômeno mundial complexo, multifacetado e de grande prevalência, que se manifesta gerando graves consequências e agravos em diversas esferas da sociedade, desde a segurança pública até a saúde, educação e justiça. Segundo Priscilla Ladeia, Tatiana Mourão e Elza Melo (2016, p. 399), a “violência institucional é definida como a

violência praticada por órgãos e agentes públicos que deveriam responder pelo cuidado, proteção e defesa dos cidadãos”. As autoras a definem ainda como uma forma de violência frequentemente invisibilizada, que perpetuam ciclos de opressão e exclusão social, sendo as desigualdades raciais mantidas e reforçadas pelas instituições, desafiando a falsa narrativa de uma democracia racial (Ibidem).

A violência institucional no Brasil tem profundas raízes raciais. A narrativa de uma democracia racial, serve para mascarar as disparidades e a discriminação racial que permeiam as instituições brasileiras (Soares et al., 2021). Ainda segundo os autores, a violência institucional – racismo institucional, se apresenta como reflexo da escravização e da violência colonial que são produzidas como uma espécie de legado social. Soares et al. (2021, p. 142) apontam ainda da qualidade de uma dominação branca para uma “manutenção do status quo e subjugo dos negros, desmentindo a ideia de integração pela miscigenação”.

Ainda sob a perspectiva de desigualdades, Ladeia et al. (2016), nos informam sobre as ocorrências de violência institucional na saúde, demonstrando que os alvos tendem a ter recorte de raça, gênero, sexualidade e classe social, bem como discriminações relacionadas a valores culturais e julgamento moral, ou seja, mulheres, idosos, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ e pessoas de baixa renda tendem a ser mais comumente vitimizadas. Não obstante, é importante examinar a violência institucional sob uma perspectiva interseccional. Dessa maneira, observa-se que embora o acesso universal e equitativo às ações e serviços de saúde seja garantido legalmente, ele não é plenamente assegurado às populações negras, quilombolas e indígenas. Bem como para as pessoas LGBTQIA+, populações rurais e periféricas. Essas comunidades estão especialmente vulneráveis às iniquidades sociais e raciais no campo da saúde, o que compromete a efetividade ao acesso desse direito (Ladeia et al., 2016).

Temos como exemplo, o modo como mulheres negras enfrentam uma dupla discriminação, tanto racial quanto de gênero (interseccional). São elas as mais vulneráveis à violência obstétrica. Estudos, como o de Maria do Carmo Leal et al. (2020), mostram que mulheres negras são frequentemente tratadas com desrespeito e negligência durante o parto, que também tem a chance 1,49 vezes maior de receberem menos anestesia durante o processo. Possuem ainda menos acesso a serviços de saúde de qualidade, resultando em taxas mais altas de mortalidade materna e infantil. De acordo com Maryah Hillesheim da Silva et al. (2024), a partir de análises do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde do ano de 2023, mulheres negras (pretas e pardas) representam 70% dos casos de pré-natal inadequado no Brasil, um número três vezes superior ao observado entre mulheres brancas e que a taxa de mortalidade entre mulheres negras foi 87,4% maior do que entre mulheres brancas no período de 2018 a

2021. Além disso, a falta de políticas públicas eficazes para combater a violência doméstica e de gênero demonstra como as instituições falham em proteger as mulheres, perpetuando um ciclo de violência e impunidade (Leal et al., 2020).

Angela Davis, em 1981, apontou que os homens negros também enfrentaram consequências relacionadas à interseção de raça e gênero, sendo alvo de estereótipos, linchamentos e classificações raciais que, por exemplo, os acusam injustamente de serem abusadores sexuais das mulheres brancas (apud Akotirene, 2019).

Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) mostram que a maioria das vítimas por morte violenta intencional no Brasil são pessoas negras, somando 78% de todos os registros. São também a maior proporção entre as vítimas de intervenções policiais, 82,7%, sendo sua grande maioria de jovens (homens) negros.

Essa realidade é um reflexo da estrutura racista das instituições brasileiras, que tratam corpos negros como ameaças e sujeitos passíveis de violência. Tais constatações nos revelam como a violência institucional é intensificada pela cor da pele, com políticas e práticas que discriminam sistematicamente indivíduos racializados. Ficando indivíduos negros em condições desfavoráveis quando acusados em processo penal em relação aos indivíduos brancos de estratos sociais dito ‘superiores’ (Soares, 2021). O perfil racial das vítimas de homicídios evidencia a seletividade racial da violência letal no Brasil.

A discriminação com base na sexualidade é outra dimensão crucial da violência institucional. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a subnotificação continua sendo uma marca da homotransfobia e da violência contra pessoas LGBTQIA+, resultando em uma forma de violência oculta, essa realidade impede que muitas vítimas tenham amparo legal, contribui para a impunidade e evidencia a falta de ação por parte do Estado brasileiro.

Segundo o Atlas da Violência (Cerqueira e Bueno, 2023), os dados sobre o perfil das vítimas de violência por orientação sexual e raça/cor registrados entre 2020 e 2021 indicam que negros homossexuais e bissexuais foram os mais afetados, correspondendo respectivamente a 55,3% e 52,2% dos casos de violência. Entre as mulheres trans, 58% das vítimas são negras, enquanto entre os homens trans, esse percentual foi de 56%, em comparação com 35% e 40% das mulheres e homens trans brancos, respectivamente. Além disso, travestis negras concentraram 65% dos casos, frente a 31% das brancas, destacando-se que travestis negras e jovens são as mais vitimizadas.

Vemos que pessoas LGBTQIA+ são particularmente vulneráveis à violência institucional, especialmente quando pertencem a outros grupos violentamente marginalizados [interseccionalidade]. Pessoas LGBTQIA+ são frequentemente alvo de violência e

discriminação dentro de instituições que deveriam protegê-las. Ladeia et al. (2016), pontuam que violências que não geram lesões físicas tendem a não ser entendidas como violências em sua definição e gravidade. Essa invisibilização, junto à marginalização dessas identidades, reforçam a violência institucional, criando um ambiente de hostilidade e exclusão.

Quando analisamos a violência institucional sob a ótica de gênero e sexualidade, especialmente em relação às pessoas trans (travestis, transgêneros e transexuais), o cenário se torna ainda mais alarmante. Segundo pesquisas de Felipe Costa e Luciana Melo (2024), a população trans é uma das mais vulneráveis à violência e discriminação nos serviços de saúde. As barreiras vão desde a recusa de atendimento até a falta de profissionais capacitados para lidar com suas especificidades. Essa violência é amplificada pela não observância de políticas públicas já existentes e pela prevalência de atitudes homofóbicas, transfóbicas e pautadas em juízos de valor e falsa moral nas instituições, valores esses muitas das vezes atravessados por dogmas religiosos.

A transfobia institucional é um reflexo de uma sociedade que ainda não reconhece plenamente os direitos e a dignidade das pessoas trans. Em muitos casos, o sistema de saúde não só falha em prover cuidados adequados, mas também perpetua a violência através do desrespeito e da patologização das identidades trans. Essas experiências geram desconfiança e afastamento dos serviços de saúde, o que agrava as condições de saúde dessa população (Costa e Melo, 2024).

Não podemos nos desatentar da forte interlocução entre saúde e violência. Cecília Minayo (2006) enfatiza que a violência deve ser compreendida como um fenômeno social complexo, com profundas implicações para a saúde pública. Para ela a violência não pode ser analisada isoladamente, pois está intrinsecamente ligada a fatores estruturais, como desigualdade social, discriminação e acesso precário a direitos básicos.

Na medida em que o setor da saúde deveria responder pelo cuidado físico e mental dos indivíduos envolvidos em situações de violência, assegurando saúde plena em todos os seus aspectos biopsicossociais, paradoxalmente, são também esses serviços de saúde e seu corpo profissional perpetradores de atos violentos (Ladeia et al., 2016). O ato violento não se dá apenas no encontro entre profissionais da saúde e usuários, mas também pela negação desse encontro, ou seja, pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde e à precarização em que muitos deles se encontram (Ibidem).

A invisibilidade da violência institucional perpetuada por profissionais de saúde, bem como o silêncio a seu respeito e sua naturalização, alerta para a urgência de melhor entendimento a respeito dessas violências e de ações efetivas para combatê-las. Muitas vezes

mesmo os usuários dos serviços de saúde tendo percepção e consciência dos atos violentos, não se manifestam por medo de represália ou desconhecimento de seus direitos (Ladeia et al., 2016).

A violência institucional no Brasil é um fenômeno arraigado que afeta desproporcionalmente as populações marginalizadas. Uma análise interseccional revela como as interações entre raça, gênero e sexualidade amplificam essa violência, bem como os recortes de classe perpassam as variadas populações, agravando a marginalização desses indivíduos. Assim, a abordagem da violência no campo da saúde demanda uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo setores como educação, assistência social e segurança pública, para que sejam desenvolvidas estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento (Ladeia et al., 2016). E a musicoterapia (musicoterapeutas) precisa estar imbricada nesse processo.

### **MUSICOTERAPIA E INTERSECCIONALIDADES: entre o que floresce e o que nos escapa**

A musicoterapeuta Jennifer Reis junto a colaboradores (2024), em trabalho sobre “Musicoterapia com Mulheres Negras”, nos traz uma importante discussão sobre a relação entre raça, saúde e musicoterapia. Segundo as autoras, é consenso que a grande prevalência de doenças e agravos relacionados aos transtornos psíquicos, estresse, depressão e transtornos mentais, são resultantes da insalubridade física e psicológica a que os povos negros são submetidos em decorrência do racismo enraizado na sociedade brasileira e pela herança do processo colonial.

Sob uma perspectiva interseccional, no trabalho de Reis et. al (2024, p. 15), foram evidenciados temas recorrentes nas sessões de musicoterapia com mulheres negras, como: “machismo, racismo, solidão, esperança, conscientização, arte, empoderamento, sobrevivência, estrutural, sentimentos, musicoterapia, preterimento e resistência”, sendo o conceito ‘estrutural’, entendido como os “elementos integrados na organização econômica, política e social, tal qual o racismo e o machismo” (Ibidem, p. 15).

Michele Mara Domingos e Rosemyriam Cunha (2017; 2021) já abordavam de maneira interseccional o entendimento dos processos de pensar e sentir das mulheres negras a partir do atravessamento de questões de gênero, raça e classe, não como marcadores isolados, mas interdependentes. Ainda segundo as autoras, uma das funções dos profissionais de musicoterapia é promover a saúde da população negra por meio da música. Esse processo permite, por exemplo, que as mulheres negras expressem seus sentimentos, fortaleçam-se umas às outras e transformem suas trajetórias, buscando o protagonismo de suas vidas. E cabe a elas

compreender seu lugar social e reconhecer a legitimidade de seus pensamentos e sentimentos, bem como estes podem influenciar o rumo de suas vidas por meio da luta, educação, trabalho e superação.

Em pesquisa publicada em 2021 sobre musicoterapia, gênero e sexualidades com recorte na população LGBTQIA+, Wagner Junio Ribeiro, Frederico Gonçalves Pedrosa e Verônica Magalhães Rosário (2021), observaram que embora se perceba uma crescente consciência dos aspectos contextuais e políticos da musicoterapia, as discussões sobre as diversidades de gênero e sexualidades LGBTQIA+ permanecem à margem das produções brasileiras e que, nada havia sido publicado no Brasil correlacionando a prática musicoterapêutica às idiossincrasias desta população até o ano de 2021.

Faz-se muito importante destacar que embora houvesse sugestões de aplicabilidade, os autores não encontraram diretrizes de técnicas e/ou metodologia específicas para a população LGBTQIA+, mas sim, o entendimento de como o conhecimento e compreensão das diversidades de gênero e sexualidades, bem como das agressões e relações violentas decorrentes de uma visão binarista e heteronormativa à essas diversidades podem impactar cada indivíduo, a sociedade e conseqüentemente a prática musicoterapêutica e a vida das pessoas atendidas, pois, como nos apontam Junio Ribeiro et al. (2021), as principais implicações para pessoas LGBTQIA+ na musicoterapia decorrem da reprodução de estruturas opressivas e excludentes, tanto dentro quanto fora do contexto terapêutico. Ou seja, implicações conseqüentes da perpetuação de atitudes resultantes de relações hetero-cis-normativas, binaristas e violentas contra as identidades LGBTQIA+.

De acordo com pesquisa realizada por Annette Whitehead-Pleaux e colaboradoras (2012; 2013), em diversos países, menos da metade dos programas de graduação e pós-graduação em musicoterapia possuíam estudos relacionados ao atendimento a pessoas LGBTQIA+. Eva M. Steward (2019) em seu trabalho sobre Musicoterapia *Queer* e os programas de educação em musicoterapia, demonstra que muitos terapeutas não possuem treinamento ou entendimento suficiente sobre sexualidades para trabalharem de maneira afirmativa com pessoas LGBTQIA+.

Partindo do entendimento de que raça, gênero e sexualidade são aspectos fundamentais na constituição dos sujeitos, torna-se essencial que profissionais da musicoterapia compreendam as interseccionalidades envolvidas e os efeitos das construções sociais desses marcadores na vida das pessoas. Ignorar tais dimensões pode comprometer a ética profissional, a qualidade da prática musicoterapêutica e, por conseqüência, o bem-estar dos indivíduos atendidos (Bain et al., 2016; Whitehead-Pleaux et al., 2012, 2013; Hadley & Thomas, 2018).

Para uma promoção de saúde verdadeiramente eficaz, é imprescindível que musicoterapeutas reconheçam como essas questões atravessam o cotidiano sócio-político das pessoas e quais impactos subjetivos delas decorrem.

Existem hoje no Brasil algumas políticas pensadas de forma a abarcar as demandas específicas de saúde das mulheres, da população negra, indígenas e LGBTQIA+. São elas respectivamente: Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher - PNAISM (2004); Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN (Brasil, 2007); A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI (Brasil, 2002) e Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNSI LGBT (2013). Porém o que se vê, são políticas pouco aplicadas, muitas das vezes por questões ligadas ao racismo, ao sexismo e a LGBTQIA+fobia dos gestores e até mesmo pelo desconhecimento dessas políticas, reflexo do despreparo para atender essas populações (Araújo e Ribeiro, 2025).

Como evidenciado por Kézia Paz (2022), é muito comum ver aspectos decoloniais ligados aos contextos da Musicoterapia Social Comunitária, refletindo como precisamos discutir decolonização em musicoterapia em seu aspecto total, como uma prática essencial, não apenas pelo campo de atuação sócio-comunitário. Acreditamos que as perspectivas decoloniais e interseccionais devem ser implementadas em qual seja o modelo ou a abordagem musicoterapêutica, afinal, todas elas estarão lidando com pessoas, logo, todas estas questões que as atravessam. Ainda segundo Paz (2022, p.7), a musicoterapia se posiciona como uma prática capaz de provocar mudanças. Ela também se assume como uma prática parcial e, portanto, política - biopolítica. Nesse sentido, é importante “questionar se o posicionamento da musicoterapia está comprometido com dimensões disciplinares e regulatórias, ou com práticas participativas e emancipadoras”.

Marcelo Porto, Diogo Rocha e Marina Fasanello (2021) defendem que os processos emancipatórios estão diretamente relacionados à justiça social e ambiental, exigindo uma abordagem que vá além do modelo biomédico e tecnocrático. Para os autores, a emancipação ocorre quando comunidades e sujeitos historicamente marginalizados se tornam protagonistas na construção de políticas públicas e práticas de cuidado, fortalecendo a autonomia e a autodeterminação. Essa perspectiva valoriza saberes populares, a equidade e a participação social como elementos fundamentais para transformar a saúde em um direito efetivo, combatendo desigualdades e promovendo modos de vida mais sustentáveis e dignos.

## **ATRAVESSAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS (OUTROS)**

Assumir de forma legítima a interseccionalidade, também diz sobre acolher (admitir) o modo de ser no mundo das pessoas. Suas religiões, suas cosmogonias, suas filosofias, etc. Tanto individual como coletivamente. Especialmente, quando musicoterapeutas lidam com um público sócio-politicamente diferente de si. Emily Rose Mahoney (2015) nos alerta que um terapeuta de uma cultura dominante, ao trabalhar com pessoas de uma cultura marginalizada, enfrenta muitos desafios, pois já ocupa uma posição de poder devido à sua cultura dominante. Esse poder pode ser exacerbado pela função terapêutica e contribuir para a opressão, a menos que seja adotada uma abordagem anti-opressiva, caso contrário, o terapeuta pode perpetuar a opressão.

É possível entender a Interseccionalidade também como proposta de visão epistêmica. Não se trata de apontar somente as violências sofridas em decorrência dos atravessamentos interseccionais já apontados, mas de reconhecer e se utilizar dos conhecimentos e saberes vindos deles, reconhecendo a cultura e os processos científicos advindos de raízes culturais diversas, que não somente as do norte global. Akotirene (2019) afirma que é contraproducente utilizar a interseccionalidade apenas para identificar discriminações e violências institucionais contra grupos como indígenas, imigrantes, mulheres, negros, candomblecistas (religiosos de matriz africana), gordos e outros grupos identitários diversificados.

Um exemplo de práticas que valorizam a diversidade cultural e epistemológica é a do Conselho Nacional de Saúde, que em 2023, a partir das orientações estratégicas para o Plano Plurianual e para o Plano Nacional de Saúde provenientes da 17ª Conferência Nacional de Saúde, (re)conheceu as manifestações da cultura popular dos povos tradicionais de matriz africana e as Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana (terreiros, terreiras, barracões, casas de religião, etc.) como: espaços complementares de promoção da saúde (Ministério da Saúde, 2023).

O Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2023) destaca que os equipamentos promotores de saúde e cura complementar do Sistema Único de Saúde (SUS) desempenham um papel importante no processo de promoção da saúde, funcionando como a primeira porta de entrada para aqueles que mais necessitam, além de oferecerem um espaço de cura para desequilíbrios mentais, psíquicos, sociais e alimentares. A abordagem busca respeitar as complexidades culturais e os povos tradicionais de matriz africana, e está alinhada com as políticas públicas de saúde, ao combate ao racismo, a violação de direitos e discriminação religiosa. Terreiros são espaços de sabedorias e ‘sabenças’. Plantado sobre epistemologias resistentes, onde o conhecimento perpassa por outro tempo. No candomblé costumamos dizer que não tem hora, mas tempo de cada coisa se dar.

As cosmogonias africanas sobreviventes nos terreiros, nos ensinam outras formas de enxergar relações político-sociais, ecológicas e do equilíbrio da relação saúde/doença. Neles o conhecimento sagrado está profundamente imbricado às práticas do cotidiano. Infelizmente, na contramão dessa vasta sabedoria e de algum (re)conhecimento, vemos um crescente registro de denúncias de racismo religioso e perseguição às religiões de matriz africanas (JusRacial, 2024). O que não é diferente nos ambientes de cuidado e saúde.

O racismo religioso opera cotidianamente. Cerceando, silenciando, (re)colonizando e violentando pessoas pertencentes às religiões de matrizes africanas. Segundo levantamento da startup JusRacial, em 2023 haviam nos tribunais brasileiros 176 mil processos por racismo em tramitação, sendo que um terço deles (33%) envolvendo intolerância religiosa (JusRacial, 2024).

Ainda sobre os atravessamentos das cosmogonias e epistemes africanas, o musicoterapeuta nigeriano Charles Onomudo Aluede (2006) em “Music therapy in traditional African Societies: Origin, Basis and Application in Nigeria”, nos informa que as propriedades curativas da música são conhecidas não somente nos círculos religiosos, mas também na vida cotidiana dos africanos. Esta crença é mantida e explorada, mas o que surpreende quem pesquisa por estas referências é a raridade de fatos documentados.

No mesmo trabalho, Aluede (2006, p.1), provoca ao trazer questionamentos como: “seria a musicoterapia um fenômeno recente na cultura africana?”. Confrontados com a visão colonial, onde os relatos das práticas observadas no passado, bem como a ‘régua’ que estabelece o que é ou não considerado prática musicoterapêutica é regulado pela cultura dos colonizadores (brancos europeus). Não podemos nos esquecer que são eles que muitas das vezes aprendem (sequestram) práticas de cura nas culturas africanas e nas culturas indígenas, as engessam em artigos higienizados e as devolvem como regras a serem seguidas, porém, referenciadas por autores europeus ou estadunidenses (brancos), destituídas da riqueza cultural de sua origem e vestidas por uma roupagem científica (in)questionável. Mahoney (2015) comenta que a musicoterapia tem adotado uma abordagem predominantemente eurocêntrica, sendo a maior parte da área composta por mulheres brancas. O que pode ser uma das razões para o crescimento da musicoterapia feminista, “no entanto, o eurocentrismo e a branquidão da musicoterapia ainda têm um longo caminho a percorrer em termos de inclusão” (Mahoney, 2015, p. 7).

Esta dinâmica de sequestro e exclusão também atravessa o repertório cultural. Manifestações artísticas de origem ou de grande difusão nas periferias (pelo povo preto), que seguem sendo criminalizadas (Gomes, 2023). Isadora Almeida Rodrigues e Roniere Menezes

(2018) observam que o tratamento dado ao samba, no passado e ao rap e ao funk, no presente, pela sociedade brasileira, nos mostra de forma explícita e sintomática o racismo no Brasil.

Acreditamos que a prática musicoterapêutica não escapa a essa dinâmica. Músicas de origem periférica (preta) são muitas vezes escanteadas, atacadas e descartadas nos processos musicoterapêuticos. Seja pelos próprios profissionais, ou pela coordenação dos espaços ou pelos familiares e comunidade. E a respeito das músicas religiosas, muito se vê a utilização de canções cristãs na prática musicoterapêutica. Porém, estaríamos nós, musicoterapeutas, preparados para utilizar canções, ritmos e instrumentos pertencentes a religiões diversas? Estamos preparados para entender a subjetividade humana a partir da compreensão de outras epistemes? Como exemplo a de Exu, enquanto o orixá senhor dos caminhos?

Certo, poderíamos nos perguntar por qual razão pensar na concepção de Exu, uma vez que as religiões de maior difusão (cristãs) não cultuam Exu, mas, e se a religião e/ou filosofia das pessoas, grupo, comunidade que viermos a atender sim? Estaríamos preparados para lançar mão da ideia racista de que Exu é o diabo e entender que, por não pertencer a cosmogonia cristã, nada tem Exu a ver com o vilão cristão? E que pode ser que alguém que esteja sendo atendido por musicoterapeutas nesse momento tenham Exu como aquele que organiza o caos, que rege o verbo-palavra, assim Exu é visto na cultura iorubá e nos terreiros de candomblé brasileiros (Beniste, 1997, 2006; Prandi, 2001), logo, algo fundamental para a organização subjetiva e assimilação do processo terapêutico e de cura destes indivíduos em suposição.

Para além das provocações, é importante ter a partir dessas suposições, a consciência de quão colonizada e colonizadora podem ser as práticas musicoterapêuticas. E não há promoção de saúde através de ações colonizadoras. Para que práticas anti-opressivas sejam efetivamente alcançadas, precisamos investir na formação de musicoterapeutas. E isso implica em discutir interseccionalidades e processos de Promoção da Saúde e Prevenção de Violências dentro dos cursos formadores em musicoterapia.

## **POR UMA MUSICOTERAPIA ANTI-OPRESSIVA**

Sue Baines (2013) propõe a Musicoterapia Anti-opressiva como um termo abrangente e heterodoxo que incorpora elementos de diversas teorias, como: o marxismo, o feminismo, o anti-imperialismo, o anti-racismo, o pós-modernismo crítico e o pós-estruturalismo, para explicar como os desequilíbrios de poder estão enraizados em fatores como raça, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, localização geográfica, saúde, idade, classe e renda. Oficializada como abordagem musicoterapêutica desde 2023, a Musicoterapia Anti-opressiva

reconhece que os problemas individuais estão intimamente ligados a estruturas opressoras, como o capitalismo patriarcal, racializado, homofóbico e colonial, e sua proposta inclui a elevação da consciência crítica, a solidariedade, a amplificação das vozes das pessoas atendidas e a articulação com movimentos sociais, organizações profissionais e com as formações em musicoterapia (McFerran et al., 2023).

Outras duas abordagens reconhecidas em 2023 se aliam com práticas anti-opressivas correlacionadas à visão interseccional de raça, gênero e sexualidade, sendo a primeira a Musicoterapia Feminista, desenvolvida a partir das ideias de Sandra Lynn Curtis (1996) e Susan Hadley (2006). Fundamentada no sistema de crenças feministas e em sua compreensão sociopolítica das vivências de mulheres, homens e pessoas não binárias em uma cultura patriarcal, essa abordagem se baseia em princípios como: a noção de que o pessoal é político, no compromisso com a transformação social, a valorização de relações igualitárias, tanto no âmbito pessoal quanto terapêutico, e a valorização de perspectivas diversas. E a segunda, a Musicoterapia *Queer* e Trans de Candice L. Bain, Patrick R. Grzanka e Barbara J. Crowe (2016). Trazendo as implicações de Teorias *Queers* para uma musicoterapia radicalmente inclusiva, incorporando uma prática explicitamente focada em clientes LGBTQIA+ e suas necessidades, bem como nas Teorias *Queers* para informar e influenciar a musicoterapia, enfatizando o papel dos musicoterapeutas *queer* e trans e seus aliados na criação e promoção de abordagens anti-opressivas (McFerran et al., 2023).

No Brasil apesar das várias barreiras aqui já elencadas, musicoterapeutas vem buscando maneiras de proporcionar discussões e espaços emancipatórios a partir da musicoterapia. A ver, pesquisas sobre musicoterapia e mulheres negras, como as de Michele Mara Domingos et al. (2017; 2021), Kézia Paz (2021; 2022), Jennifer Reis et al. (2024) e Maria Luiza Silva Pinho (2025). Esse último, um relato de experiência sobre o trabalho desenvolvido durante os estágios da graduação em musicoterapia da Universidade Federal de Minas Gerais. Iniciados como parte do projeto de extensão “Musicoterapia Social em Minas Gerais”.

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins, a 1ª Ocupação de Mulheres da América Latina, que tomando um edifício abandonado na cidade de Belo Horizonte, o transformam em um centro de acolhimento, cuidado (assistencial, jurídico e de saúde) e abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social, que, por mais que não se possa delimitar as questões interseccionais de raça da população atendida, vemos aqui um profundo recorte das intersecções de classe e gênero.

Ainda na perspectiva de gênero, vemos múltiplos desafios para a consolidação de práticas efetivas para a saúde do homem. Priscila Henrique Bueno dos Santos (2017) nos

informa que dentre os fatores, vemos o não reconhecimento dos homens como pessoas a serem cuidadas na saúde. A incompatibilidade com a carga horária de trabalho que dificulta o acesso aos centros de saúde e a dificuldade de verbalizar o que se sente, estigma posto por uma cultura machista que dita o comportamento do homem como alguém que não deve mostrar fragilidades. Inferimos serem esses alguns dos possíveis motivos da dificuldade de se encontrar trabalhos específicos sobre atendimentos a homens na musicoterapia no Brasil.

Com pessoas LGBTQIA+, temos a pesquisa de Junio Ribeiro et al. (2021), que propõe caminho para uma percepção atenta às complexidades e atravessamentos de violências sociais e institucionais nos atendimentos musicoterapêuticos à essa população, oportunizando escuta qualificada e conduta musicoterapêutica embasada em evidências e atravessadas por visões interseccionais.

## **PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS EM MUSICOTERAPIA**

Os desdobramentos de pesquisas aqui citadas, são observados em projetos que, embasados nessas reflexões, propõem ações emancipatórias e decolonizadoras na promoção de saúde.

Em São Paulo, o projeto "Sons de Marias", realizado na Casa de Marias pela musicoterapeuta Kézia Paz, utiliza a música e experiências musicais coletivas atravessadas pelos contextos sócio-políticos dessas mulheres de forma a estabelecer espaços de escuta e acolhimento entre mulheres negras e periféricas.

Em relação a projetos de musicoterapia com pessoas indígenas, temos como exemplo o "Ambulatório Transcultural" do Instituto de Psiquiatria (IPUB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizado na Aldeia Maracanã - Universidade Indígena Pluriétnica, liderada pelo Cacique Urutau Guajajara e Potyra Guajajara. Com início no ano de 2024, através das "Rodas do Bem Viver", foram realizados atendimentos coletivos de musicoterapia a partir da extensão acadêmica da UFRJ em formato de estágios formativos coordenados pela musicoterapeuta Mariana Mayerhoffer e pelo psiquiatra Bruno Reis. O projeto nasce de uma demanda do próprio coletivo da Aldeia, articulado pela educadora Luciana Guajajara. As ações se desdobraram em uma disciplina e evento como o "Transfluência de Saberes" embasados nas ideias de Nego Bispo pelo grupo de pesquisa "Musicoterapia e Psicanálise - decolonialidades e contracolonialidades", que dão continuidade aos temas levantados ao longo do projeto de extensão.

Outro exemplo, é o trabalho idealizado pelo musicoterapeuta Wagner Junio Ribeiro, o projeto “Diversxs - musicovivências *queers*”, realizado a partir de uma perspectiva social, anti-opressiva e decolonial, o projeto promoveu gratuitamente encontros musicoterapêuticos para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social no Centro de Convivência LGBTQIA+ aKasulo e na Casa de Acolhimento LGBT da Prefeitura de Belo Horizonte, Minas Gerais. A proposta utilizou de técnicas da musicoterapia, com foco nas práticas de composição musical, buscando proporcionar um ambiente acolhedor e seguro para compartilhamento de vivências a partir da música (musicovivências). As histórias que emergiram trazem elementos interseccionais compartilhados e a partir desses elementos, foram compostas músicas que farão parte de um EP que está sendo gravado por musicistas LGBTQIA+ da cidade de Belo Horizonte.

Numa perspectiva nacional, temos o Musicoteraprets, coletivo de estudantes e profissionais de musicoterapia formado por pessoas negras e indígenas que propõe um espaço pautado na centralidade da discussão racial em musicoterapia. No ano de 2024, o coletivo completou quatro anos, realizando a quarta edição do “Encontro Nacional Musicoteraprets”, evento presencial e com algumas atividades híbridas (presencial e online síncrono) durante três dias do mês de novembro, mês da Consciência Negra no Brasil, a partir de rodas de conversa, apresentações de trabalhos e apresentações culturais sob o tema: “Atravessamentos Decoloniais - Diversidade Étnico Racial, Promoção da Saúde e Musicoterapia”.

O Encontro promoveu ainda uma provocação epistemológica, ao trazer junto ao tema principal, o atravessamento de três filosofias africanas, o Sankofa, o Ubuntu e o Aláfia. Estabelecendo três pilares temporais dos atravessamentos decoloniais propostos. Longe da tentativa de trazer uma profunda definição dos conceitos filosóficos e epistemológicos destas tecnologias ancestrais, pensemos de forma introdutória nos conceitos de Sankofa, Ubuntu e Aláfia, entendendo que a escolha dos mesmos se deu numa tentativa de se traçar a ideia de passado, presente e futuro que promovessem ‘pertença’. Entende-se assim Sankofa, como o ato de olhar para trás para aprender e buscar sabedoria nos ensinamentos ancestrais do passado, mas com os pés em direção ao futuro (Dravet e Oliveira, 2017).

Já Ubuntu, remete à Coletividade, ao momento presente. De origem nos povos Bantu, grupos étnicos da África subsaariana, principalmente na parte sul do continente africano, Ubuntu nos faz refletir sobre interdependência, respeito à diversidade, compaixão, cuidado e responsabilidade coletiva. ‘Eu sou porque nós somos!’ (Dju e Muraro, 2022).

Representando o futuro, trouxeram Aláfia - a Conclusão Positiva. De tradição Iorubá, Aláfia (Àlàáfia) significa, de forma sucinta, Confirmação, Boa Sorte e Paz. (Beniste, 1997;

2002). Aláfia é a confirmação futura daquilo que se colhe no passado, se re-planta e cultiva no presente e se colhe novamente no futuro - ciclicamente e espiralar.

O que interliga os trabalhos acima citados, para além da abordagem interseccional dos indivíduos, é a abordagem interseccional-epistemológica. Reconhecendo e valorizando formas diversas de conceber o mundo, os indivíduos, suas questões subjetivas e suas territorialidades, o que mais uma vez, nos remete à importância de uma formação em musicoterapia que abarque em seu currículo as interseccionalidades e práticas anti-opressivas, decoloniais e emancipatórias.

### **POR UMA FORMAÇÃO DECOLONIAL: interseccionalidades e práticas emancipatórias nos currículos**

Pensar na formação de musicoterapeutas sensíveis e atentos às questões interseccionais é algo urgente. Como dito acima, as políticas de saúde não são devidamente implementadas por vários fatores políticos, sociais e estruturais, sendo um deles, o despreparo de profissionais de saúde. Despreparo esse consequente do próprio racismo, LGBTQIA+fobia e pelo machismo (cisheteropatriarcado), mas também pela falta de formação adequada sobre tais questões. E tal formação não deveria ser responsabilidade de poucas pessoas (em sua grande maioria mulheres; pessoas negras ou indígenas e/ou pessoas LGBTQIA+) que acabam por buscar essa formação fora dos cursos de musicoterapia.

Como colocado por Mahoney (2015) a respeito dos currículos de musicoterapia, que por mais que pareça que eles exijam que os alunos demonstrem conhecimento, respeito e habilidade no trabalho com populações culturalmente diversas, nem sempre os programas fornecem as ferramentas necessárias para que os alunos examinem suas próprias origens culturais e desafiem os preconceitos que carregam. Devemos pensar em espaços dentro dos próprios cursos de formação musicoterapêutica que supram essa necessidade urgente.

A sala de aula não é o lugar do senso comum, ela tem responsabilidade com o rompimento deste senso comum a partir de outras formas de saber e conhecer. Problematizar é colocar o que pensamos e fazemos em meio a história do pensamento (Oliveira e Ferrari, 2018, p. 23)

Sue Baines et al. (2019) propõem reflexão acerca dos valores heteronormativos e cisnormativos predominantes na formação musicoterapêutica, propondo maneiras de tornar os ambientes de sala de aula e estágio em espaços seguros e potentes em impactar positivamente

os alunos e as pessoas a serem atendidas. Indicando que os conhecimentos práticos de musicoterapeutas devem ser continuamente atualizados para defender e desenvolver estratégias que ampliem todas as vozes e levem as necessidades das pessoas envolvidas em processos musicoterapêuticos e comunidades marginalizadas à atenção dos tomadores de decisão.

Pensar numa formação interseccional, é também pensar de forma decolonial. E assim romper com a lógica de estabelecimento da musicoterapia apenas pela visão eurocêntrica e/ou estadunidense (colonial). Entender que a musicoterapia ocidental reporta sua gênese a partir da sistematização de uma prática musical com fins terapêuticos, nos implica a entender como legítimas as gêneses a partir das práticas musicais com fins terapêuticos de outros grupos étnico/raciais e culturais.

É necessário repensar as disciplinas que tratam da história da musicoterapia. É urgente minimamente um plural para essa visão. Em um pensamento paralelo, Paulo Castagna (2013) trouxe crítica sobre o ensino da história da música, onde o autor critica o pensamento eurocêntrico, linear [e colonizador]. Vemos como é comum traçar a história da música a partir de compositores europeus e estruturados sob uma dinâmica de nações colonizadoras. Não é diferente com a história da musicoterapia.

Para que esse pensamento se estabeleça, é imprescindível que enxerguemos a musicoterapia como algo político. Kezia Paz (2022), explica como a clínica se realiza num plano micropolítico e assim como a política, a clínica se orienta pelo desejo de mudança a partir de ações que alteram a condição dos seres humanos. “Sendo assim, trata-se de uma prática parcial e, portanto, política” (Gondar apud Paz, 2022, p. 3). A Federação Mundial de Musicoterapia também estabelece a importância política ao definir musicoterapia e suas práticas, afirmando que “a pesquisa, a prática, a educação e o treinamento clínico em musicoterapia são baseados em padrões profissionais de acordo com os contextos culturais, sociais e políticos” (WFMT, 2011).

Bárbara Carine S. Pinheiro (2023) destaca que um educador antirracista, antes de tudo, deve ter consciência de seu lugar na sociedade e do sistema de opressão vigente. O combate ao racismo deve ser uma prática diária. É importante destacar que, na perspectiva do antirracismo, as questões étnico-raciais devem ser abordadas não por mera obrigatoriedade, mas por compromisso com a consciência social e a reparação histórica.

Dessa maneira, propor formação consciente dos atravessamentos históricos e políticos na musicoterapia, observando a diversidade cultural e comprometida com o combate às violências, nos aproxima de uma prática mais assertiva, anti-opressiva e emancipatória. Cristiane Sousa da Silva e Joselina da Silva (2020), observam que a educação intercultural se

relaciona com a educação antirracista, e a partir desse pensamento é possível trilhar o reconhecimento positivo das diversidades, promovendo um cotidiano que respeite a diferença não apenas no discurso, mas também na prática.

As autoras ainda ressaltam que, ao fortalecer vínculos com territórios historicamente marginalizados, a universidade pode contribuir para a transformação social e para a superação de desigualdades históricas. Evidenciando assim, que a educação antirracista não apenas favorece a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e democrático, mas também se configura como ferramenta indispensável para a promoção da justiça social e o combate ao racismo institucional (Silva e Silva, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura existente aponta para a necessidade de se repensar a formação em musicoterapia, de modo a incorporar perspectivas antirracistas, feministas e LGBTQIA+ (*queer*), que reconheçam e valorizem as diversidades individuais e culturais. Mahoney (2015) afirma que devemos entender como nossas próprias culturas moldam nossos valores e crenças e como esses fatores influenciam nossas identidades como terapeutas. Além disso, é fundamental adquirir conhecimento cultural sobre outros grupos, incluindo a música de diferentes culturas e o papel que a música desempenha nelas.

Em paralelo, vemos que a inserção da musicoterapia no Sistema Único de Saúde, de forma a garantir atendimento gratuito à população, ainda está muito aquém do que deveria ser. O que afasta ainda mais as possibilidades de ações musicoterapêuticas que atendam essas pessoas. A musicoterapia (musicoterapeutas) precisa dar respostas a essa violência. Precisamos pautar nossas práticas em consonância às Políticas Públicas de Saúde estabelecidas para a assistência e cuidado de mulheres, pessoas negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+.

Ao trazer essas discussões para o campo da musicoterapia, este trabalho busca contribuir para a construção de um fazer musicoterapêutico que não apenas reconheça, mas também enfrente as desigualdades estruturais, promovendo práticas que respeitem e celebrem as interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade, bem como combater as violências institucionais. Como posto por Gayatri Chakravorty Spivak (2010), não se pode falar em nome do subalterno, mas é possível atuar contra a subalternidade, criando condições para que ele se articule e tenha sua voz reconhecida e ouvida. Adotando uma abordagem interseccional na formulação de políticas públicas, que inclui: a) capacitar profissionais em temas que abordem questões de raça, gênero e sexualidade; b) revisar e reformular políticas institucionais para

garantir que sejam inclusivas e equitativas, considerando as especificidades das populações vulneráveis; c) envolver as comunidades afetadas na criação e implementação de políticas, garantindo que suas vozes e necessidades sejam ouvidas e atendidas, bem como c) estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das políticas e práticas institucionais para identificar e corrigir desigualdades.

Portanto, convocamos estudantes e profissionais musicoterapeutas, bem como professores e gestores de cursos de graduação e pós-graduação em musicoterapia, a refletir sobre como pensamos e fazemos musicoterapia, a se porem junto entre as armas e os corpos pretos, gays, enlouquecidos, mesmo que simbolicamente, a partir de uma postura crítica e autocrítica, questionando lógicas hegemônicas em saúde e se responsabilizando por uma prática musicoterapêutica emancipatória (decolonial), acessível, inclusiva e anti-opressiva.

## **CAPÍTULO 2 - ARTIGO 2 - ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: uma leitura crítica sobre interseccionalidade nos currículos de graduação em Musicoterapia no Brasil<sup>6</sup>**

### **1. INTRODUÇÃO**

Procuro pensar um currículo com a diferença para abalar os extratos dos currículos já formados e fazer um currículo movimentar-se.

Marlucy Paraíso (2010)

A Musicoterapia é uma prática terapêutica que utiliza os elementos da música como meio de promover saúde, bem-estar e desenvolvimento humano (Federação Mundial de Musicoterapia - WMTF, 2011). Reconhecida como campo interdisciplinar, ela articula saberes da saúde, educação e arte, sendo aplicada em diversos contextos clínicos e sociais. Internacionalmente, sua consolidação como profissão ocorreu, no Ocidente, a partir da década de 1940, com a criação dos primeiros cursos nos Estados Unidos e na Europa, como o da *Michigan State University* em 1944 e o da *Guildhall School of Music and Drama* em Londres, em 1968.

No Brasil a primeira formação também teve início em 1968, na Faculdade de Educação Musical do Paraná, como especialização, a partir da ação da Prof. Dra. Clotilde Leinig (2008). O primeiro curso de graduação em Musicoterapia foi criado em 1972, no Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário, no Rio de Janeiro, por iniciativa de profissionais como Cecília Conde, Doris Hoyer de Carvalho e Gabrielle Souza e Silva. A legalização do curso ocorreu em 1978, com a aprovação do Conselho Federal de Educação, marcando um avanço decisivo para o reconhecimento da área como campo profissional e científico (UFRJ, 2017; Barcellos & Santos, 2021).

Após décadas de atuação, a profissão foi regulamentada com a sanção da Lei nº 14.842, em 11 de abril de 2024, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A lei estabelece critérios claros para o exercício da profissão, exigindo formação superior em Musicoterapia, seja por graduação reconhecida no Brasil, diploma estrangeiro revalidado ou especialização

Desde então, a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação tem contribuído para o fortalecimento da Musicoterapia no país. A criação da União Brasileira das Associações de

---

<sup>6</sup> Este capítulo conta com a co-autoria de Frederico Gonçalves Pedrosa.

O artigo foi submetido à Revista Currículo sem Fronteiras para a chamada Temática em parceria com a ABdC - Políticas-práticas curriculares: resistência, justiça e criação com/nos cotidianos escolares

Musicoterapia (UBAM) em 1996 e a consolidação da Revista Brasileira de Musicoterapia como espaço de divulgação científica são marcos importantes dessa trajetória: marcam a atuação dos musicoterapeutas em instituições de saúde, educação e assistência social, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e reforçam a relevância da formação acadêmica adequada para garantir práticas éticas e eficazes.

Autores como Kenneth Bruscia (1991) e Even Ruud (1998) destacam a importância da fundamentação teórica e da prática reflexiva na Musicoterapia, apontando que a experiência musical deve ser vivida, interpretada e contextualizada para gerar efeitos terapêuticos e ganho de qualidade de vida.

Durante a formação como musicoterapeuta, Junio Ribeiro e colaboradores (2023) relatam a oportunidade de experimentar a discussão sobre gênero e sexualidade numa perspectiva da população LGBTQIA+ na Musicoterapia a partir de um trabalho da disciplina “Musicoterapia na Geriatria”, ministrada na época pela Professora Dra. Cybelle Loureiro, fundadora do Curso de Musicoterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Segundo o autor principal, o tema o atravessou de tal maneira que se estabeleceu como seu Projeto de Conclusão de Curso, sendo publicado e abrindo caminho para compartilhar seus conteúdos para além da universidade. Uma das discussões mais importantes na referida pesquisa, trata-se da legitimidade da inclusão de estudos sobre gênero e sexualidade no percurso formativo de musicoterapeutas, uma lacuna que permanecia aberta (Ibidem, 2021).

A discussão inaugurada no trabalho de Junio Ribeiro e colaboradores (2023) pôde ser acompanhada em aulas pontuais, quando o primeiro autor foi convidado a falar sobre o tema na própria UFMG, em congressos e eventos de pesquisa em Musicoterapia como o Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia (ENPEMT) de 2024, porém, ainda hoje fica o desejo de que tais temas, assim como orienta os autores, sejam encontrados dentro dos currículos das formações em Musicoterapia. Será que já é possível encontrar alguma discussão, alguma disciplina que se implica em trazer estes atravessamentos? E mais, gênero e sexualidade não podem ser discutidos sem que se encare as questões raciais, e principalmente, suas relações interseccionais.

Diversos saberes oriundos de experiências populares, tradicionais, negras e periféricas não estão completamente ausentes dos currículos; contudo, com frequência, são incorporados de forma marginalizada, figurando como atividades extracurriculares, projetos sociais ou práticas lúdicas desvinculadas da estrutura formal de ensino. Em muitos casos, esses saberes aparecem de forma estereotipada ou relegados ao chamado currículo oculto, perpetuando relações de subalternidade e silenciamento, como nos aponta Nilma Lino Gomes (2007).

Carla Akotirene (2019), demonstra como a perspectiva interseccional permite compreender que sistemas de opressão como racismo, sexismo, classismo e LGBTQIA+fobia não atuam de forma isolada, mas de maneira simultânea e interligada. Essa articulação entre diferentes formas de discriminação influencia diretamente os caminhos individuais e coletivos, afetando o acesso a direitos e recursos sociais, econômicos, culturais, territoriais.

Sabemos, como nos apontam Danilo Araújo de Oliveira e Anderson Ferrari (2018), que estudos no campo do currículo têm mostrado como ele se constitui, ao longo da história, como masculino e branco. Além disso, as escolhas sobre o que incluir ou deixar de fora, bem como as ideias que esses currículos apresentam, quando tensionados, podem revelar atitudes que reforçam desigualdades de gênero, racismo e padrões de sexualidades heteronormativas.

A Música e a Musicoterapia no Brasil são produzidas e vivenciadas por uma multiplicidade de sujeitos, marcados por diferentes pertencas étnico-raciais, de gênero, sexualidade, classe, territórios e tradições culturais. Essa diversidade tensiona a centralidade de um currículo eurocentrado, historicamente pautado por epistemologias e práticas musicais hegemônicas que desconsideram ou marginalizam saberes indígenas, afro-brasileiros, populares e periféricos. Ao ignorar essas matrizes, corre-se o risco de perpetuar desigualdades e invisibilizar modos de fazer música e de cuidar que emergem de outras cosmologias e experiências históricas.

Pensar para além desse referencial único é, portanto, não apenas um gesto de ampliação epistemológica, mas também um compromisso ético e político com uma formação em Musicoterapia que reconheça e valorize os sujeitos e saberes plurais que constituem o campo no Brasil.

## **2. O CURRÍCULO COMO OBJETO DE ESTUDO**

O currículo, mais do que um mero conjunto de conteúdos a serem ensinados, constitui-se como um espaço simbólico, político e cultural, um território em disputa, em que se cruzam relações de poder, subjetividades e projetos de vida (Paraíso, 2004; Rodrigues e Oliveira, 2013; Damas, 2024). Nesse sentido, acreditamos que as teorias críticas e pós-críticas do currículo, aliadas às perspectivas interseccionais e decoloniais, abrem caminho para repensar a educação (Paraíso, 2004; Silva e Paraíso 2017; Gomes, 2007) e, em especial, os processos de formação em saúde, como espaços de invenção coletiva e resistência epistemológica (Baines et al., 2013/2019; Bain, Grzanka e Crowe, 2016; Boggan, Grzanka e Bain, 2017; Almeida, França e Melo, 2021).

Marlucy Alves Paraíso (2004) propõe o currículo como um artefato incontrolável, povoado por diversas culturas e imagens, cuja função não é restringir o pensamento, mas potencializar a criação de sentidos e experiências. Sua abordagem, inspirada em Deleuze e Guattari, propõe a noção de "Currículo-desejo", entendendo o currículo como um espaço de afetos e criação, onde se busca a ampliação da potência de vida dos sujeitos envolvidos (Paraíso, 2009). Nesse sentido, o currículo não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também gerar possibilidades para que os sujeitos possam inventar a si mesmos e ao mundo.

A compreensão do currículo como um artefato técnico e linear já não responde aos desafios sociais, culturais e políticos enfrentados pelas instituições educativas e pelos profissionais da saúde na atualidade. Em contextos marcados por desigualdades históricas e pela diversidade de saberes, corpos e práticas, torna-se urgente compreender o currículo como um território em disputa, onde se cruzam relações de poder, subjetividades e projetos de vida. É fundamental ampliar a compreensão do currículo como um espaço em que se negociam não apenas saberes acadêmicos, mas também corpos, territórios, culturas e existências historicamente marginalizados (Damas, 2024).

Numa perspectiva que desloca o currículo de sua função normativa, propondo-o como campo ético, estético, político e afetivo, Marlucy Alves Paraíso (2004; 2009) provoca ao conceber o currículo como um "Artefato Incontrolável" e "Currículo-desejo", propondo que ele seja um espaço onde se produz potência de vida, e não apenas reprodução de normas. Considerando os afetos, os corpos e os desejos como elementos centrais do processo educativo.

Já no trabalho de João Paulo de Lorena Silva junto à Marlucy Alves Paraíso, (2017) os autores indagam se professoras e professores poderiam se inspirar na diversidade de gênero e sexualidade de seus alunos como um processo de autoeducação. Propondo uma reflexão provocativa sobre o currículo escolar. Sugerindo que ele poderia se tornar um espaço mais potente e transformador se deixasse de operar pela lógica da normalização e do controle. Em vez disso, defendem que o currículo deveria acolher a diferença e permitir-se ser atravessado pelas forças que desestabilizam formas fixas e códigos instituídos, abrindo-se ao imprevisível e ao movimento criativo da vida.

Outro caminho que se desenha é o de implementação de múltiplas formas de existências e saberes nos currículos. Essa multiplicidade permite a incorporação de saberes tradicionais, populares e periféricos, o que é crucial numa perspectiva decolonial, na qual os conhecimentos indígenas, afro-brasileiros, comunitários, feministas e de existências LGBTQIA+ ganham espaço legítimo nas formações (Paraíso, 2004, 2009; Silva e Paraíso, 2017) e conseqüentemente nas práticas de cuidado e promoção da saúde.

Autores como Paulo Freire (1996), Marlucy Alves Paraíso (2004; 2009) e Nilma Lino Gomes (2007) chamam a atenção para a importância de um currículo sensível às experiências concretas e na perspectiva de emancipação dos sujeitos. Ao defender um currículo que desperte o desejo de ensinar e aprender, propõem que os processos formativos incorporem as histórias de vida, os marcadores sociais (como raça, classe, gênero e sexualidade) e as subjetividades como dimensões fundamentais da prática pedagógica. Dessa forma, uma abordagem interseccional é indispensável para que políticas públicas de saúde que desejam enfrentar as desigualdades e discriminações estruturais se estabeleçam.

Assim, pensar o currículo a partir dessas autoras e autores implica reconhecer que a formação em Musicoterapia, bem como em qualquer prática em saúde não pode se restringir a intervenções biomédicas ou comportamentais. Elas exigem práticas comprometidas com a escuta, o diálogo intercultural, o reconhecimento de epistemologias múltiplas (e subalternizadas) e o respeito às diversidades. Assumir a diversidade no currículo exige reconhecer que a formação humana ocorre de maneira situada, ou seja, dentro de contextos históricos, sociais, culturais e políticos específicos. Essa compreensão implica refletir sobre os caminhos percorridos na educação e sobre como esses contextos influenciam as práticas pedagógicas e os sentidos atribuídos ao aprender (Gomes, 2007).

Pelo exposto, uma parte considerável sobre o que atravessa os currículos não está explícito nos currículos e, neste sentido, foi cunhado como currículo oculto. O Currículo Oculto é o conjunto de todas as aprendizagens, atitudes, valores, comportamentos e visões de mundo que são transmitidos de forma implícita e não oficial no ambiente escolar. Diferente do currículo prescrito, formalizado em leis, diretrizes e planos de aula, ele se manifesta nas entrelinhas das relações sociais, das rotinas e da própria estrutura da escola (Araujo, 2018). Conforme aponta Tomaz Tadeu da Silva (2003, p.78), ele é constituído por "todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes".

Como demonstrado por Silva (2003), o currículo oculto se manifesta nas relações sociais hierárquicas, na organização do espaço e do tempo, nos rituais e regras institucionais e, crucialmente, na linguagem e nos julgamentos que os professores fazem de seus alunos. Nessa perspectiva crítica, a principal função do currículo oculto é, portanto, a manutenção e legitimação das desigualdades sociais.

Movidos por essas provocações, nos propomos a analisar como as questões de raça, gênero, sexualidade e suas interseccionalidades são abordadas nos currículos dos cursos de

graduação em Musicoterapia no Brasil. Apresentando uma breve discussão sobre as implicações dessas abordagens para uma formação crítica em saúde.

Não pretendemos estabelecer relações causais, mas, identificar padrões, ausências e possibilidades de transformação, à luz de perspectivas interseccionais feministas, como as de Djamila Ribeiro (2018), Carla Akotirene (2019) e bell hooks (2019). Em referências decoloniais, como Abdias do Nascimento (2016) e Achille Mbembe (2018), além de estudos LGBTQIA+ (*queers*), como os de Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado (2008), Toni Reis (2015; 2018) e Toni Reis e Simón Cazal (2021) e dos estudos de Sherry Wolf (2021).

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa se trata de um estudo qualitativo, de natureza exploratório-descritiva, fundamentado em levantamento e análise documental. Segundo Antônio Carlos Gil (2002), uma pesquisa documental exploratória baseia-se em fontes que ainda não passaram por um tratamento analítico, bem como em informações que se encontram em tal estado de desorganização que não possibilitam uma articulação imediata e clara com o problema de pesquisa.

#### **3.1. Delineamento da pesquisa e constituição do *Corpus***

O método de levantamento documental foi escolhido por nos permitir uma análise aprofundada dos materiais que, por sua natureza, formalizam as intenções, os valores e a estrutura de um projeto educacional.

Para análise dos conteúdos dos cursos de graduação, buscamos por seus respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) ou documento similar como o Planos Políticos Pedagógicos (PPPs). Analisamos também os Planos de Ensino (ementas) de disciplinas obrigatórias e optativas dos cursos de graduação em Musicoterapia reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) oferecidos por universidades públicas e privadas brasileiras que se encontravam ativas no mês de maio de 2025. A seleção incorporou disciplinas optativas somente quando estas foram indicadas dentro do percurso curricular nos PPCs/ PPPs ou Planos de Ensino. A análise de Grades Curriculares se deu em casos em que ou o PPC/PPP não estava explícito ou organizado junto a outros cursos (habilitações dentro do mesmo bacharelado).

A busca pelos cursos se deu pela lista de instituições formadoras disponível no site da União Brasileira de Associações de Musicoterapia (UBAM), bem como por pesquisa no site de pesquisa Google a partir dos descritores: Cursos de graduação + Musicoterapia + Brasil. A partir daí, fizemos buscas pelos documentos PPCs/PPPs disponíveis nos sites das instituições e quando não encontrado, foi feito pedido de envio do documento direto aos respectivos colegiados. Nos casos de omissão, a instituição não foi avaliada.

Não incluímos as pós-graduações em Musicoterapia, tendo em vista que, em conformidade com a lei 14.842/24 que trata da regulamentação da profissão, a partir de abril de 2026, esta modalidade não será mais válida como formadora de profissionais musicoterapeutas.

Nesta pesquisa, o *corpus* documental alvo de análise é composto pelos seguintes Projetos Pedagógicos de Curso / Planos Políticos Pedagógicos e Matrizes Curriculares:

- Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR): Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Musicoterapia (2023).
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Projeto Político Pedagógico para Implantação do Curso de Graduação em Musicoterapia - Noturno (2017).
- Universidade Federal de Goiás (UFG): Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Musicoterapia - Bacharelado (2022).
- Centro Universitário FMU: Projeto Pedagógico de Curso de Musicoterapia (2023).
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Música, com ênfase na habilitação em Musicoterapia (2016).
- Faculdades EST: Matriz Curricular do Bacharelado em Musicoterapia - Matriz 5 (Reconhecimento renovado em 2018).

Durante pesquisa em site de busca, foi encontrada oferta de Curso Bacharelado de Musicoterapia na Universidade de São Caetano do Sul (USCS). Porém não estava disponível o PPC/PPP bem como nenhuma grade curricular. Ao entrar em contato com a gestão da USCS, nos foi informado que ainda não haviam fechado turma para o curso, e que não tinham disponível o PPC/PPP. Por esse motivo não a incluímos em nossas análises.

### **3.2. Ferramenta Analítica: Análise de Conteúdo**

Para a análise sistemática do *corpus*, empregamos a técnica da Análise de Conteúdo Categorical, um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos e textos de

naturezas diversas. Esta técnica permite, de forma rigorosa e objetiva, a descrição, inferência e interpretação dos conteúdos manifestos e latentes nos documentos. Segundo Rafael Cardoso Sampaio e Diógenes Lycarião (2021), a Análise de Conteúdo Categorical constitui-se como uma técnica de pesquisa voltada à construção de inferências a partir de um determinado conteúdo, a qual envolve a codificação sistemática do material analisado, atribuindo-se códigos que, por sua vez, agrupam-se em categorias interpretativas.

A metodologia segue, em sua organização, os três polos cronológicos propostos por Laurence Bardin (2011), referência fundamental na área. A autora define a Análise de Conteúdo como um conjunto de técnicas que visam obter, por meio de procedimentos sistemáticos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores quantitativos ou qualitativos, que permitam a “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2011, p. 47).

As etapas propostas por Bardin organizam o processo da seguinte forma:

1. Pré-análise: Fase de organização do material que inclui a leitura flutuante, ou seja, um primeiro contato com os documentos, a constituição do *corpus*, a formulação das hipóteses e a definição das unidades de análise e das regras de codificação. É nesta fase que as categorias iniciais, que guiarão a análise, são construídas.
2. Exploração do material: Etapa central de codificação, classificação e categorização. O material textual é sistematicamente desmontado e reagrupado em categorias de análise que reúnem elementos com características comuns, de acordo com os critérios definidos na pré-análise.
3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Nesta fase, os dados, já categorizados, são submetidos a operações simples como a análise qualitativa e interpretativa. É o momento de fazer inferências, estabelecer relações, comparar os achados e dialogar com o referencial teórico da pesquisa, buscando os significados latentes e as lógicas subjacentes ao discurso dos PPCs/PPPs.

A análise aqui proposta dialoga com referenciais mais contemporâneos que enfatizam o caráter hermenêutico e interpretativo do processo. Análise de Conteúdo não é um procedimento mecânico, ela depende da sensibilidade e da capacidade interpretativa do pesquisador para desvelar significados em seu contexto (Bauer & Gaskell, 2017). Nesse sentido, nossa análise se alinha à perspectiva de Maria Cecília de Souza Minayo (2014), quando informa que a Análise de Conteúdo transcende a mera categorização de temas e busca compreender o texto em sua profundidade, considerando as condições sociais, históricas e institucionais de sua produção.

Assim, a interpretação não se restringe ao que está dito (conteúdo manifesto), mas avança para o não dito, para as ênfases, as ausências e as lógicas que estruturam o discurso (conteúdo latente).

Desta forma, a metodologia que adotamos pode ser resumida como uma Análise de Conteúdo Categorical de base interpretativa. O rigor sistemático de Bardin (2011) é utilizado para organizar o processo de codificação e categorização, enquanto a profundidade da análise é inspirada por Minayo (2014) e Sampaio e Lycarião (2021), buscando compreender os PPCs/PPPs como discursos políticos e pedagógicos que refletem valores, tensões e visões de mundo sobre o papel social da Musicoterapia.

A análise documental foi estruturada com base nas categorias interseccionais, considerando como raça, gênero e sexualidade estão representados ou ausentes nos documentos curriculares. Buscando compreender se e como as questões interseccionais são integradas ao currículo, seja de forma explícita ou implícita.

Conteúdos interseccionais foram considerados presentes quando citados diretamente ou quando, a partir de referências epistemológicas condizentes, foram identificadas nos títulos, descrição e/ou ementas das disciplinas e sugestões bibliográficas. Como referência epistemológicas, tomamos as autoras e autores já citados aqui bem como qualquer autor ou autora que tenha atravessamentos destes temas porventura identificados durante o percurso da investigação.

### **3.3. Definições para a atual pesquisa**

O processo de análises da atual pesquisa foi operacionalizado de forma que: a) após a leitura flutuante, foram definidas cinco categorias de análise, criadas a partir da interação entre os objetivos da pesquisa (dedução) e os temas emergentes dos documentos (indução); b) cada PPC/PPP foi sistematicamente examinado, e os trechos pertinentes foram codificados e agrupados dentro das categorias pré-definidas; e c) os dados categorizados foram dispostos em uma tabela comparativa, permitindo uma análise transversal. A interpretação buscou não apenas descrever o que cada PPC/PPP continha, mas inferir as diferentes filosofias de formação e os distintos níveis de comprometimento institucional com as pautas de interseccionalidade.

### **3.4. Criação das categorias de análise**

A construção das categorias de análise propostas para a investigação dos Projetos Pedagógicos de Curso e dos Projetos Político Pedagógicos em Musicoterapia foi realizada por meio de uma abordagem de Análise de Conteúdo Categorical, que combinou elementos indutivos e dedutivos. Por meio da abordagem indutiva, realizou-se uma leitura flutuante e imersiva dos documentos para identificar temas, conceitos, palavras-chave e estruturas recorrentes que emergiram internamente aos documentos.

Já na abordagem dedutiva, o processo foi guiado pela questão central da pesquisa – a investigação de temas de interseccionalidade. Neste sentido, a busca foi direcionada por conceitos pré-estabelecidos, como Determinação Social da Saúde, Determinantes Sociais da Saúde, Políticas Públicas", Direitos Humanos, Diversidade Étnico-Racial, Gênero e Sexualidade.

A combinação dessas abordagens permitiu a criação de um conjunto de categorias que são, ao mesmo tempo, fiéis aos dados (os PPCs/PPPs) e pertinentes ao objetivo da pesquisa. Elas se organizam em um espectro que vai do mais explícito ao mais implícito, permitindo uma análise em diferentes camadas de profundidade.

As categorias de análise que emergiram deste processo e que guiaram a investigação foram: 1) Nomenclatura e Ementas de Disciplinas; 2) Fundamentação do Curso e Justificativa; 3) Perfil do Egresso; 4) Articulação com Políticas Públicas (SUS/SUAS); e 5) Referencial Teórico e Linguagem Utilizada.

### **3.5. Apoio de ferramenta de Inteligência Artificial na análise**

Em conformidade com as práticas emergentes de transparência na pesquisa acadêmica, declara-se o uso do modelo de linguagem de grande escala Gemini 1.5 Pro (Google, 2024) como ferramenta de apoio na etapa de construção das categorias de análise (Seção 3.4). A metodologia empregada foi a de Geração Aumentada por Recuperação (RAG – Retrieval-Augmented Generation), na qual o corpus documental da pesquisa (os PPCs/PPPs) foi utilizado para contextualizar o modelo, focando sua capacidade analítica exclusivamente nos dados pertinentes a este estudo.

O objetivo dessa abordagem foi heurístico: auxiliar na identificação de padrões, contrastes e temas latentes em um grande volume de texto. É fundamental sublinhar que o papel da ferramenta foi o de um assistente de sumarização e ideação. As sugestões de agrupamentos temáticos geradas foram submetidas a uma rigorosa análise crítica, validação, e refinamento pelos autores. A definição final das categorias, sua fundamentação teórica e toda a subsequente

análise interpretativa são de inteira responsabilidade e autoria dos pesquisadores, que mantiveram controle absoluto sobre o processo investigativo e suas conclusões.

#### **4. RESULTADOS PRELIMINARES - PRIMEIRA ETAPA**

Esta seção apresenta os resultados preliminares da pesquisa, focados na primeira etapa da Análise de Conteúdo, que consistiu na codificação e descrição do conteúdo manifesto nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e Planos Políticos Pedagógicos (PPPs). O objetivo desta fase é mapear a presença explícita e a forma de nomeação de temas ligados à raça, gênero, sexualidade e diversidade nos documentos oficiais. Para tanto, os achados foram organizados sistematicamente segundo as cinco categorias de análise previamente estabelecidas: Nomenclatura e Ementas, Fundamentação do Curso, Perfil do Egresso, Articulação com Políticas Públicas e Referencial Teórico, servindo como base para a análise interpretativa aprofundada que se seguirá.

##### **4.1. Nomenclatura e ementas de disciplinas**

Esta categoria analisa a presença explícita de temas de interseccionalidade nos títulos e nas ementas (descrições sumárias) das disciplinas, sejam elas obrigatórias, optativas ou de extensão. A nomenclatura e a ementa de uma disciplina representam o compromisso institucional formalizado e a evidência mais direta e objetiva da intenção pedagógica.

Entendemos assim, que a ementa de uma disciplina pode funcionar como um micro-curriculum, um contrato simbólico entre a instituição e o estudante sobre os saberes que serão mobilizados (Libâneo et. al, 1998, 2012; Paraíso, 2004, 2009; Gomes, 2007; Minayo et. al, 2020; Mourão et. al, 2007). Sendo assim, analisar esta categoria nos permite mapear o grau de institucionalização e explicitação desses temas na estrutura curricular. A distinção entre disciplinas obrigatórias e optativas revela, adicionalmente, o grau de centralidade que o curso atribui a esses saberes: se são considerados fundamentais para todos os egressos ou um aprofundamento para os interessados.

##### **4.2. Fundamentação do Curso e justificativa**

Esta categoria analisa as seções introdutórias dos PPCs/PPPs (Apresentação, Justificativa, Fundamentação) para identificar o discurso, a filosofia e os valores que orientam

o curso. Um Projeto Pedagógico de Curso é, em sua constituição, um documento em que as seções introdutórias constroem um discurso institucional que busca legitimar a existência e a relevância do curso perante a comunidade acadêmica e a sociedade. Segundo José Carlos Libâneo (1998), o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pode ser compreendido como um documento orientador que organiza e expressa as intenções políticas e pedagógicas de uma instituição, servindo para dar sentido às práticas educativas e estruturar as condições metodológicas e organizativas para sua realização.

Esta categoria permite analisar o *ethos* do curso, ou seja, sua missão pedagógica. É nesta seção que se explicitam os "porquês", conectando a formação técnica em Musicoterapia a um projeto social mais amplo, como a busca por equidade, a transformação social ou a formação para a cidadania, revelando a matriz de valores que o sustenta.

#### **4.3. Perfil do egresso**

A análise da descrição das competências, habilidades e atitudes que o profissional formado pelo curso deverá possuir acontecerá nesta categoria. O perfil do egresso representa o objetivo final e define o sujeito que se pretende formar (Costa et. al, 2020). Analisar esta categoria permite compreender se o projeto de formação se restringe a competências técnico-científicas ou se avança para incluir competências transversais, éticas e políticas. A presença de descritores como agente de transformação, sensibilidade cultural, respeito à diversidade ou compromisso com os Direitos Humanos pode indicar que a interseccionalidade não é apenas um conteúdo a ser aprendido, mas uma característica a ser incorporada na identidade profissional do futuro musicoterapeuta.

#### **4.4. Articulação com políticas públicas de saúde e assistência social (SUS e SUAS)**

Investiga como o PPC/PPP articula a formação em Musicoterapia com os sistemas públicos de saúde (SUS) e assistência social (SUAS) do Brasil. Esta categoria é um marcador fundamental da aplicação prática dos princípios da interseccionalidade.

A promoção da saúde visa reduzir as vulnerabilidades e riscos decorrentes dessas determinações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, promovendo ações intersetoriais que articulem diferentes políticas públicas para a melhoria das condições de vida e saúde da população, como observado na Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria nº 2.446/2014). Dessa forma, tanto o SUS quanto o SUAS se configuram como estratégias

estruturais para a redução das desigualdades sociais e a promoção da equidade, atuando não apenas no tratamento das doenças, mas na prevenção e na promoção da saúde a partir do reconhecimento das condições sociais que impactam diretamente a vida das pessoas (BRASIL, 2014).

A partir desse entendimento, compreendemos que a forma como um curso da área da saúde se relaciona com as articulações SUS/SUAS podem indicar seu grau de compromisso com a saúde coletiva e a equidade. A análise não se limita a verificar a citação dos termos, mas a profundidade da articulação do PPC/PPP prepara o aluno para a lógica da atenção básica; para o trabalho em território; e/ou para a compreensão das políticas de humanização. Esta categoria avalia, portanto, a orientação da práxis profissional em direção ao serviço público e às necessidades da população.

#### **4.5. Referencial teórico e linguagem utilizada**

Analisa a linguagem predominante no documento e autores/teorias citados para identificar as correntes de pensamento que fundamentam o projeto pedagógico. Esta é a categoria de análise mais profunda, pois busca desvelar a fundamentação epistemológica do curso. A linguagem e as referências teóricas não são neutras; elas carregam visões de mundo (Libâneo et. al, 1998, 2012; Paraíso, 2004, 2009; Gomes, 2007; Minayo et. al, 2020). A presença de referenciais da pedagogia crítica, como Paulo Freire, da filosofia da diferença, como Deleuze, ou das teorias decoloniais, por exemplo, podem indicar uma matriz teórica alinhada a uma crítica social. Em contrapartida, uma linguagem focada em inovação, *networking* e mercado pode apontar para uma epistemologia mais pragmática e profissionalizante. Esta categoria permite compreender o discurso subjacente que organiza toda a proposta curricular, revelando se a sua base é mais transformadora, crítica, humanista ou tecnicista.

### **5. ANÁLISES DOS PPCs/PPPs**

Mediante as categorias de análise criadas no tópico anterior, analisou-se o PPC/PPP de cada instituição. O processo de análise partiu de uma codificação inicial, baseada na presença explícita de temas de interseccionalidade nos documentos, o que gerou uma primeira tabulação descritiva, conforme consta na Tabela 1.

Categoria de Análise	UNESPAR (2023 - Bacharelado)	UFRJ (2017 - Projeto Noturno)	UFG (2022 - Bacharelado)	FMU (2023 - Bacharelado)	UFMG (2016 - Habilitação em Música)	EST (Ano Não Especificado)
<b>1. Disciplinas Explícitas</b>	Forte e explícito. Obrigatória: "Musicoterapia e aspectos sociais e comunitários" (p. 78) - Ementa inclui Direitos Humanos e SUAS. - Optativa: "Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades" (p. 125). - Legislação (p. 12): Menção direta à "Deliberação CEE-PR nº.04/2006: Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais".	Excepcionalmente específico. - Obrigatórias: "Comunidades Tradicionais, Indígenas e Quilombolas" e "Acessibilidade Cultural" (p. 30-31 do PPC). - A temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena é destacada como um pilar do currículo (p. 69).	Integrado e alinhado a políticas. - Disciplina "Cultura Musical Brasileira 1" discute História e Cultura Afrobrasileira (p. 16). - Componentes como "Musicoterapia Social e na Educação" e "Musicoterapia na Saúde Mental" são explicitamente alinhados a políticas de Direitos Humanos e PNH (p. 16).	Foco no psicossocial. - Obrigatória: "Musicoterapia Psicossocial e Comunitária" (p. 6 e 11). - Disciplina "Psicologia Social" (p. 6). - A estrutura da matriz é por áreas de atuação (Adulto, Idoso) e não por temas transversais de interseccionalidade.	Estrutural e transversal (para todos os músicos).- O "Nível 1: Formação humanística e cultural" é comum a todas as habilitações e inclui obrigatoriamente "Relações étnico-raciais" e "Direitos humanos" (p. 14). - A habilitação em Musicoterapia constrói sobre essa base comum, com disciplinas como "Musicoterapia na Geriatria" e "na Saúde Mental" (p. 68 do PPC).	Claro e Institucionalizado. - Obrigatórias: "Música na Sociedade", "Musicoterapia e Políticas Públicas". - Destaque para o "Programa Institucional: Direitos Humanos e Cidadania I e II" como disciplina obrigatória (p. 1). - Disciplina "Música, Acessibilidade e Inclusão" (p. 2).
<b>2. Justificativa e Fundamentação do Curso</b>	Foco na transformação social via Extensão. - Justifica a reformulação pela "curricularização da extensão presente no Plano Nacional de Educação (PNE)" (p. 14). - A extensão é entendida como "interação transformadora entre Universidade e outros	Crítica ao modelo tradicional. - Fundamenta-se na necessidade de formar profissionais para atuar no SUS e SUAS (p. 15). - Crítica a formação em saúde tradicional e propõe uma formação "não médico centrada, baseada na atenção	Alinhamento com o campo profissional. - A exposição de motivos narra a inserção da musicoterapia nas políticas públicas (CBO, SUAS, SUS) como um avanço da profissão (p. 10). - O curso se justifica como resposta às	Foco na prática e no mercado. - Apresenta-se como "o único do país integrada em um núcleo especificamente da saúde" (p. 3). - Justifica-se por um "modelo pedagógico inovador que estimula o 'aprender fazendo'" e pela alta taxa	Ênfase na abrangência e diversidade. - Justifica o curso pela necessidade de formar músicos e musicoterapeutas que compreendam o "universo musical amplo e diverso" e a "demanda de abrangência sociocultural" (p. 6). - A fundamentação é sobre a formação	Não detalhado no documento. - A Matriz Curricular fala por si, mas o documento (sendo apenas a matriz) não apresenta uma seção de justificativa em prosa. A fundamentação está implícita na estrutura curricular.

	setores da sociedade" (p. 167).	básica, integral e primária" (p. 13).	novas demandas sociais e profissionais.	de empregabilidade dos egressos (95%).	artística e humanística do músico em geral.	
<b>3. Perfil do Egresso</b>	Profissional socialmente engajado. - Deve atuar no campo da "promoção e garantia de Direitos Humanos" (p. 23). - Deve "acompanhar as pessoas com respeito e dignidade independente das diferenças de raça, língua, gênero, orientação sexual, idade, capacidade de ação..." (p. 25).	O mais explícito em interseccionalidade. - Deve ter "respeito à diversidade cultural, de gênero, étnico-racial e de sexualidade que o permita agir de forma ética, investigativa, crítica e reflexiva" (p. 23). - "Consciente de seu papel social enquanto cidadão" (p. 22).	Cidadão e profissional. - O egresso deve ser capaz de atuar em diversos contextos, incluindo os sociais e comunitários, com uma compreensão das políticas públicas que regem essas áreas (p. 30-31).	Profissional generalista e ético. - "Formar profissionais aptos a atuar de forma generalista, crítica, ética, como cidadão com espírito de solidariedade" (p. 4). - Ser "agente transformador da realidade presente" (p. 4).	Músico com formação humanística. - O perfil geral (p. 9-12) é amplo. O da Musicoterapia (p. 49) foca na aplicação em saúde e educação especial, mas é construído sobre a base humanística que inclui direitos humanos e relações étnico-raciais.	Não detalhado no documento. - Assim como a justificativa, o perfil do egresso não é descrito em prosa na matriz curricular fornecida.
<b>4. Articulação com SUS e SUAS</b>	Detalhada e fundamentada. - Seção específica (p. 13-14) explica a legislação de inserção do musicoterapeuta no SUAS, SUS e na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), demonstrando profundo conhecimento institucional.	Crítica e integrada. - O curso se posiciona como uma resposta aos desafios do SUS (p. 13). - O objetivo é formar profissionais para atuar em ações de saúde pública do SUS e de inclusão social do SUAS, em equipes multiprofissionais (p. 22).	Histórica e consolidada. - A inserção no SUS e SUAS é apresentada como um marco na história da profissão no Brasil, legitimando a área (p. 10). - A formação visa consolidar essa atuação.	Foco prático. - Menciona "ampla rede de parcerias com Empresas e/ou Instituições de Saúde, Públicas ou Privadas" (p. 3). - As áreas de atuação listadas incluem "setores público e privado", com ênfase na prática.	Integrada na prática. - O estágio obrigatório da Musicoterapia é realizado em instituições como o Hospital das Clínicas da UFMG e outras instituições de saúde, o que implica contato direto com o SUS, embora não seja o foco teórico principal do PPC geral de Música (p. 53 do PPC).	Integrado ao currículo. - A disciplina "Musicoterapia e Políticas Públicas" (p. 1) aborda diretamente essa articulação, garantindo que o tema seja tratado de forma obrigatória.
<b>5. Referencial Teórico e Linguagem</b>	Linguagem da Extensão e do Social.- Utiliza termos como "interação	Linguagem filosófica e crítica. - O único PPC que cita explicitamente	Linguagem profissional e regulatória. - A	Linguagem pedagógica e de gestão. - Utiliza termos como "modelo	Linguagem acadêmica e institucional. - A linguagem é formal e	Linguagem curricular e programática. - A linguagem é direta e

	transformadora", "curricularização da extensão", "transdisciplinar". A linguagem é voltada para a ação social e comunitária, com base nas diretrizes nacionais de extensão.	Deleuze & Guattari, Maturana & Varela e Bruno Latour (p. 27). - A linguagem é densa, crítica e reflete uma base teórica pós-estruturalista e complexa.	linguagem é fortemente pautada nos marcos legais e profissionais (CBO, Matriz DACUM, resoluções do MEC e da Saúde). O foco é na consolidação e regulamentação da profissão.	pedagógico inovador", "aprender fazendo", "networking", "infraestrutura moderna". O discurso é voltado para a eficácia pedagógica e a inserção no mercado de trabalho.	estruturante, preocupada em organizar um curso complexo com múltiplas habilitações. A abordagem dos temas de interseccionalidade é mais normativa, seguindo as diretrizes do MEC.	estruturada pela grade. O uso do termo "Programa Institucional" para uma disciplina de Direitos Humanos sugere uma abordagem que é, ao mesmo tempo, curricular e parte de uma política maior da instituição.
--	---	--	---	--	---	--

Tabela 1 – Análise Preliminar

Esta primeira abordagem revelou uma aparente convergência entre os PPCs/PPPs, sugerindo um consenso otimista sobre a importância das pautas sociais na formação em Musicoterapia. Diante disso, e em alinhamento com a proposta de Minayo (2014) de buscar os conteúdos latentes e as lógicas subjacentes ao discurso, a pesquisa avançou para uma segunda etapa de análise categorial, de natureza mais crítica e interpretativa.

### **5.1. Currículo oculto: lógicas subjacentes ao discurso**

O objetivo desta segunda etapa sobrepõe a identificação dos temas presentes, ao investigar a lógica, a função e a profundidade de sua inserção em cada projeto pedagógico. Deste processo, emergiram quatro novas categorias analíticas que estruturam os resultados desta pesquisa: 1) Lógica da inclusão de disciplinas; 2) Tensão entre discurso e estrutura; 3) Profundidade do perfil do egresso; e 4) Profundidade da articulação com SUS e SUAS.

A primeira categoria, Lógica da inclusão de disciplinas, examina o porquê da presença de pautas sociais no currículo. Em vez de apenas listar disciplinas, esta categoria questiona se a sua inclusão responde a uma exigência normativa (como as DCNs ou a curricularização da extensão), a uma estratégia de legitimação profissional (alinhando-se às políticas públicas para fortalecer o campo), a um diferencial de mercado (formando um profissional humanizado e mais competitivo), ou se representa um pilar epistemológico de um projeto de formação genuinamente crítico e transformador. As evidências foram buscadas na justificativa do curso e na posição e status (obrigatória/optativa) das disciplinas na matriz curricular.

A segunda categoria, Tensão entre discurso e estrutura, opera de forma relacional, comparando o discurso institucional (presente na fundamentação, objetivos e perfil do egresso) com a estrutura curricular efetiva (grade, carga horária, obrigatoriedade das disciplinas). Esta análise busca identificar coerências e, principalmente, tensões, questionando se um curso que se declara transformador ou promotor da diversidade efetivamente aloca centralidade e carga horária significativa a esses temas, ou se eles aparecem de forma pontual e periférica, revelando um possível descompasso entre a intenção declarada e a prática pedagógica estruturada.

A terceira categoria, Profundidade do Perfil do Egresso, avalia a natureza e a radicalidade do profissional que cada PPC/PPP se propõe a formar. A análise investiga se o perfil delineado é o de um técnico competente com um verniz de humanismo (descrito por termos como ético e solidário) ou se avança para a formação de um agente político, definido por capacidades como crítica, reflexão

e ação sobre desigualdades estruturais de raça, gênero e sexualidade. Esta categoria busca, na semântica da seção Perfil do Egresso, o projeto de sujeito que o curso almeja.

Finalmente, a quarta categoria, Profundidade da articulação com SUS e SUAS, avalia se a relação com as políticas públicas brasileiras é tratada de forma instrumental ou integral. Investiga-se se o SUS e o SUAS são apresentados meramente como campos de estágio e oportunidades de atuação, ou se são abordados como objetos de estudo e crítica, com o curso preparando o aluno para compreender a lógica sistêmica da atenção primária, do trabalho em território e das políticas de humanização. A análise verifica se essa articulação é um pilar teórico, presente na fundamentação e em disciplinas específicas, ou uma consequência pragmática da necessidade de campos para a prática clínica. Principalmente se articulado com as políticas de saúde para as mulheres e populações negra, indígena e LGBTQIA+. Os resultados podem ser observados na tabela 2.

Numa perspectiva de contraste entre a linguagem e a filosofia subjacente, o mais expressivo observado deu-se entre a UFRJ e a FMU. A UFRJ apresenta uma linguagem filosófica e crítica, mencionando autores como Deleuze, Guattari e Latour, e indicando que as questões de interseccionalidade figuram como uma base epistemológica do curso. Por outro lado, a FMU apresenta uma linguagem de gestão e mercado, com termos como "networking" e "aprender fazendo" (pág. 3). Embora a FMU mencione "cidadão com espírito de solidariedade" e "agente transformador" (pág. 4), a lógica por trás dessa transformação parece ser a de um profissional eficiente e bem-sucedido no mercado, enquanto na UFRJ a transformação seria de ordem social e política.

A inclusão de pautas sociais pode servir a projetos políticos distintos: um projeto de crítica e transformação das estruturas sociais como melhor observado na UFRJ e UNESPAR, ou um projeto de formação de um profissional humanizado para melhor se adequar às demandas de um mercado de saúde cada vez mais complexo como nos pareceu a proposta do PPC da FMU. Nenhum é errado, não fazemos aqui juízo de valor, mas entendemos serem questões que os tornam filosoficamente diferentes.

Uma das observações importantes para se entender como os conteúdos foram abordados e da dimensão de seu alcance e poder formativo se deu pela observação de como eram disponibilizados. Observando como se apresentam hierarquicamente os saberes, sejam em disciplinas obrigatórias ou optativas, ou ainda, se eram abordados como conteúdo específico ou genérico.

<b>Categoria de Análise</b>	<b>UNESPAR (2023)</b>	<b>UFRJ (2017)</b>	<b>UFG (2022)</b>	<b>FMU (2023)</b>	<b>UFMG (2016)</b>	<b>EST</b>
1. Lógica da Inclusão de Disciplinas	Foco na Extensão como via de Ação Social. A inclusão de temas sociais é fortemente atrelada à "curricularização da extensão". A pauta social parece ser o veículo para cumprir uma exigência institucional (extensão), mais do que um pilar autônomo da formação clínica.	Fundamentação Filosófica e Crítica. A abordagem é a mais radical e específica. A interseccionalidade não é um "tema", mas a própria base epistemológica do curso. O risco potencial é um distanciamento entre a densidade teórica e a aplicação prática imediata.	Estratégia de Legitimação Profissional. Os temas sociais (Direitos Humanos, PNH) são apresentados em alinhamento com as políticas públicas para validar e inserir a profissão no campo da saúde. A lógica é a de fortalecimento e regulamentação da área.	Instrumentalização como Competência de Mercado. A pauta da "solidariedade" e "transformação" é enquadrada em um discurso de eficácia e empregabilidade ("networking", "inovação"). A sensibilidade social torna-se uma soft skill que qualifica o egresso para o mercado.	Diluição em uma Base Humanística Genérica. Os temas são tratados no "Nível 1", comum a todos os músicos. A especificidade necessária para a complexidade da clínica musicoterapêutica corre o risco de ser perdida. A Musicoterapia aparece como uma especialização da Música, não como um campo autônomo da Saúde.	Cumprimento Programático do Currículo. A inclusão de temas como "Políticas Públicas" e "Direitos Humanos" aparece de forma direta e estrutural, como componentes de uma grade. A ausência de uma narrativa de justificativa sugere uma lógica de preenchimento de requisitos curriculares e menos de um projeto político-pedagógico integrado.
2. Tensão entre Discurso e Estrutura	Coerente, mas com foco processual. O discurso da extensão é coerente com a estrutura, mas a ênfase é no processo da extensão universitária em si.	Altamente Coerente. O discurso radical da fundamentação se reflete em disciplinas obrigatórias e únicas no cenário nacional, como "Comunidades Quilombolas".	Coerente com o objetivo profissionalizante. O discurso de alinhamento com as políticas públicas é refletido na estrutura, que visa preparar o profissional para atuar nesses contextos.	Tensão Visível. Há um descompasso entre a retórica do "agente transformador" e a lógica pragmática e mercadológica que permeia a maior parte do documento. A	Tensão Estrutural. O discurso de uma formação humanística ampla (do PPC de Música) entra em tensão com a necessidade de uma formação clínica especializada (da Musicoterapia), que fica	Análise Prejudicada. Sem o texto de fundamentação, é difícil avaliar a coerência. A estrutura parece técnica e segmentada, sem um fio condutor explícito.

				transformação social parece ser um subproduto da busca por sucesso profissional.	estruturalmente subordinada.	
3. Profundidade do Perfil do Egresso	Perfil de Extensionista Social. O egresso é definido por sua capacidade de interagir com a comunidade e respeitar a diversidade, um perfil alinhado à missão da extensão universitária.	Perfil de Intelectual-Ativista Crítico. É o perfil mais politizado, que exige do egresso uma postura "crítica e reflexiva" sobre as estruturas de poder (gênero, raça, etc.).	Perfil de Profissional do SUS/SUAS. O egresso é preparado para conhecer e atuar dentro dos marcos regulatórios das políticas públicas. O foco é na competência para navegar no sistema.	Perfil de Profissional Generalista e Competente. O "espírito de solidariedade" é apresentado como uma das várias competências de um profissional "generalista", ético e preparado para a ação.	Perfil de Músico com Sensibilidade Social. O egresso da Musicoterapia herda o perfil geral do músico, acrescido das competências clínicas. A base é a de um artista com formação humanística.	Não detalhado. O documento não permite essa análise.
4. Profundidade da articulação com SUS e SUAS	Explícita e Funcional. A articulação é bem fundamentada e vista como um campo de atuação e legitimação profissional.	Estrutural e Crítica. O SUS e o SUAS não são apenas "campos de atuação", mas sistemas a serem compreendidos criticamente a partir da filosofia do curso.	Central e Estratégica. A inserção no SUS/SUAS é o principal argumento que justifica o curso e orienta a formação.	Superficial e Pragmática. Mencionada como parte da "ampla rede de parcerias" e dos "setores público e privado". A articulação parece ser mais uma oportunidade de prática do que um eixo central de formação teórica.	Implícita na Prática. A articulação ocorre via estágios no sistema de saúde, mas não é um eixo teórico central do PPC geral de Música.	Direta e Obrigatória. A presença de uma disciplina obrigatória de "Políticas Públicas" garante a articulação, mas sua profundidade e abordagem dependem da ementa (não disponível no extrato).

Tabela 2 - Análise do currículo oculto

No paralelo entre conteúdos em disciplinas obrigatórias e optativas, a Faculdade EST e a UFG apresentaram disciplina obrigatória sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos. A UNESPAR por sua vez apresentou uma disciplina optativa. Isso revela uma hierarquia. Quando um tema é obrigatório, inferimos que a instituição o considera fundamental e inegociável para a formação de todos os seus egressos. Quando é optativo, podemos entendê-lo como um aprofundamento, um campo de interesse, mas não essencial.

Já sobre paralelo entre conteúdos específicos ou genéricos, a UFRJ tem a disciplina que traz questões de raça e etnia de forma mais específica, intitulada “Comunidades Tradicionais, Indígenas e Quilombolas”. Isso demonstra um nível de detalhamento muito superior frente à uma disciplina genérica de Direitos Humanos. Porém, ainda assim não é possível avaliar de que forma o conteúdo das disciplinas tratam das estratégias para o combate às violências e impactos na saúde desta mesma população bem como de práticas assertivas na promoção de saúde em contexto interseccional.

A UFMG, por sua vez, insere esses temas no que denominam como "Nível 1" (pág. 4), comum a todos os cursos de música, o que é ótimo para a transversalidade, mas pode diluir a especificidade necessária para a compreensão do conteúdo e conseqüentemente para uma prática assertiva em Musicoterapia.

Como pontuado por Nilma Lino Gomes (2007), embora a temática da diversidade esteja presente nas propostas curriculares, ela geralmente não assume um papel central na estrutura do currículo. Em vez disso, tende a ser tratada como um tema transversal, muitas vezes restrito à ideia de pluralidade cultural, o que esvazia sua dimensão política e crítica. Essa limitação, segundo a autora, compromete a construção de práticas pedagógicas que enfrentem as desigualdades raciais, de gênero e de classe de forma efetiva (Ibidem).

Analisando as justificativas das propostas de curso nos PPCs/PPPs, um outro paralelo, entre a Crítica Social e a Legitimação Profissional pôde ser traçado. A UFRJ e a UNESPAR, por exemplo, justificam seus cursos a partir de uma crítica social e da necessidade de transformação. A UFG, por sua vez, assim como a UNESPAR, justifica o curso pela necessidade de alinhar a profissão às novas políticas públicas, um movimento de legitimação e consolidação do campo profissional. Já a FMU justifica pelo sucesso no mercado de trabalho. São três lógicas diferentes para a existência de um mesmo curso.

A partir da observação dos PPCs/PPPs podemos refletir sobre o não dito e as ausências. Notamos que questões ligadas a relações étnico-raciais aparecem com maior frequência, acreditamos, em parte por ser uma exigência legal mais antiga e consolidada pelas leis 10.639/2003, 11.645/2008 e pela Resolução CNE/CP 1/2004, que dizem sobre a inclusão de

temáticas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2003, 2004, 2008). Ao mesmo tempo, temas como gênero e sexualidade aparecem em menor frequência nos PPCs/PPPs, com destaque para a menção no perfil do egresso da UFRJ.

O que poderia a ausência ou menor ênfase em certos eixos da interseccionalidade nos diz sobre as prioridades de cada curso? Paraíso (2004; 2009) argumenta sobre o currículo como uma tecnologia de poder que regula quais saberes são legitimados, silenciando aqueles que emergem das margens sociais.

Embora os saberes relacionados à diversidade e às práticas culturais não estejam completamente ausentes do ambiente escolar, sua presença costuma ocorrer de forma marginalizada. Frequentemente, esses conhecimentos aparecem em atividades paralelas, projetos sociais ou ações lúdicas, sem integração efetiva ao currículo formal. Em outras situações, são tratados de maneira estereotipada ou relegados ao chamado currículo oculto, revelando uma estrutura educacional que ainda resiste à valorização plena da pluralidade de saberes (Gomes, 2007).

É precisamente nesse descompasso entre o discurso inclusivo e a estrutura curricular periférica que o currículo oculto opera, (Silva, 2003; Araujo, 2018) dado que, enquanto o currículo formal (os PPCs/PPPs) enuncia o compromisso com a diversidade, o currículo oculto ensina, por meio da hierarquia dos saberes, uma lição diferente. Ao relegar temas de gênero, raça e sexualidade a disciplinas optativas, ao diluí-los em ementas genéricas de Direitos Humanos ou, ainda, ao justificá-los por sua utilidade mercadológica, a estrutura curricular incute a mensagem de que esses conhecimentos são secundários, acessórios ou menos essenciais do que o núcleo técnico da Musicoterapia. Essa prática corrobora a análise de Nilma Lino Gomes (2007), pois, ao marginalizar esses saberes, o currículo oculto perpetua o silenciamento e a subalternidade, mesmo sob um verniz de progresso.

Consequentemente, o currículo oculto atua diretamente na formação da identidade profissional do futuro musicoterapeuta e contribui para moldar um profissional que, no que pese formalmente instruído a ser ético e solidário, pode não desenvolver as ferramentas críticas para compreender como as opressões estruturais de raça, gênero e classe impactam a saúde e as experiências musicais de seus futuros assistidos. A ausência de disciplinas que articulem a interseccionalidade com a prática clínica musicoterapêutica específica reforça, no currículo oculto, a noção de que a técnica é universal e neutra, aplicável a um sujeito abstrato, e que a

diversidade é um contexto a ser considerado, e não um elemento central que redefine a própria prática.

Ainda sobre ausências, entendemos que o fato de a matriz da Faculdade EST não ter uma justificativa ou perfil do egresso detalhado é um dado em si. A linguagem torna-se puramente curricular e programática, o que pode indicar uma abordagem mais técnica. Para a UFMG, o fato de o PPC ser do curso de Música em geral, com a Musicoterapia sendo uma habilitação, também é um dado crucial sobre a estrutura e a autonomia do campo dentro daquela universidade.

Desta maneira, observamos que há um movimento geral de incorporação de temas sociais relacionados à raça, gênero e sexualidade nos PPCs/PPPs de Musicoterapia no Brasil, o que é positivo. Contudo, essa incorporação não é homogênea e revela, no mínimo, três projetos distintos de formação, aos quais denominamos o Projeto Crítico-Político; o Projeto Profissional-Institucional e o Projeto Pragmático-Mercadológico.

Dentro do Projeto Crítico-Político vemos a UFRJ e a UNESPAR. Ambas demonstram uma visão sobre a Musicoterapia como uma ferramenta de transformação social, com forte base em teorias críticas e filosóficas. Temas críticos atravessados por questões interseccionais constituem a espinha dorsal do curso.

No Projeto Profissional-Institucional, a UFG e a Faculdade EST veem a Musicoterapia como uma profissão da saúde que precisa se alinhar às políticas públicas (SUS/SUAS) para se legitimar e ocupar espaços. A interseccionalidade é um conteúdo importante para a prática competente.

Já dentro do que chamamos de Projeto Pragmático-Mercadológico, a FMU apresenta uma visão sobre a Musicoterapia como uma carreira promissora. Trazendo a humanização e a cidadania como competências que agregam valor ao profissional e aumentam sua empregabilidade. Estes paralelos nos mostram que, por trás de uma aparente convergência de temas, existem divergências profundas sobre o que significa ser um musicoterapeuta no Brasil hoje.

Por estar disposto como habilitação dentro do bacharelado em música, o curso de Musicoterapia da UFMG não pôde ser categorizado de forma efetiva dentro das visões de projetos propostas acima, pois, devido à formação em música figurar como pilar principal na

descrição do PPC, fazer o recorte pela ótica dos projetos propostos como ferramenta de análise nos pareceu forçado.

## 6. CONCLUSÕES

Neste artigo nos propomos a analisar criticamente como as temáticas de raça, gênero, sexualidade e suas interseccionalidades são incorporadas nos currículos dos cursos de graduação em Musicoterapia no Brasil. Um dos maiores obstáculos encontrados foi a pluralidade de linguagens e possibilidades de formas com as quais os temas poderiam emergir em cada documento analisado. Após desmontar, remontar e temperar as informações contidas nos PPCs/PPPs, os conteúdos emergentes do processo de investigação nos revelaram que, embora haja uma presença formal dessas pautas nos documentos oficiais, sua integração é heterogênea e fragmentada, permitindo a identificação de projetos de formação distintos: o Crítico-Político, o Profissional-Institucional e o Pragmático-Mercadológico.

Uma de nossas principais constatações, foi a de que, em muitos casos, a inclusão de pautas interseccionais ocorre de forma alegórica. Ou seja, os temas são inseridos para cumprir uma agenda normativa ou para construir uma imagem institucional de responsabilidade social, sem, contudo, adentrar na complexidade de seus atravessamentos. Essa superficialidade fortalece o currículo oculto, que, ao relegar tais debates a disciplinas optativas ou ementas genéricas, ensina implicitamente que essas questões são secundárias frente ao núcleo técnico da profissão.

A ausência mais significativa, revelada por esta pesquisa, é a falta de disciplinas que articulem as lentes interseccionais diretamente com a prática musicoterapêutica. Não foram encontrados componentes curriculares específicos que abordassem, por exemplo, a musicoterapia na saúde de mulheres, de pessoas negras, indígenas ou LGBTQIA+. Essa lacuna indica que a formação ainda opera com a ideia de um sujeito universal, deixando de preparar os futuros profissionais para lidar com as especificidades e as violências estruturais que impactam diretamente a saúde e as experiências musicais das populações historicamente marginalizadas.

O impacto deste estudo para o campo da musicoterapia é o de lançar um convite à autorreflexão, tensionando a distância entre o discurso e a prática curricular. Como próximos passos, pesquisas futuras podem avançar para além da análise documental, investigando, por meio de estudos etnográficos ou entrevistas com docentes e discentes, como esses conteúdos são efetivamente trabalhados em sala de aula. Ademais, são necessários estudos que proponham

e avaliem modelos pedagógicos para uma integração efetiva da interseccionalidade às técnicas e teorias musicoterapêuticas, construindo pontes entre a crítica social e o fazer clínico.

Conclui-se, portanto, que a mera presença da diversidade como conteúdo pontual ou comemorativo não é suficiente. A inclusão nos currículos das questões de raça, gênero, sexualidade e suas intersecções precisam estar comprometidas com a justiça social e com a construção de uma educação intercultural crítica, que reconheça as subjetividades, as memórias e os pertencimentos dos sujeitos como dimensões centrais do processo educativo. É imperativo que essa perspectiva fundamente epistemologicamente os projetos pedagógicos, transformando a Musicoterapia em uma prática verdadeiramente emancipatória.

### **CAPÍTULO 3 – ARTIGO 3 – "DA INDIGNAÇÃO CRÍTICA À AÇÃO INTERSECCIONAL - registros da construção de uma disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória na graduação em Musicoterapia"<sup>7</sup>**

Exu matou um pássaro ontem com a pedra que só atirou hoje.  
(Provérbio iorubano)

## **INTRODUÇÃO**

As Encruzilhadas são espaços-movimentos. Onde os Caminhos óbvios e os surpreendentes se encontram. Encruzilhada é terreno fértil, do verbo Exu, do caos organizativo, da criação a partir das desconstruções e desordens (Beniste, 1997, 2006; Prandi, 2001; Rufino, 2019; Martins, 2003; Araújo e Ribeiro, 2025). A encruzilhada, na cosmopercepção afro-brasileira, simboliza o ponto de encontro e diálogo entre múltiplos saberes e possibilidades. Incorporar essa lógica na formação em musicoterapia implica reconhecer a potência da diversidade e da abertura para o novo como práticas emancipatórias, decolonizando saberes e instaurando pedagogias que valorizem o trânsito entre mundos e epistemologias.

Quando Junio Ribeiro et. al (2021) relatam a experiência de discutir sobre gênero e sexualidade, numa perspectiva LGBTQIA+, durante a graduação, o que se evidencia é o caráter raro e inusitado dessa oportunidade. Não se tratava de um tema recorrente ou esperado nos cursos, mas de uma abertura singular, quase um acontecimento fora da curva, levantando uma questão incontornável: por que a formação em musicoterapia insiste em silenciar debates sobre gênero e sexualidade? E como alcançar uma formação crítica e ética sem a presença adequada destes temas?

Aqui, expandimos a percepção ao entender que, junto a gênero e sexualidade, é imprescindível discutir raça e trazer também as violências que atravessam estas dimensões a partir de uma perspectiva interseccional. Segundo Carla Akotirene (2019), a Interseccionalidade não é apenas a soma de opressões, mas a compreensão de como elas se entrecruzam e se tornam indissociáveis nas experiências concretas das pessoas, apontando que não se pode compreender o racismo, o machismo e a LGBTQIA+fobia sem considerar as estruturas do capitalismo e do cisheteropatriarcado, tendo em vista que esses sistemas não atuam isoladamente, mas de maneira articulada. Assim, pensar interseccionalmente significa

---

<sup>7</sup> Artigo submetido ao XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia (ENPEMT).

desnaturalizar desigualdades e compreender como os marcadores sociais são construídos política e historicamente. A partir das interseccionalidades, abrimos caminho para leitura das violências e iniquidades sociais decorrentes dos processos coloniais sobre as existências racializadas, generificadas e sexualizadas (Ibidem).

A crescente discussão sobre a urgência de uma abordagem interseccional na musicoterapia evidencia um problema central: a ausência de formação sobre raça, gênero, sexualidade. Essa lacuna contribui para o despreparo de profissionais, o que perpetua desigualdades nos espaços de cuidado, como apontam os trabalhos de Baines et al. (2013; 2019), Boggan, Grzanka e Bain (2017), e Junio Ribeiro, Pedrosa e Rosário (2021). Destacando a necessidade de revisar valores heteronormativos e cisnormativos na formação, propondo ambientes de ensino comprometidos com a equidade, onde a perspectiva interseccional deve ser integrada à prática e embasada por uma educação radicalmente inclusiva.

Kézia Paz (2022, p. 7) questiona o comprometimento da musicoterapia com “dimensões disciplinares e regulatórias, ou com práticas participativas e emancipadoras”. No contexto da musicoterapia, entendemos como emancipatórias aquelas práticas que articulam ações anti-opressivas e promotoras de saúde, atuando não apenas no enfrentamento às violências, mas também na valorização das epistemologias diversas dos sujeitos e comunidades.

Partindo destes encontros encruzilhados, entre referências da própria Musicoterapia e de áreas afins, propomos a criação de uma disciplina optativa para o curso de Bacharelado em Música com Habilitação em Musicoterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A disciplina se inicia como optativa por questões práticas da burocracia, como a necessidade de uma reforma curricular e dos prazos necessários para se propor uma disciplina obrigatória. Mas seguimos acreditando que tal conteúdo deva ser inserido dentro do percurso curricular comum (disciplinas obrigatórias). Sediado na Escola de Música, o curso teve sua origem em 2009, idealizado pela professora Cybelle Maria Veiga Loureiro. Oferecendo 30 disciplinas obrigatórias e 10 optativas ao longo de oito semestres, distribuídas em diferentes escolas da universidade. O corpo docente é composto por sete professores efetivos. Em análise do Projeto Pedagógico, não foi encontrada disciplina que abordasse questões de raça, gênero e sexualidade, embora a universidade ofereça formações transversais sobre os temas que não integram o percurso curricular obrigatório.

É fundamental destacar que a ausência de uma formação interseccional não pode ser compensada pelo esforço individual de estudantes que, em sua maioria, são mulheres, pessoas negras, indígenas e/ou LGBTQIA+, que frequentemente assumem sozinhos o ônus de buscar

esses conhecimentos. Essa realidade é injusta e transfere a responsabilidade da construção desse saber a grupos historicamente marginalizados.

Nilma Lino Gomes (2007) aponta que saberes historicamente produzidos por grupos marginalizados permanecem excluídos tanto dos currículos formais quanto da formação docente. No campo da didática, a disciplina é tradicionalmente concebida como um conjunto articulado de objetivos, conteúdos, métodos e instrumentos de avaliação que orientam o ensino de saberes específicos (Libâneo, 2004; Tardif, 2002). definindo o quê, por que, como e por quem se ensina e aprende, estabelecendo as bases para as interações pedagógicas formalizadas (Sacristán, 2000). Essa perspectiva considera o currículo como um artefato linear e prescritivo, em que as fronteiras entre áreas do conhecimento permanecem rígidas e hierarquizadas, limitando abordagens integradoras e críticas (Ibidem).

Adotando uma perspectiva crítica, Paulo Freire (1996) reconstrói a disciplina como componente da práxis libertadora, um espaço de problematização da realidade em diálogo constante entre educador e educando. Nesse sentido, a disciplina mobiliza o currículo ao colocar em xeque as fronteiras estabelecidas, exigindo que os conteúdos sejam apropriados a partir das experiências concretas dos sujeitos e orientando-os à ação transformadora. O currículo configura-se como um espaço simbólico, político e cultural, um verdadeiro território em disputa onde se cruzam relações de poder, subjetividades e projetos de vida (Paraíso, 2004; Silva, 2018; Rodrigues e Oliveira, 2013; Damas, 2024). Longe de ser um documento neutro, ele traduz escolhas valorativas sobre quem somos e quem queremos ser, materializando-se tanto nas diretrizes oficiais quanto nas práticas cotidianas da sala de aula.

Atravessados por estas posições críticas, nosso objetivo é apresentar conceitos e organizar conteúdos que levem a ações assertivas. A premissa é que, ao reconhecer a história das violências, estudantes de musicoterapia podem se engajar em Práticas Emancipatórias (Baines et al., 2019; Boggan et al., 2017; Fansler et al., 2019; Junio Ribeiro et al., 2021), abrindo caminhos para discutir intersecções, propor estratégias contra a violência e promover saúde com base em teorias emancipatórias. Desta maneira, produzir conhecimento sensível a epistemologias socialmente marginalizadas, numa iniciativa que visa romper com a escassez desses debates, compreendendo que a "escola-encruzilhada [...] é lugar de arriar fatura" (Oliveira, 2025, p. 9).

## PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho se configura como o produto da dissertação para programa de Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG. Para sua construção, nos orientamos por uma abordagem qualitativa de caráter crítico e reflexivo, pela qual compreendemos sermos capazes de empreender investigações que buscam problematizar fenômenos sociais, culturais e educacionais a partir de múltiplas perspectivas (Freire, 1996, 2000; Minayo, 2001; Carspecken, 2011). Esse caminho metodológico nos possibilitou articular diferentes fontes de análise e produção de conhecimento, privilegiando a interpretação crítica e o diálogo com referenciais teóricos contemporâneos nos campos da educação, saúde e mais especificamente da musicoterapia.

Desta maneira, atravessados pelas questões até aqui levantadas, nos debruçamos na construção da disciplina “Prevenção e Enfrentamento às Violências, Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia”, iniciada em agosto de 2025, cujo o percurso organizou-se em duas etapas principais, a primeira, consistiu na análise crítica da literatura, com foco em referenciais sobre interseccionalidade, teorias decoloniais, violências estruturais e práticas emancipatórias no campo da saúde, da musicoterapia, da educação e das ciências sociais. Essa etapa não teve caráter meramente descritivo, mas buscou correlacionar lacunas e tensionamentos na formação em musicoterapia, à luz de autoras e autores que problematizam os currículos sob a perspectiva da justiça social.

A segunda etapa, correspondeu à elaboração da proposta pedagógica da disciplina, construída a partir da triangulação entre as referências centrais sobre raça, gênero e sexualidades numa perspectiva interseccional; as referências decoloniais e emancipatórias e os referenciais críticos que emergiram de forma a complementar o desenhar de cada uma das aulas da disciplina já em andamento – a pedra lançada hoje acerta o pássaro ontem, como na dialética de Exu que abre este trabalho.

Este processo constituiu-se como um exercício de pesquisa, no qual se vincula a pesquisa e a ação (Minayo, 2009), onde a escrita do artigo assume assim um caráter performativo, ao mesmo tempo em que descreve e analisa criticamente, cria condições para uma prática educativa decolonial e emancipatória. Em consonância ao que Ghisleni e Costa (2021) propõem sobre pesquisa-intervenção, como uma prática que demanda metodologias que articulem referenciais já consolidados na literatura às especificidades institucionais dos

contextos de intervenção, construindo seus fundamentos e enfrentando diferentes temporalidades e desafios.

Assim, o percurso metodológico fundamenta-se em um método que não se limita à descrição da realidade, mas a problematiza e tensiona, trazendo por vezes autoras e autores que ora se contradizem ora se complementam, possibilitando uma perspectiva ampla e construindo assim uma proposta que busca responder às ausências identificadas na formação de musicoterapeutas.

### **METODOLOGIA DA DISCIPLINA - caminhos estruturantes**

Desenvolvida por meio de práticas que favoreçam o diálogo, a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento. A partir de aulas expositivas dialogadas, discussões em grupo, estudos de caso, oficinas e vivências musicoterapêuticas, a estrutura curricular foi organizada em quatro caminhos principais que didaticamente organiza os temas progressivamente, mas interseccionalmente vão os encruzilhando dialogicamente ao longo do semestre. Sendo eles: 1) Interseccionalidades; 2) Violências; 3) Teorias Decoloniais e Emancipatórias e 4) Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia (figura 1). Tendo como objetivos desenvolver conteúdo formativo para que estudantes possam: 1) compreender os conceitos de interseccionalidade, violência estrutural e teorias decoloniais (Akotirene, 2019; Minayo, 2006; Ladeia et al., 2016; Soares et al., 2021; Achille Mbembe, 2018; Araújo e Ribeiro, 2025; Abdias do Nascimento, 1980; Maldonado-Torres, 2018; Djamila Ribeiro, 2017, 2019); 2) refletir sobre os atravessamentos de raça, gênero, sexualidade, classe e deficiência na prática musicoterapêutica (Curtis, 1996; Hadley, 2006; Baines, 2013; Bain, Grzanka e Crowe, 2016; Junio Ribeiro et al., 2021; Domingos e Cunha, 2017, 2021; Kézia Paz, 2022; Reis et al., 2024; Pinho, 2025; Silva et. al, 2025; Mayerhoffer et al., 2025); 3) analisar criticamente experiências de opressão e resistência em contextos de saúde e educação; 4) elaborar propostas de ações musicoterapêuticas com base em abordagens Anti-opressivas e emancipadoras e 5) produzir conhecimento sensível às realidades socioculturais e às epistemologias marginalizadas.

Abaixo abordaremos cada Caminho e seus respectivos conteúdos, trazendo discussão a partir das referências utilizadas para formulação de cada uma das aulas que os compõem.



Figura 1 - Esquema representativo das aulas de acordo com cada caminho

## 1º CAMINHO - Interseccionalidades

O Primeiro Caminho aborda as interseccionalidades, com foco na compreensão das múltiplas identidades e existências, bem como nas múltiplas camadas de opressão e privilégio relacionadas à raça, gênero, sexualidade, perpassando pelas relações de classe. São discutidos os conceitos de identidades sociais, suas interseccionalidades, as opressões estruturais e suas implicações nas dinâmicas sociais.

### Aula 1 – Introdução ao Conceito de Interseccionalidade

O primeiro encontro, além das formalidades iniciais de apresentação da proposta pedagógica da disciplina, seus objetivos, estratégias metodológicas e critérios de avaliação, tem como objetivo introduzir o conceito de interseccionalidade com base na obra de Kimberlé Crenshaw (1989; 2002) e Carla Akotirene (2019), articulando múltiplas formas de identidades, existências e relações de opressão como o racismo, o sexismo e a LGBTQIA+fobia.

Como referência para discutir as representações das identidades, será apresentado o capítulo sete - “O Identitarismo Como Paradigma de Gestão do Capitalismo Crise” do livro O

Que É Identitarismo de Douglas Barros (2024). O autor analisa criticamente a construção de identidades subalternizadas pela lógica capitalista e colonial, mostrando como a Europa instituiu um imaginário racializante e uma racionalidade que inferioriza a alteridade, legitimando práticas colonizadoras por meio de uma teoria do conhecimento excludente.

## **Aula 2 – Desenvolvimento do Conceito de Interseccionalidade**

Aprofunda-se a discussão sobre identidades e interseccionalidade, desenvolvendo a concepção da identidade situada nas relações de poder e atravessada por raça, gênero, classe e sexualidade, abordando de forma crítica a partir dos conceitos de Identidade Alienada e Máscara Social de Frantz Fanon (2020) e dos Níveis de Opressão trazidos por Patricia Hill Collins (2019; 2020). Para discutir as identidades de gênero e sexualidade, vamos traçar paralelos entre o conceito de Biopoder de Michel Foucault (1976), da Performatividade de Gênero de Judith Butler (2003) e Sherry Wolf (2021) e sua leitura do Gênero como estrutura de poder e dominação na sociedade.

A partir destas reflexões, propomos a interseccionalidade como ferramenta para análise das violências e como metodologia para possíveis caminhos de resistência e emancipação. A interseccionalidade visando “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, pág 14).

Traremos ainda reflexões críticas das armadilhas do identitarismo e da consciência do mesmo não como uma escolha, mas uma imposição do Estado neoliberal (Barros, 2024). Confrontando perspectivas do identitarismo enquanto Instrumentos de Controle e a identidade como Forças de Pertencimento, articulando opressões e privilégios.

### **2º CAMINHO - Violências**

O Segundo Caminho temático refere-se às violências, abordando suas expressões simbólicas, institucionais e estruturais com especial recorte no campo da saúde. Reflete-se sobre como o racismo, a LGBTQIA+fobia e o sexismo afetam práticas clínicas e contextos de cuidado. Fazemos convite à análise crítica dessas violências e à construção de abordagens éticas

que promovam o acolhimento e a resistência a partir de uma escuta comprometida com os direitos humanos e a justiça social.

### **Aula 3 – Conceito de Violência**

Neste encontro, o conceito de violência é discutido a partir da teoria social, com base no artigo de Michel Misse (2016). São analisadas as formas simbólicas, estruturais e diretas de violência, considerando seus efeitos na vida social e nos processos de cuidado em saúde. A violência direta, que se expressa em ações unilaterais de coerção física, gerando lesões corporais, traumas psicológicos e rompimentos sociais a partir de Minayo (2006). A violência simbólica, proposta por Bourdieu (2007), que opera pela imposição de significados e normas legitimadoras de hierarquias, estigmatizando grupos e restringindo seu acesso equânime ao cuidado em saúde. E por fim, a violência estrutural, conceituada por Galtung (1969), inscrita nas instituições e nas desigualdades sociais, cuja distribuição assimétrica de recursos torna certos segmentos populacionais mais vulneráveis a adoecer e menos propensos a receber atenção integral.

Reconhecer essas dimensões integradas é crucial para que políticas e práticas de saúde deixem de tratar a violência apenas como fenômeno criminal, mas como um problema social e epidemiológico que exige intervenções intersetoriais e reflexivas para atenuar seus efeitos na vida das pessoas (Minayo, 2003, 2006).

### **Aula 4 – As Múltiplas Faces da Violência: racismos, violências de gênero e LGBTQIA+fobia**

Nesta aula, propomos uma análise crítica das diferentes formas de violência que atravessam a sociedade, com enfoque nas dimensões étnico-raciais, de gênero e das sexualidades. A abordagem parte da compreensão de que essas violências não se manifestam de forma isolada, mas se entrelaçam com estruturas sociais, institucionais e acadêmicas, configurando mecanismos de exclusão e opressão.

No que diz respeito às violências raciais, a discussão se ancora na obra de Abdias do Nascimento (2016), que evidencia o genocídio negro e as práticas históricas de marginalização da população negra no Brasil. Essa perspectiva é aprofundada pela Teoria da Necropolítica de

Achille Mbembe (2018), que problematiza como determinados corpos são socialmente marcados como descartáveis e sujeitos a uma violência estrutural sistemática.

As violências de gênero são abordadas a partir de reflexões feministas contemporâneas, especialmente as contribuições de Djamila Ribeiro (2018; 2019) e Carla Akotirene (2019), que analisam a misoginia como produto de relações de poder historicamente construídas e interligadas a racismo e outras formas de opressão. A compreensão de gênero e sexualidades a partir da perspectiva LGBTQIA+ é discutida a partir dos trabalhos de Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado (2008), Toni Reis (2015; 2018) e Toni Reis e Simón Cazal (2021) e dos estudos de Sherry Wolf (2021), que propõe a compreensão de gênero como estrutura de poder e dominação, permitindo examinar como a interseção entre gênero, raça, classe e sexualidade amplia as vulnerabilidades de grupos socialmente estigmatizados.

Para concretizar essas reflexões, são propostos exemplos práticos que ilustram as iniquidades nos serviços de saúde, como as violências obstétricas enfrentadas por mulheres negras, destacadas por Leal et al. (2017); a transfobia e as barreiras ao acesso à saúde enfrentadas por pessoas trans, analisadas por Costa e Melo (2024) e os efeitos da colonialidade sobre as masculinidades negras, discutidos por Gomes Júnior (2023). A aula busca, assim, fomentar um olhar interseccional sobre as múltiplas faces da violência, incentivando a reflexão crítica sobre os mecanismos de exclusão e a necessidade de práticas emancipatórias em contextos sociais e profissionais.

## **Aula 5 – Violência Institucional e Práticas de Extermínio**

Nesta aula, propomos reflexões sobre as formas de violência institucional com base nos textos de Ladeia et al. (2016), Soares et al. (2021) e no conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018). A partir de Araújo e Ribeiro (2025), introduz-se o conceito de práticas de vida e de morte como forma de análise crítica das políticas de cuidado e exclusão.

De acordo com Ladeia et. al. (2016), a violência institucional manifesta-se nas ações e omissões de órgãos e agentes públicos que, embora incumbidos de zelar pelo cuidado, proteção e defesa da população, acabam por praticar atos lesivos aos direitos dos cidadãos. Esse arranjo pode ser compreendido à luz da necropolítica de Achille Mbembe (2018), que identifica na gestão estatal da vida e da morte um modo de soberania, um poder que decide quem deve viver e quem pode morrer. A esse respeito, Araújo e Ribeiro (2025) propõem as categorias “práticas de vida e de morte” como ferramenta analítica para distinguir ações coletivas de resistência, identificadas como os modos pelos quais comunidades constroem redes de cuidado e

solidariedade, e das políticas de exclusão e letalidade que atravessam instituições estatais. Essas abordagens críticas convidam a repensar não apenas os vazios e violências na atenção à saúde, mas sobretudo os gestos cotidianos que insistem na afirmação da vida sob condições adversas.

## **Aula 6 – Violência em Práticas de Saúde e na Musicoterapia**

Com base em Minayo (2006), abordamos a violência nas práticas de saúde, explorando como estruturas institucionais podem reproduzir desigualdades. Discute-se o racismo institucional em saúde (Werneck, 2016) e os mecanismos de silenciamento das vítimas de violência (Silva e Madrid, 2021). Para Ladeia et al., (2016), a violência institucional se materializa nos próprios serviços públicos de saúde, que deveriam garantir cuidado e proteção, mas acabam impondo negligência, coação e silenciamento aos usuários. Soares et al., (2021) demonstram como rotinas burocráticas, protocolos punitivos e práticas desumanizadas em hospitais e ambulatórios reproduzem desigualdades e estigmas, convertendo o espaço do cuidado num dispositivo de opressão.

Após a introdução dos conceitos de violência nas práticas de saúde, será proposto reflexão sobre os aspectos da violência dentro das práticas musicoterapêuticas. Discutindo conceitos de micro-violências desde as fichas de inscrição, formulários, abordagens e posturas nas práticas musicoterapêuticas.

## **Aula 7 – Avaliação 1: Interseccionalidades e Processos de Violências**

As avaliações foram organizadas em etapas complementares, de modo a favorecer um percurso formativo que articule teoria, prática e reflexão crítica. Sendo elas: 1) Reflexão crítica sobre interseccionalidades e violências; 2) Redação sobre visões decoloniais em Musicoterapia; 3) Seminário sobre Práticas Emancipatórias em Musicoterapia e 4) Participação nas aulas, debates e fóruns. A partir desses temas, propomos a construção um trabalho interligando os resultados das avaliações, encruzilhando todas as dimensões propostas nas aulas em um projeto que contenha as reflexões críticas sobre os conceitos de interseccionalidade e violências, perspectivas decoloniais e propostas de práticas emancipatórias em musicoterapia. Resultando em três ensaios distintos ao término da disciplina.

Na aula sete, realiza-se a primeira avaliação, Reflexão crítica sobre interseccionalidades e violências, na qual estudantes apresentam reflexões críticas articulando os conceitos de interseccionalidade e violência discutidos nos encontros anteriores. Em sala de aula, será

proposto a organização dos temas em tópicos, permitindo que cada estudante analise como essas dimensões atravessam a vida social e as práticas musicoterapêuticas, trazendo exemplos a partir dos estudos e de suas próprias vivências. O resultado deste trabalho será a base da parte introdutória do trabalho final.

### **3º CAMINHO - Teorias Decoloniais e Emancipatórias**

No Terceiro Caminho, são exploradas as teorias decoloniais e emancipatórias, com base nas epistemologias do Sul e em autores como Abdias do Nascimento (1980), Paulo Freire (1996), Maldonado-Torres (2018), Djamila Ribeiro (2017; 2019). As discussões giram em torno da decolonização do saber e do cuidado, com ênfase em práticas que reconheçam a autonomia, a agência e os saberes de sujeitos historicamente marginalizados. Paulo Freire (1996), diz sobre o educar como um ato político e ético que deve sempre estar comprometido com a liberdade e com a dignidade humana. A educação como prática de liberdade exige o respeito à autonomia dos educandos e a valorização de seu saber, construído em diálogo com a realidade. Em paralelo a musicoterapia, busca-se, nesse caminho, promover uma reflexão crítica sobre o poder, o cuidado e a transformação social.

#### **Aula 8 – Teorias Decoloniais e Emancipatórias**

A oitava aula introduz perspectivas teóricas decoloniais, com base em autores como Abdias do Nascimento (1980), Maldonado-Torres (2018) e Djamila Ribeiro (2017; 2019), e teorias emancipatórias que propõem práticas críticas e transformadoras no ensino. A partir do entendimento da decolonialidade como um projeto acadêmico e político voltado à análise crítica das formas como se consolidaram, historicamente, as colonialidades do saber, do poder e do ser, buscando também estratégias de enfrentamento e transformação dessas estruturas (Maldonado-Torres, 2018).

Em “O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista”, Abdias do Nascimento (1980) utiliza o conceito de quilombo como metáfora de uma sociedade alternativa, pautada na valorização da cultura afro-brasileira e na construção de uma identidade negra emancipada. Para o autor, o quilombismo representa uma ruptura com os modelos coloniais e racistas, propondo a reconfiguração das relações sociais, políticas e culturais a partir das experiências e saberes dos povos africanos e da diáspora. Mais do que denúncia da opressão

histórica, essa filosofia projeta um futuro baseado na autonomia, solidariedade e organização coletiva.

Djamila Ribeiro (2017; 2019) compreende os processos decoloniais como experiências que se articulam na desestruturação do racismo institucionalizado e na contestação do que chama de epistemicídio, isto é, o apagamento sistemático de formas de saber produzidas por grupos marginalizados. Para ela, as estruturas de privilégio social, que favorecem certos grupos em detrimento de outros, geram também um privilégio epistêmico, no qual as formas de conhecimento produzidas por estes grupos dominantes são legitimadas e amplamente reconhecidas, enquanto os saberes oriundos de grupos marginalizados são desvalorizados e silenciados. O que significa que o saber reconhecido como verdade escolar, acadêmica e cultural reproduz estruturas de poder e exclusão (Ibidem).

Segundo Porto, Rocha e Fasanello (2021), emancipar, nessa ótica, significa capacitar comunidades e sujeitos historicamente marginalizados a assumirem protagonismo na elaboração de políticas públicas e na definição de práticas de cuidado, reforçando sua autonomia e autodeterminação. Os autores destacam ainda que esse modelo valoriza saberes populares, promove a equidade e amplia a participação social, elementos essenciais para garantir a saúde como um direito efetivo, combater desigualdades e fomentar modos de vida mais sustentáveis e dignos (Ibidem).

## **Aula 9 – Escrivências e Oralituras: visões decoloniais dos processos de ensino-aprendizagem e práticas musicoterapêuticas**

Neste encontro, discutem-se as Escrivências de Conceição Evaristo (2019; 2020) e a Oralitura proposta por Leda Maria Martins (2003), como propostas decoloniais de reconhecimento e valorização de saberes ancestrais de conhecimentos.

Conceição Evaristo (2019; 2020), célebre autora brasileira, cunha ao longo dos anos o termo “Escrivências”. Essa expressão refere-se a uma escrita que nasce de uma experiência, de uma vivência, e também, como uma escrita que foge do uso habitual do alfabeto, uma escrita que pode se dar com o corpo, com a dança, que não reflete uma escrita somente de si, mas de uma coletividade. Que nasce do processo de apoderar e empoderar-se da própria narrativa, rejeitando o olhar colonizador sobre as próprias histórias, dita no plural como algo que abarca diversidades (de Oliveira, de Camargo Sampaio e Silva, 2021)

Já Leda Maria Martins (2003) desenvolve o conceito de oralitura como uma forma diferente de pensar a tradição oral e sua materialidade epistêmica. Segundo a autora, Oralitura

é um neologismo que combina oralidade e leitura/escrita, rompendo a dicotomia entre discurso falado e produção textual (escrita), incorporando-os como uma experiência performática encorpada (Ibidem).

Assim, compreender a Oralitura como uma epistemologia incorporada, ou seja, compreender que saberes ancestrais são inscritos na memória do corpo por meio de voz, gestos, cantos e rituais, que constituem uma forma de conhecimento não alfabético. Como nos diz a autora: “O que no corpo e na voz se repete é também uma episteme” (Martins, 2003, p. 70).

A colonialidade do saber, conforme argumenta Maldonado-Torres (2018), opera por meio de consensos que determinam quais perspectivas são reconhecidas como legítimas na produção de conhecimento. Essa lógica, ancorada no eurocentrismo, relega saberes não-brancos à inferioridade, instaurando uma hierarquia que associa o não-europeu ao passado, ao atraso ou ao folclore. Nesse processo, epistemologias outras são silenciadas ou exotizadas em nome de uma pretensa universalidade do saber ocidental.

Aqui, em direção decolonial, e a partir de atravessamentos pluriepistêmicos, trazemos questionamentos às gênesis da musicoterapia contemporânea, ao eurocentrismo da narrativa histórica da musicoterapia para assim pensarmos em outras concepções de práticas musicais promotoras de saúde. Teremos como sugestão o trabalho de Aluede (2006) sobre musicoterapia e sociedades africanas. Utilizando-se dessas reflexões, discutimos a importância de currículos mais diversos e decolonizados em musicoterapia, a partir de propostas como as de Baines et al. (2019), Junio Ribeiro et al. (2021) e Kézia Paz (2022).

#### **4º CAMINHO - Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia**

Por fim, o Quarto Caminho centra-se na promoção da saúde e nas práticas emancipatórias em musicoterapia. Este caminho amplia a compreensão de saúde para além do modelo biomédico, integrando dimensões sociais, culturais, políticas e comunitárias. São abordadas experiências de musicoterapia social, comunitária e coletiva, com foco em práticas que favoreçam o cuidado interseccional, a escuta sensível e o fortalecimento de sujeitos e comunidades. Propõe-se, assim, o desenvolvimento de projetos musicoterapêuticos comprometidos com a justiça social, a equidade e a dignidade humana.

#### **Aula 10 – Promoção da Saúde e Prevenção da Violência: políticas de reparação e práticas de vida**

Na aula dez, discutiremos a partir da consolidação de políticas nacionais direcionadas a segmentos historicamente vulnerabilizados, sendo elas: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria GM/MS n. 992, de 13 de maio de 2009; 3. ed., 2017), a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Portaria GM/MS n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Portaria MS/SAS n. 699, de 2 de junho de 2004) e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria MS/SAS n. 254, de 30 de janeiro de 2006).

A política de promoção da saúde no Brasil está fundamentada em princípios legais que visam a melhoria da qualidade de vida da população por meio de ações intersetoriais e preventivas. De acordo com a Lei nº 8.080/1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), a promoção da saúde é um dos pilares do sistema (BRASIL, 1990). Essa abordagem foi fortalecida com a publicação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída pela Portaria nº 687/2006 e atualizada pela Portaria nº 2.446/2017, que enfatiza a necessidade de práticas que favoreçam estilos de vida saudáveis, participação social e equidade. Assim, a promoção da saúde vai além da assistência médica, articulando políticas públicas para garantir o direito à saúde como condição essencial para o desenvolvimento humano (Brasil, 2006, 2018).

Essas políticas, fundamentadas pelos princípios da universalidade, integralidade, equidade, transversalidade e da participação social, reconhecem as determinações sociais de saúde e garantem estratégias específicas de cuidado culturalmente sensíveis (BRASIL, 2009; 2011; 2004; 2006). Nesse contexto, Araújo e Ribeiro (2025) introduzem o conceito de “práticas de vida” como modos coletivos de resistência cotidiana, que articulam saberes comunitários e fortalecem a autonomia, o cuidado mútuo e a solidariedade como antídotos à Necropolítica, entendida por Mbembe (2018) como a gestão biopolítica da morte. Ao valorizar essas práticas, a saúde deixa de ser apenas serviço e torna-se ato político de afirmação da vida contra as lógicas de exclusão e violência de Estado.

## **Aula 11 – Práticas Emancipatórias em Saúde / Avaliação 2**

Como Kézia Paz (2022), acreditamos que os profissionais da musicoterapia precisam ser instigados a repensar suas práticas. É fundamental que cultivem um olhar politizado, capaz de questionar e romper com paradigmas como a hospitalização, a medicalização e a patologização dos modos de vida, reconhecendo a potência da escuta, da expressão e da subjetividade como caminhos de cuidado e transformação.

Nesta aula abordaremos como Práticas Emancipatórias em saúde têm ganhado relevância crescente no campo da saúde coletiva brasileira, especialmente diante dos desafios

impostos por modelos hegemônicos de cuidado marcados pela medicalização, hospitalização e patologização dos modos de vida. Nesse contexto, traremos contribuições a partir de Porto, Rocha e Fasanello (2021) e Cecília Minayo (2006) e suas contribuições fundamentais para a construção de abordagens críticas, sensíveis e transformadoras, como reflexões que apontam para a necessidade de práticas que promovam justiça em dimensões social, sanitária, ecológica e cognitiva, e que reconheçam os saberes locais como legítimos e potentes na produção de saúde.

Nesta aula, também será realizada a apresentação dos trabalhos referente à segunda avaliação dos estudantes: Redação sobre visões decoloniais em Musicoterapia, sobre visões decoloniais em musicoterapia, com base em Porto et al. (2021), que propõem uma articulação entre saúde, ecologias e emancipação e Kézia Paz (2022), que discute a dimensão política das práticas musicoterapêuticas. O trabalho será organizado na redação de um pequeno texto que articule os tópicos da primeira avaliação aos estudos de perspectivas decoloniais em Musicoterapia, incentivando a problematização de modelos hegemônicos e a valorização de epistemologias plurais frente às violências

## **Aula 12 – Práticas Emancipatórias em Musicoterapia**

Na aula 12 propomos reflexões sobre abordagens críticas a partir da Musicoterapia Feminista, proposta inicialmente por Curtis (1996) e posteriormente desenvolvida por Hadley (2006), na Musicoterapia *Queer* e Trans, apresentada por Bain, Grzanka e Crowe (2016) e na Abordagem Anti-opressiva em Musicoterapia de Baines (2013).

As abordagens críticas em musicoterapia reconfiguram o cuidado em saúde como terreno de questionamento das hierarquias e de afirmação de identidades historicamente marginalizadas. A musicoterapia feminista, por exemplo, estabelece um modelo de intervenção voltado ao empoderamento feminino, em que o ato de criar e registrar músicas próprias se torna ferramenta de conscientização política e solidariedade (Curtis, 1996). Essa ênfase no protagonismo das mulheres aponta para a urgência de romper com práticas terapêuticas que reforçam papéis de gênero pré-estabelecidos e reafirma a música como espaço de denúncia e reconstrução de subjetividades (Hadley, 2006).

Em paralelo, a perspectiva *queer* inspira uma musicoterapia que problematiza pressupostos heteronormativos e binários, pautando-se na Teoria *Queer* para ampliar o escopo dos atendimentos a todas as expressões de gênero e sexualidade (Bain et al., 2016). Essa orientação propõe intervenções radicalmente inclusivas, em que musicoterapeutas adotam uma

postura de escuta e questionamento constante das convenções sociais, favorecendo uma prática que celebra a multiplicidade de afetos e identidades. Ao deslocar o foco da adaptação do indivíduo a normas pré-estabelecidas, a Musicoterapia *Queer* convoca comunidades a reinventarem coletivamente suas relações de poder.

A musicoterapia Anti-opressiva, por sua vez, assume que todo ato terapêutico é político, pois são atravessados por dinâmicas de privilégio, dominação e resistência (Bain et al., 2016). Nesse sentido, reeducar o olhar do terapeuta para as estruturas de poder, conforme preconiza Mahoney (2015), torna-se condição para implementar práticas que interfiram na reprodução de violências cotidianas. Já a abordagem multicultural demanda reflexividade contínua sobre as próprias referências culturais do musicoterapeuta, convidando-o a um aprendizado permanente acerca dos saberes populares e das tradições musicais dos clientes (Mahoney, 2015).

Essas correntes convergem para consolidar uma musicoterapia orientada pela justiça social, que não apenas trata sintomas, mas mobiliza a música como dispositivo de transformação comunitária e de fortalecimento das vozes subalternizadas. Buscando contribuir para a construção de experiências que possibilitem a superação de múltiplas vulnerabilidades, promovendo o fortalecimento e a ampliação das redes de relações, de modo a desenvolver estratégias que assegurem o acesso, a promoção e a efetivação dos Direitos Humanos (Arndt e Maheirie, 2020).

### **Aula 13 – Musicoterapia e Atravessamentos Étnico-raciais**

Apresentar práticas de musicoterapia em contextos de diversidade étnico-racial requer olhar atento a iniciativas que colocam o diálogo intercultural e a justiça social no centro do cuidado em saúde. Experiências recentes em Minas Gerais e no Rio de Janeiro ilustram bem esse movimento.

O Musicoteraprets é um coletivo formado por pessoas negras e indígenas, profissionais e estudantes de musicoterapia que, desde 2021, organizam anualmente o Encontro Nacional Musicoteraprets. Na sua quarta edição, ocorrida entre os dias 28 e 30 de novembro de 2024, o evento assumiu o tema “Atravessamentos Decoloniais: diversidade étnico-racial, promoção da saúde e musicoterapia”, reunindo mesas-redondas, oficinas, apresentações artísticas e pela primeira vez, apresentação de trabalhos e pesquisas sobre o tema. Ao criar um espaço de escuta e valorização dos saberes negros, o encontro problematiza práticas musicoterapêuticas

emancipatórias e fortalece a promoção da saúde pela construção coletiva sensíveis às trajetórias etnoraciais.

Já na capital do estado do Rio, o Ambulatório Transcultural em Saúde Indígena, instalado em 2022 junto ao espaço cultural e universitário pluriétnico da Aldeia Marakanã, incorpora a musicoterapia como ferramenta de acolhimento e cura comunitária. Coordenado em parceria entre lideranças indígenas e setores públicos, o ambulatório oferece rodas de canto e percussão tradicional, integradas a rituais de diálogo sobre ancestralidade e territórios. Segundo Mayerhoffer et al. (2025), esse funcionamento híbrido, que mescla práticas biomédicas, saberes ancestrais das etnias presentes na Aldeia e metodologias participativas de pesquisa-ação, tem demonstrado resultados promissores no fortalecimento da saúde mental e no resgate de referências culturais dos usuários indígenas e não-indígenas.

Juntas, essas experiências apontam para uma musicoterapia que se constrói na intersecção de saberes ancestrais e acadêmicos, rompendo a neutralidade tecnicista e materializando a equidade étnico-racial como vetor de promoção da saúde.

#### **Aula 14 – Musicoterapia, Gênero e Sexualidade**

Encerrando a disciplina, discute-se a importância das experiências *queer* e de gênero na musicoterapia, com base em projetos como Di-Versxs, Casa Tina Martins e Casa Lilian. Trabalhos como os de Junio Ribeiro et al. (2021), Domingos e Cunha (2017; 2021), Reis et al. (2024), Pinho (2025) e Silva et. al (2025), oferecem exemplos de práticas interseccionais e comunitárias, voltadas ao cuidado de mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade.

As perspectivas *queer* e de gênero na musicoterapia rompem com modelos hegemônicos ao reconhecer as vivências de mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ como centrais nos processos terapêuticos. No Di-Versxs, por exemplo, musicoterapeutas LGBTQIA+ coordenam grupos onde a improvisação e a composição coletiva são instrumentos de afirmação e resistência à normatividade de gênero (Soares, 2024). A Casa Tina Martins, referência de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica em Belo Horizonte, incorporou rodas de percussão e canto como práticas de autocuidado, fortalecendo laços de sororidade e protagonismo feminino (Pinho, 2025).

Whitehead-Pleaux et al. (2012) elaboraram um guia de melhores práticas em musicoterapia voltado ao atendimento de pessoas LGBTQIA+, que se tornou uma base importante para produções posteriores na área. O documento propõe diretrizes abrangentes que

envolvem aspectos clínicos, institucionais, educacionais e formativos, com o objetivo de promover uma atuação ética, inclusiva e culturalmente sensível por parte dos profissionais da musicoterapia.

### **Aula 15 - Avaliação Final e Encerramento**

Neste encontro, faremos um Seminário sobre Práticas Emancipatórias em Musicoterapia. Onde estudantes da disciplina apresentarão propostas de Práticas Emancipatórias referenciadas nos conteúdos das aulas anteriores. Aprofundando as discussões em grupo, compartilhando experiências e exercitando a produção coletiva de conhecimento.

A organização se dará na divisão da turma em grupos temáticos, onde cada grupo formulará de forma empírica o público ao qual será direcionado o trabalho. Pensando nesta população a partir da sua territorialidade, faixa-etária, nas identidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade presentes, bem como, nos atravessamentos interseccionais, para assim propor práticas musicoterapêuticas emancipatórias substanciadas nas referências discutidas no percurso da disciplina. O conteúdo desenvolvido a partir das duas primeiras avaliações servirá como base introdutória e justificativa deste trabalho, fechando assim um ciclo onde todo o conteúdo se entrecruza.

Por fim, a participação ativa nas aulas, nos debates e nos fóruns será considerada parte fundamental da avaliação, entendendo que o envolvimento contínuo e dialógico é essencial para a construção de um aprendizado crítico e transformador.

como base introdutória e justificativa deste trabalho, fechando assim um ciclo onde todo o conteúdo se entrecruza.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nossa proposta de uma disciplina que evidencie as violências sociais, institucionais e que busque uma formação decolonial, anti-opressiva estabelecendo bases para práticas emancipatórias em musicoterapia, emerge como resposta a uma lacuna histórica nos currículos de graduação no Brasil. A ausência de debates consistentes sobre interseccionalidades e suas implicações na formação e na prática profissional não é neutra, mas reflete a reprodução de epistemologias hegemônicas que silenciam ou marginalizam saberes, experiências e sujeitos

historicamente subalternizados. Nesse sentido, propor tal disciplina é como um gesto que busca reposicionar a musicoterapia em um horizonte crítico, ético e anti-opressivo.

Mais do que acrescentar novos conteúdos, a disciplina se coloca como espaço de deslocamento epistemológico e metodológico. Os caminhos aqui propostos, ao encruziar Interseccionalidades, Violências, Teorias Decoloniais e Emancipatórias, e Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia, não se organizam como um acúmulo de temas isolados, mas como um campo de tensionamentos, onde se busca articular teoria e prática, reflexão e ação em direção ao enfrentamento às múltiplas formas de opressão e a promoção da saúde em uma perspectiva ampliada, considerando as desigualdades estruturais que atravessam corpos, subjetividades e territórios.

A opção por metodologias dialógicas, pela escuta ativa e pela construção coletiva do conhecimento, diz de nossa convicção de que formar musicoterapeutas implica também formar sujeitos críticos, capazes de reconhecer as múltiplas formas de opressão que atravessam suas próprias práticas e de atuar na promoção de saúde de maneira sensível às desigualdades sociais.

Torna-se, portanto, urgente incorporar saberes que expressam a produção histórica das diferenças e das desigualdades para que o currículo deixe de tratar a diversidade de forma romântica e passe a promover uma educação crítica, inclusiva e alinhada às realidades socioculturais dos estudantes e suas comunidades. Essa concepção de currículo crítico e dinâmico oferece o suporte teórico necessário para que a promoção da saúde deixe de ser entendida como mera aplicação de protocolos e passe a ser uma prática ético-política, ancorada na escuta dos contextos e saberes diversos. Ao incorporar diversidades, esse Currículo-Acontecimento cria espaços de invenção coletiva na elaboração de estratégias de cuidado integral.

Nesse cenário, a educação deixa de ser um preparatório frio para o exercício profissional e torna-se ela mesma um dispositivo de promoção da saúde e empoderamento. Um Currículo-Movimento. Reconhecemos, entretanto, que esta proposta ainda é um passo inicial. Sua materialização dependerá não apenas da disposição institucional em acolher mudanças curriculares, mas também da abertura para o diálogo contínuo com estudantes, docentes e comunidades. Essa dimensão processual reforça que a transformação da formação em musicoterapia não se dá de forma imediata, mas por meio de movimentos coletivos e permanentes de crítica, resistência e criação.

Assim, buscamos apresentar não apenas uma disciplina, mas a possibilidade de repensarmos a própria compreensão do que significa formar musicoterapeutas no Brasil contemporâneo. Ao inscrever interseccionalidade, decolonialidade e emancipação como

princípios estruturantes, abrem-se caminhos que nos permite vislumbrar uma musicoterapia comprometida com a justiça social, com a dignidade das diferenças e com a construção de práticas que se reconheçam como parte das lutas sociais de seu tempo. É nesse entrecruzamento de saberes, corpos e resistências que se vislumbra uma formação verdadeiramente emancipatória e transformadora.

Por fim, acreditando que a inserção de conteúdos sobre interseccionalidade, decolonialidade e práticas emancipatórias nos cursos de musicoterapia não constitui apenas uma atualização curricular, mas uma necessidade ética e política para a consolidação de uma formação que contribua para sociedades mais justas e igualitárias. Espera-se, assim, que esta iniciativa rompa em novos caminhos e atravesse velhas encruzilhadas, inspirando outras experiências formativas e pesquisas, fortalecendo a construção de uma musicoterapia crítica, socialmente engajada e comprometida com a transformação das realidades em que atua.

## **CAPÍTULO 4 - MEMÓRIAS DE UMA ENCRUZILHADA PEDAGÓGICA: a Escrivência como testemunho de uma experiência docente em musicoterapia**

A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos

(Conceição Evaristo, 2017, p. 54)

Inspirado na Escrivência de Conceição Evaristo (2019; 2020), construo este capítulo como um espaço de partilha das vivências, impressões, descobertas e das aflições que me atravessaram no exercício da docência na disciplina proposta. Não se trata de apenas de um relato de experiência, mas de um diário, que assume a escrita como prática de memória, testemunho e reinvenção de si. Ao abraçar a Escrivência, reconheço que a narrativa não se limita a registrar fatos, mas se inscreve como gesto político e estético de afirmação de uma subjetividade situada, atravessada pelas encruzilhadas da vida acadêmica e pessoal.

Outra inspiração que me atravessa na construção deste capítulo, é a escrita de Carolina Maria de Jesus, sua narrativa autobiográfica, em forma de diário, mas não uma escrita de diário ensimesmada, mas atenta ao mundo, crítica e denunciadora. No livro “Quarto de Despejo - diário de uma favelada”, Carolina Maria de Jesus (2014) inicia cada história por uma data, um acontecimento e, a partir daí, vai tecendo em palavras sua percepção atenta sobre o mundo. A cada nova data, Carolina nos diz sobre o racismo, sobre o machismo, sobre a pobreza relegada ao povo preto nas favelas como prática de manutenção colonial, mas também nos diz sobre seus afetos, sua família, sua sobrevivência e sua consciência política ao denunciar, por exemplo, o descaso dos políticos com os ‘favelados’ - “os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (Jesus, p. 39, 2014). A escrita de Carolina para mim, me parece um grande ato emancipatório.

Assim, também desenho este capítulo, como uma escrita íntima e cotidiana, em que minhas próprias encruzilhadas se transformam em território de reflexão crítica, abrindo caminhos para compreender a docência não apenas como prática pedagógica, mas como lugar de encruzilhamento, aprendizado, criação e emancipação.

Já aviso de antemão que aqui quebrarei algumas regras. Retomando um pouco a ‘sonoridade’ das palavras do preâmbulo, a Oralitura de Leda Maria Martins Martins (2003) se apodera das minhas mãos e delas já não mais sairão orações enrijecidas, aqui peço licença à

academia, e quem toma a escrita é minha voz, como se pudesse de fato ser ouvida, trazendo outras tonalidades narrativas. De modo a não gerar outras frustrações, já adianto também que não será possível trazer toda a história vivida na experiência didática. Sim, para cumprir a entrega desta dissertação em tempo hábil, tivemos que delimitar nossa narrativa somente até o nono encontro, mas prometo ser fiel e compartilhar com sinceridade minhas percepções e sentimentos dentro do que for possível.

Para o processo de implementação da disciplina “Tópicos em Musicoterapia - Prevenção e enfrentamento às violências, promoção da saúde e práticas emancipatórias em musicoterapia”, realizei o processo de inscrição como professor voluntário, sendo aprovado em 23 de julho de 2025 e dando início as aulas em 12 de agosto de 2025, aulas estas que seguirão até o dia 02 de dezembro, já após a defesa desta dissertação.

Assim que os trâmites foram realizados e que já constava a disciplina na grade curricular, confesso, que num primeiro momento, uma ansiedade me ocupava a mente: será que as pessoas vão se inscrever? - eu me perguntava aflito. Sei que temas como estes, costumam ser interesse de quem de alguma maneira é atravessado por eles. Mas, será que mesmo estas pessoas se interessarão em discuti-los? E me preocupava a ideia de uma bolha, de que pessoas que nunca tiveram contato com estas discussões (a meu ver as que mais precisam) continuassem distantes e isentas.

Fui acompanhando as matrículas como quem acompanha o placar de sua escola de samba do coração, eu sou assim com a Viradouro, a cada 10 que sai do alto-falante o coração vai acelerando, consciente de tudo que está em jogo naquele momento. Até que em 11 de agosto de 2025, um dia antes da nossa primeira aula - Àlàáfia! - para minha surpresa, foram dezesseis o número de inscritos, dezesseis não é um número qualquer para pessoas como eu. Já tinha respostas para minhas aflições, agora eu me convencia mais de que seriam caminhos abertos e prósperos, àlàáfia!

## **12 de agosto de 2015**

Nossa primeira aula se deu num dia 12, olha eu mais uma vez observando o que muitos chamam de coincidência, numa terça-feira, dia de Ogum, aquele que também rege os caminhos ao lado de Exu. Nos encontramos na sala quatro da Escola de Música, de 17h20 às 19h, como se seguirá até o final do semestre. Regressar à minha escola para lecionar me emociona já no momento em que, vestido de branco, como quem se resguarda e se prepara, ponho os pés no chão daquele espaço. Ora, eu que por tanto lutei, cavei espaço com as unhas para de alguma

forma tratar destes assuntos durante minha formação em musicoterapia ali, agora voltava para legitimar o espaço devido que tal discussão merece: uma disciplina inteira para se debruçar sobre as questões de raça, gênero, sexualidade e das violências que atravessam estes corpos, e melhor, para discutir estratégias para o enfrentamento a estas violências.

Logo no início da aula nos apresentamos, provoquei ao me descrever para uma aluna deficiente visual, para além de uma autodescrição de minha imagem, me descrevi como: *uma bicha, preta, macumbeira e musicoterapeuta*. A turma riu, rimos juntos, mas, o que poderia ser apenas uma brincadeira, inaugurava toda a problemática a que a disciplina se propõe: quem somos e o que/porquê o que somos enfurece tanto a sociedade? Por quê somos colocados à margem dessa mesma sociedade, excomungados e criminalizados? Tratados como escória, aberração, lixo? Hoje ‘aquele que é marginal’ tomou conta da cadeira acadêmica, e talvez você me pergunte: e “pode o lixo falar? O lixo vai falar e numa boa” (Gonzalez, 2020, p. 89).

Trazer uma perspectiva epistemológica da encruzilhada como algo que costura e atravessa minha narrativa, faz ainda mais sentido quando me encontro com a turma pela primeira vez. A pluralidade ali presente traz energia logo de cara ao que a disciplina propõe - transformar realidades. Fiquei muito feliz em ver que não estaríamos ali falando somente para nós, o que forma alguma não nos desapetece, mas nosso objetivo é romper nossa bolha. Ter ali pessoas tão plurais, brancas, negras, jovens, idosas, heterossexuais, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, estudantes de Musicoterapia, da Licenciatura em Música e da Música Popular se encruzilhando foi de fato animador, uma potência de transformação.

## **19 de agosto de 2025**

Hoje aprofundamos nas questões de identidade, falamos sobre identidade racial, de gênero e sexual. Percebi que alguns alunos (homens) pareciam um pouco incomodados quando entramos nos assuntos de gênero e sexualidade. Será o próprio tabu dos temas? Será a crítica ao machismo que de alguma forma nos atravessa e traz desconforto. Como será para os homens encarar de frente as críticas e denúncias contra o comportamento machista e práticas misóginas talvez pela primeira vez?

Penso em como é para mim, como homem *cis*, me atentar e travar uma luta diária contra o machismo enraizado em mim e nas práticas institucionais, pois, a sociedade também se encarrega de me alocar hierarquicamente em detrimento do meu gênero. Lembro que a formação que busco constantemente me instrumentaliza para a percepção e para uma ação assertiva, mas minha criação se deu e ainda se dá dentro de uma sociedade cisheteropatriarcal,

que a todo momento determina hierarquias de poder. Mas não podemos ficar isentos ao que isto implica. Temos como dever nos desconstruir, nos reconstruir, reinventar e buscar incansavelmente por relações justas e não somente ao que nos cabe. Me lembro de Carla Akotirene dizendo que:

A gente recupera a nossa comunicação dando comida ao dono da nossa encruzilhada. Alimentar a nossa encruzilhada é alimentar o que precisa de acolhimento teórico, epistemológico e filosófico. Voltando às avenidas da interseccionalidade, alimentar somente a avenida da raça nos impede, por exemplo, de olhar para o gênero e perceber que o Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres (Akotirene, 2025, p. 22)

É preciso dar de comer não somente às avenidas isoladas, mas a toda a encruzilhada, para assim, romper com o racismo, com o machismo, com a LGBTQIA+fobia e com o Pacto da Branquitude, esse acordo não verbal entre pessoas brancas para manter seus privilégios, como bem nos coloca Cida Bento (2022).

Pude notar a reação das mulheres negras presentes, quando eu trazia as questões das violências numa perspectiva interseccional. Principalmente quando foi dito sobre como as mulheres negras são interseccionalmente vulnerabilizadas. Olhares de consentimento triste, de quem sente no dia-a-dia esta realidade, e que poucas vezes encontram espaços para dizer em voz alta sem medo do acossamento me acompanhavam.

Terminei a aula me perguntando se alguns homens, diante dos possíveis desconfortos, voltariam para a próxima aula. Senti a turma mais calada hoje.

## **26 de agosto de 2025**

Começamos o terceiro caminho, sobre as violências. Ah, ninguém abandonou o barco, a turma estava completa novamente. Inclusive, mais comunicativa. Começamos a cutucar a ferida, falar sobre violências não deixa ninguém isento, quem nunca sofreu violência? Quem nunca testemunhou uma violência? Quem nunca em alguma instância a praticou?

Preciso dizer que quando falamos sobre as violências de raça, gênero e sexualidade, foi o momento, até então, em que a turma mais se expressou. Acho que em parte pelas relações que vão se estabelecendo e em grande parte por uma maior familiaridade com os termos e conceitos. Enquanto a coisa vai se afunilando, ganhando nome, ficando próxima, vamos nos identificando,

observando mais atentamente e assim desvelando as violências que já se encontravam ali em nosso próprio cotidiano. Os exemplos vão cada vez mais se aproximando de nós mesmos.

## **02 de setembro de 2025**

Senti um cansaço de falar sobre violências - como é cansativo repetir tanto sobre violência! - disse eu em sala de aula. Nesse momento já se somavam mais de cinco horas falando sobre racismo, machismo e LGBTQIA+fobia. Ainda restam 2 aulas nesse caminho. Tive medo de passar uma ideia de conformação desta realidade, de que o tamanho proporcional das violências sufocasse ainda mais a esperança de saídas possíveis desta lógica violenta. Abri o cronograma da disciplina e fiquei feliz ao lembrar que a maior parte das aulas são sobre Práticas Emancipatórias. Lembrei-me das palavras do Luiz, me dizendo como era bom ver como a proposta da disciplina vai destrinchando o problema e mais ainda, como apresenta caminhos possíveis - “dá pra ver que é possível!” - disse ele. Foi bom me lembrar disso, que logo chega o momento de falar de possibilidades.

## **09 de setembro de 2025**

Fui questionado por uma das alunas da turma, se eu acreditava que um dia estas violências acabariam. Se eu achava possível um mundo mais justo e equânime. Uma pergunta simples, mas que para uma resposta sincera, precisei pensar. Pedi a ela até o final da aula para responder. Naquele dia, me lembrava que os últimos slides mostravam as pessoas destruindo uma torre, que representou durante a exposição do conteúdo o poder, a dominação por meio da colonialidade e do subjugamento. Aquela torre ia abaixo a partir da investida na formação, na construção de políticas e práticas emancipatórias e da ação coletiva. Era uma resposta. Seria suficiente?

Voltei para casa refletindo ainda sobre a pergunta. O que de fato eu acreditava no meu interior. Se eu desacreditasse, nada disso faria sentido. Será que estou construindo uma grande alegoria? Eu tinha acabado de me recompor do desconforto de tanta violência e mais uma vez algo insistia em abalar o caminho que estava proposto. Me senti instigado a reler meu trabalho, precisava encontrar aqui alguma resposta. Ao reler o preâmbulo, já pude lembrar de como a formação me salvou de tantas armadilhas, logo na introdução, ao reler as palavras de minha irmã no poema da epígrafe, tudo voltou ao eixo. “Meus avós romperam correntes, plantaram quilombos, abriram picadas na unha e na foice. Como é que eu posso pensar em desistir?”

(Ribeiro apud Carvalho, 2024, n.p.). Eu não comecei agora, e muito menos chegou a hora de parar. Eu não estou sozinho, toda uma ancestralidade me acompanha, e este trabalho não é só para mim, ele continua e continuará enquanto for necessário.

### **16 de setembro de 2025**

Organizamos a turma em grupos para começarem a preparar os trabalhos. Pedi que pensassem em situações de violências em saúde a partir de uma perspectiva interseccional. Deu um quentinho no coração ver como discutiam com vontade, já se apropriando das teorias e dos termos apresentados. Já se prontificando a pensar em estratégias de enfrentamento a estas violências. Essa nova dinâmica mais participativa nos encheu de energia.

A turma está cada dia mais engajada. Agora nem é preciso mais pedir que interajam, sinto que a emancipação já se faz presente na própria sala de aula, pois muitas das demandas partem de seus anseios. Compartilhamos comentários efusivos, ávidos por ação, por reparação, assim como propõe Nelson Maldonado-Torres (2018), a Desnaturalização da Colonialidade vai se fazendo no cotidiano das nossas aulas. Ninguém mais escuta das violências sem firmar o olhar, sem aquela mexida na cadeira que nos deixa mais atento, pronto para revidar. Como quando estamos sentados e vemos um bicho se aproximando, os pés fincam o chão prontos para um iminente embate. A repetição que antes parecia um incômodo fez mais sentido. Entendemos coletivamente que a cada dia uma nova percepção sobre as violências vai se desvelando e, a cada percepção revelada, menos possível se tornava naturalizá-las.

### **23 de setembro de 2025**

Chegou o dia da nossa primeira avaliação, sob o tema “Interseccionalidades e Processos de Violências”. Não me interessa aqui um processo fiscalizador, mas de produção de conhecimento. Neste momento proponho que não somente as autoras e autores estudados até aqui sejam legitimados como conhecimento, mas a vida de cada uma e cada um da nossa turma, afinal, estamos produzindo conhecimento coletivamente.

Os grupos, já definidos anteriormente, prontamente se organizam e iniciam o trabalho. Vou passando pelos grupos, trocando ideias, ouvindo as discussões, provocando a participação. Enquanto interajo me questiono de como este espaço da Avaliação pode ser colonizador. Por quantas avaliações colonizadoras já passei, onde a avaliação está posta num lugar de sugar o conhecimento, botá-lo em uma balança e medir a aptidão. Ali eu via uma avaliação que não

sugava, pelo contrário, fazia brotar, o próprio momento avaliativo era um espaço de construção de conhecimento coletivo.

### **24 de setembro de 2025**

De casa leio os três trabalhos produzidos. Leio com um sorriso no rosto as páginas que ainda a pouco estavam brancas se enchendo de cores. Estas palavras, perspectivas, acertos, tropeços, esta encruzilhada de vivências e referenciais teóricos que se materializam formidavelmente nos meus olhos. É isso! Temos introdução para três textos muito maiores. Aquelas avaliações de fato carregavam força gerativa. As vivências compartilhadas na turma, em breve também se tornarão conhecimento compartilhado com o mundo. Fui reconhecendo ali naquelas palavras futuros musicoterapeutas comprometidos com uma prática ética, socialmente responsável, assertiva e atenta às diversidades. Capazes de entender mais a fundo as múltiplas realidades, da contribuição da cultura do Outro, sua música, sua musicalidade, assim, a valorizando e a entendendo como parte da construção destes sujeitos, destes coletivos. Agora mais livres dos estereótipos racistas que tanto afastam musicoterapeutas de manifestações musicais vistas como periféricas demais, primitivas demais, folclóricas ou vulgares demais, podem assertivamente se entenderem também como o Outro, que na diversidade não cabe um lugar que vê o mundo do próprio umbigo, mas que se deve ir lá, ao encontro e sermos todos vários Outros dentro de uma coletividade. Um é o Diverso do Outro, de forma circular e não linear, não há ponto de partida, nem de chegada.

Falar de circularidade, me faz pensar nessa minha construção, onde as encruzilhadas e as circularidades se complementam a todo momento. Escrevo enquanto dou aula, reescrevo a aula que foi dada, e assim, vou performando didática e escrita numa espiral circular que poderia ser infinita.

### **30 de setembro de 2025**

Iniciamos um novo caminho, rumo às teorias decoloniais e às práticas emancipatórias. Hoje deixo a turma bem à vontade para trazer conteúdos. Quero muito ouvir o que já organizam como pensamento decolonial a partir do que vem sendo dito ao longo da disciplina. É muito bom ouvir outras perspectivas, outros atravessamentos. Assisto admirado como propõem questionamentos, ao mesmo tempo que se complementam ao responde-los, em como vão

relacionando as perspectivas decoloniais a prática musicoterapêutica. Potência Circular inaugurada!

A aula de hoje traz uma referência que eu gosto muito, o Quilombismo de Abdias do Nascimento (2018) e sua potência emancipatória. Por muitas vezes me pego pensando nesta disciplina como movimento quilombista. Um grupo de pessoas que se reúnem, problematizam, discutem e rediscutem os atravessamentos interseccionais, os correlacionando com suas próprias encruzilhadas e que agora se debruçam a estudar as estratégias de quilombo no enfrentamento decolonial e a partir daí promover saúde pela musicoterapia.

A capa do livro de Abdias, traz uma pintura de 1970 também do autor, intitulada “Okê Oxóssi” (figura 2), onde Abdias propõe uma outra bandeira do Brasil, nela se encontra um arco e flecha e a palavra “Okê”, uma parte da expressão Okê Arô!, saudação ao orixá Oxóssi, que vai se repetindo e reinscrevendo o lema positivista da bandeira atual. Perguntado sobre Oxóssi, digo da força civilizatória deste orixá, como aquele que provê ao seu povo a caça, a fartura, não só material, mas a fartura e a prosperidade necessária para a emancipação, para o aquilombamento.



Figura 2 - Pintura “Okê Oxóssi” de Abdias do Nascimento, 1970 – Acervo MASP

Vejo nos olhos das minhas companheiras e companheiros desta jornada uma chama ancestral acessa, ávida por consumir o racismo, a misoginia, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo, o etarismo, o classismo e tantas outras violências decorrentes do cisheteropatriarcado e sua colonialidade destrutora. Sinto a cada dia que passa, que aquele eu que tanto indagou o que me

levava a enfrentar este “cistema”<sup>8</sup>, que aponta armas para uma pessoa em seu processo de cuidado em frente ao CAPS, está cada dia menos sozinho.

### **14 de outubro de 2025**

Abri a aula com o poema “Meu Rosário”, de Conceição Evaristo (2017). A Escrivência estava ali projetada na parede e ressoando pela minha voz que o entoava. Ao final, fomos identificando como a narrativa vai encruzilhando o pessoal e o coletivo, a revolta e a denúncia, o que se sofre o que se reivindica.

Provoco aquela instituição, ao reivindicar outras epistemes, outras escritas, outras literaturas, outras Oralituras, como Leda Maria Martins (2003). Ali naquela sala acadêmica com nossos rosários e cada qual com sua reza particular, vamos tecendo sonhos de esperança, lançando as paredes ao espaço, vamos desfazendo as voltas na árvore do esquecimento. Naquele chão, fincamos os pés e plantamos quilombo.

Me lembro da experiência concreta de experimentar a Escrivência como potência na musicoterapia no projeto Diversxs – Musicovivências *Queers*, onde pessoas LGBTQIA+ contam de suas dores e suas vitórias, seus amores e suas lutas a partir da composição musical em musicoterapia. Eu observava deslumbrado o quão poderoso era as pessoas cantando juntas suas próprias histórias. O corpo inteiro entregue na emissão daquela música - “Sobreviver à fase, crescer com dignidade, viver em paz”<sup>9</sup>, diz a letra de uma das canções, que em outro trecho afirma “a gente quer transformar riqueza, a gente que é Trans forma riqueza”, síntese perfeita do poder de transformação que a musicoterapia pode proporcionar enquanto instrumento de fortalecimento destas vozes e como potência de transformação destas realidades.

### **15 de outubro de 2025**

Fiquei pensando em como finalizar esse espaço, esse furo no tecido acadêmico da minha dissertação. Carlandréia Ribeiro, minha ‘irmã’ - assim a chamo carinhosamente e em profundo respeito ao que ela me representa - me ensinou muito sobre o que ela chama de “Escrita e Deságue”, sobre o poder libertador de escrever nosso íntimo, sobre desaguar nossas histórias,

---

<sup>8</sup> União intencional, crítica e política da palavra *Cis*, de cisgênero, com a palavra Sistema.

<sup>9</sup> “Sobreviver à Fase” é uma das canções do projeto Diversxs – Musicovivências *Queers*, que ofereceu encontros e vivências musicoterapêuticas a pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte, idealizado e coordenado por Wagner Junio Ribeiro. As canções serão lançadas em um EP no primeiro semestre de 2026.

todos seus atravessamentos e suas inúmeras encruzilhadas. Ter nesses últimos momentos um espaço onde o afeto das histórias me permitiu “deságué”, foi como me sentar aos pés do Orixá e abrir meu coração com toda a sinceridade que me é permitida a ouvidos sagradamente atentos.

Hoje, no dia que encerro este diário, este pequeno capítulo de memórias, é comemorado no Brasil o dia das professoras e professores, coincidência? Acho que já deixei bem ‘escurecido’ por aqui que não sou muito chegado a ela. Hoje recebi várias mensagens da turma, aquele homem que me parecia incomodado ao ver o machismo denunciado no início da disciplina, agradecia, e dizia que havia começado um trabalho com pessoas vítimas de violência, ele também duvidava da coincidência enquanto ríamos entre as mensagens. As encruzilhadas sempre dão jeito! Hoje ao fechar esta etapa, o sorriso que me ocupa o rosto não é apenas de satisfação, mas de reconhecimento. Lembrei-me sem pesar da ansiedade que me habitava antes da primeira aula, do medo de que o terreno fosse infértil, de que as sementes que eu carregava não encontrassem terra para brotar.

Relendo um pouco das memórias aqui compartilhadas, bem como os trabalhos apresentados pela turma, percebo que de fato não se trata apenas de trabalhos feitos para uma disciplina na universidade, nem apenas da inserção de relatos de caso dentro de uma avaliação acadêmica, eu vejo os primeiros frutos de um quilombo pedagógico que construímos coletivamente. Me lembro de Conceição sobre ser “tempo de formar novos quilombos, em qualquer lugar que estejamos” (Evaristo, 2025). As discussões difíceis, o cansaço de falar sobre as violências, o desconforto que por vezes pairou no ar, tudo aquilo foi a chuva e o adubo necessários para fazer germinar. Aqueles desconfortos não eram o fim de um ciclo, mas a prova de que a colheita já havia começado. Eram a materialização da resposta àquela aluna que me perguntou sobre o futuro: não, eu não sei se um dia a violência acabará, mas sei que hoje plantamos algo que a enfraquece. E, como meus avós, aprendemos a fazer da narrativa de nossas próprias histórias e da aprendizagem coletiva uma foice para abrir novos caminhos. Plantamos possibilidade latente de uma prática musicoterapêutica assertiva, comprometida com a justiça social e com a diversidade, que não fica alheia às violências e impunidades sociais, mas que busca combatê-las a partir da promoção da saúde e da emancipação.

Me sinto um pouco como Carlandréia, como Conceição, como Leda e Carolina, não como um grande escritor, calma?! Mas como alguém que encontrou na força de narrar suas histórias e seus propósitos o poder para transformar realidades, emancipado pela própria escrita.

## CONCLUSÃO – ou pequeno manifesto

Que Deus te cubra com seu manto divino e te proteja todos os dias da sua vida e da sua lida, no seu dia-a-dia. São os votos de seu pai. Abraços, beijão. Te amo muito  
(Meu pai Vaguinho)<sup>10</sup>

Chego aqui num misto de cansaço e felicidade, mas inquestionavelmente me sentindo abençoado em desaguar as últimas palavras deste trabalho. Por diversos momentos me peguei chorando enquanto ia costurando minha própria história aos dizeres de autoras e autores que me referenciaram. Pessoas que como eu, tomados de inquietude, precisaram transformar em palavra escrita o desejo de liberdade. Pensando bem, não me sinto, constato que de fato sou abençoado. Quantos iguais a mim alcançaram este lugar? Este último capítulo de uma dissertação, esse lugar de semi-liberdade onde posso afirmar meus pensamentos?

Termino esta dissertação com a tranquilidade de quem encontrou lugar de afeto em um trabalho que por vezes me foi árduo. Como me ensinou por muitas vezes minha ‘irmãe’ Carlandréia, sobre o poder de desaguar palavras, encontrei neste espaço um lugar para compartilhar o Eu que foi atravessado por tantas encruzilhadas, que por vezes se via ali sentado diante de mim mesmo na sala de aula em que me atrevi retornar como professor, ou mesmo como um estudante entre o espanto e o deslumbre de novos conhecimentos, ou por muitas vezes, projetado na tela dos slides como exemplo vivo das narrativas sobre racismo e LGBTQIA+fobia. Mas por fim, me vejo mais como Conceição, como Leda e Carolina - Emancipado pela minha própria escrita.

Através deste trabalho não só meu nome foi inscrito como ‘professor’ dentro da Universidade Federal de Minas Gerais, mas também a única pessoa negra lecionando no curso de graduação de musicoterapia desta instituição. Histórias de pessoas negras, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIA+ foram contadas com respeito, foram discutidas com afeto e acredito que não me encontro mais solitário. Meu pai pediu proteção para minha lida, e ela veio em forma de coletividade, de Quilombo. Hoje já posso dizer que existe uma disciplina que trata das violências, que problematiza seus atravessamentos e existem também dezesseis pessoas que se entregaram junto a mim na busca por uma formação para enfrentar estas violências e garantir

---

<sup>10</sup> Transcrição de trecho do último áudio de felicitações pelo meu aniversário enviado para mim pelo meu pai um mês e sete dias antes de seu retorno para o Orum.

emancipação. Mais do que a realização de uma disciplina, o que se anuncia é a necessidade de repensar o próprio sentido de formar musicoterapeutas no Brasil de hoje.

Não nos conformamos mais em uma insistente e prolongada posição de “estamos aprendendo” como conforto e escusas para práticas racistas, machistas, e LGBTQIA+fóbicas. A aprendizagem precisa ser verbo em movimento real, instrumentalizando mulheres, pessoas negras e indígenas, pessoas LGBTQIA+ e, sendo também um lugar onde as pessoas, cujo seus demarcadores lhes conferem mais privilégios que vulnerabilidades, possam de fato se educar e se comprometerem no rompimento com o Pacto da Branquitude.

Por isso acreditamos nos processos formativos reais, pois quando interseccionalidade, decolonialidade e emancipação se tornam princípios estruturantes, abrem-se caminhos, nos quais a musicoterapia pode se afirmar como prática comprometida com a justiça social, com a dignidade das diferenças e com as lutas de seu tempo. Torna-se, portanto, urgente incorporar saberes que expressam a produção histórica das diversidades em outros cursos de musicoterapia pelo Brasil, pois, quando o currículo se limita a celebrá-la de forma romântica, silencia as marcas históricas que produziram desigualdades. Romper com esse silêncio implica acolher saberes múltiplos, vindos das experiências concretas de estudantes e de suas comunidades, para que a formação se torne crítica, inclusiva e comprometida com as realidades socioculturais.

Nesse horizonte, a promoção da saúde deixa de ser mero cumprimento de protocolos e se reinventa como prática ético-política, gesto de escuta, reconhecimento e diálogo entre vozes plurais. É nesse movimento que se abrem espaços de invenção coletiva, nos quais novas formas de cuidado integral podem ser imaginadas e cultivadas. Hoje percebo que foram estas bases que me fizeram levantar e me por entre as armas e o corpo negro e gay daquele usuário do CAPS. Não era somente por me reconhecer, mas por entender este reconhecimento como responsabilidade de um profissional de saúde, um musicoterapeuta.

Volto à imagem da encruzilhada que me inspirou a desenhar este trabalho. Se no começo ela representava minhas próprias dúvidas e os múltiplos caminhos que essa disciplina poderia tomar, hoje eu a vejo de outra forma. A encruzilhada não era apenas o meu ponto de partida, ela se tornou a própria sala de aula. Cada debate, cada olhar, cada vida ali presente era um caminho que se cruzava com o outro, criando um novo território de conhecimento. A Escrivência e a Oralitura deixaram de ser apenas inspirações teóricas para se tornarem a metodologia viva que nos guiou em sala de aula. Os trabalhos compartilhados nos mostram que, quando nos permitimos falar a partir de quem somos, a escrita deixa de ser um registro e se torna um gesto, como a escrita-denúncia de Carolina, não se ensimesma, mas aponta para o mundo e diz: nós estamos aqui, e nossa voz, agora em coro, tem a força de transformar

realidades. Entendi que a emancipação que tanto buscamos não estava apenas no destino final, mas na própria performance coletiva de falar e nos fazermos ouvir. Aqueles textos que foram sendo criados como resultado da disciplina não eram apenas trabalhos acadêmicos; eram as nossas primeiras canções de ninar para acordar os da casa-grande.

Nesse território de encruzilhadas, onde saberes, corpos e resistências se encontram, a formação se reinventa como experiência emancipatória e potência transformadora. Não nos é permitido retroceder. Nosso trabalho inaugura um novo lugar dentro da formação em musicoterapia na UFMG, mas não se basta aqui. É preciso que outras instituições se engajem nesses caminhos, que fortaleçam o coro e se aquilombem também nessa encruzilhada. Sabemos que direitos alcançados estão ainda vulneráveis a ataques, “a mística quilombola persiste afirmando: a liberdade é uma luta constante” (Evaristo, 2025). Nosso próximo passo é legitimar esta disciplina dentro do percurso curricular da formação em musicoterapia não somente com a continuidade da disciplina como optativa, mas com a sua inserção dentro do percurso das disciplinas obrigatórias. Não arredaremos o pé! Mas por hoje, celebremos! Como disse meu tio Hamilton Borges Santos (2023, p. 104):

A guerra impregna em nossa pele. Vivemos como se não parassem nunca os arrepios do horror em nossa vida, mas as vezes é importante repousar numa reza, numa canção ou em braços queridos.

No dia de hoje canto, abraço e rezo em agradecimento junto às minhas e aos meus ancestrais do passado, do presente e do futuro. Mo dupé!

## REFERÊNCIAS CORPO DA DISSERTAÇÃO (Preâmbulo, Introdução, Capítulo 4 e Conclusão)

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AKOTIRENE, Carla. Carla Akotirene: Ser Encruzilhada. [Entrevista cedida a] Ana Cristina Pinho. **Revista E**, Sesc São Paulo, ago. 2025. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/carla-akotirene-ser-encruzilhada/>. Acesso em: 9 out. 2025.

ALVES-BRITO, Alan. ORÍKÌ ÒRÌṢÀ: CANÇÃO E POESIA ORAL IORUBANA NO BRASIL. **Organon**, Porto Alegre, v. 38, n. 75, 2023. DOI: 10.22456/2238-8915.131238. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/131238>. Acesso em: 24 jan. 2025.

ANDERSON, Natasha; TAN, Xueli. Music therapists attitudes and actions regarding the LGBT community: a preliminary report. **The Arts in Psychotherapy**, v. 40, p. 409–414, 2013.

ARAÚJO, Iverson Luan Ferreira; RIBEIRO, Luiz Paulo. A saúde da população negra e as políticas no século XX: é nas encruzilhadas que encontramos resistências, emancipações e mortes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, n. 4, e00080224, 2025. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2025.v41n4/e00080224/pt>.

ARNDT, Andressa; MAHEIRIE, Kátia. Musicoterapia Social e Comunitária: ações coletivas em pauta. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 jan. 2024.

BENISTE, José. **As Águas de Oxalá - Àwon Omi Òsàlá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BENISTE, José. **Òrun-Àiyé: o encontro de dois mundos: sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOGGAN, Catherine E.; GRZANKA, Patrick R.; BAIN, Candice L. Perspectives on Queer musictherapy: A qualitative analysis of music therapists reaction storadically inclusive practice. **Journal Of Music Therapy**, v. 54, n. 4, p. 375–404, 2017.

BORGHI, Carolina Michelin Sanches de Oliveira.; OLIVEIRA, Rosely Magalhães de; SEVALHO, Gil. DETERMINAÇÃO OU DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: texto e contexto na América Latina. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 869-897, set./dez. 2018. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00142.

CARVALHO, Camila Moura de. **Mulher e Trabalho: por uma luta libertadora das trabalhadoras negras brasileiras**. 1. ed. Campinas, SP: Lacier Editora, 2024. 106 p. ISBN 978-85-64412-16-3.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, art. 8, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, n. 10, p. 171–188, 2002.

DRAVET, Florence. Marie; OLIVEIRA, Alan Santos de. Relações Entre Oralidade e Escrita na Comunicação: sankofa, um provérbio africano. **Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social**, v. 21, p. 11–30, 2017. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/8/1>. Acesso em: 23 jan. 2025.

EMICIDA. Principia. Intérprete: Emicida et al. Compositor: Leandro Roque de Oliveira; Nave. In: EMICIDA. **AmarElo**. Produção musical: Emicida; Evandro Fióti; Nave. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. 1 álbum, faixa 1 (4 min 30 s).

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e os seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. FESTIVAL DE MULHERES DO MUNDO. A EscreVivências no centro do debate: Conceição Evaristo em partilha com Carla Fernandes. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (54 min 20 s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jzy0kunZ\\_rA&t=1526s](https://www.youtube.com/watch?v=jzy0kunZ_rA&t=1526s). Acesso em: 6 set. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Conceição. Tempo de nos aquilombar. **Revista Xapuri**, 28 set. 2025. Disponível em: <https://xapuri.info/tempo-de-nos-aquilombar/>. Acesso em: 16 out. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JUNIO RIBEIRO, Wagner; PEDROSA, Frederico Gonçalves; MAGALHÃES, Verônica Rosário. **BRJMT – Brazilian Journal of Music Therapy**, p. 59–80, 1º semestre, 2021. União Brasileira das Associações de Musicoterapia – UBAM. Disponível em:

<https://www.musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/345/368>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**, v. 2, p. 27-53, 2018.

MARTINS, Leda Maria. Performances da Oralitura: Corpo, Lugar da Memória. **Letras (UFSM)**, n. 26, p. 63–81, jun. 2003. DOI: 10.5902/2176148511881.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCFERRAN, Katrina et al. A Comprehensive Review Classifying Contemporary Global Practices in Music Therapy. In: YIP, Joyce Jing Yee; ZAMBONINI, Juan Pedro (Eds.). **Proceedings of the 17th World Congress of Music Therapy**. Special Issue of Music Therapy Today, v. 18, n. 1, p. 474–493, 2023. Disponível em: <http://musictherapytoday.wfmt.info>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Um fenômeno de causalidade complexa. In: **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection, pp. 12-23. ISBN 978-85-7541-380-7. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807-02.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **Oke Oxossi**. 1970. Acrílica sobre tela. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, MASP.10811. São Paulo. Disponível em: <https://masp.org.br/index.php/acervo/obra/oke-oxossi>. Acesso em: 24 out. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), 1980.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (Org.). **Manual de Educação LGBTI+** [livro eletrônico]. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 2). Disponível em: [https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual\\_de\\_educacao\\_gaylatino\\_2021\\_v\\_25\\_11\\_2021\\_-\\_WEB.pdf](https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual_de_educacao_gaylatino_2021_v_25_11_2021_-_WEB.pdf).

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando**. Curitiba: Appris, 2015.

REIS, Toni (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

SANTOS, Hamilton Borges. **Bantu Machine: o homem que queria ser branco**. Salvador: Reaja Editora, 2023.

SOARES, Paulo Sérgio Gomes; OLIVEIRA, Tarsis Barreto; PEREIRA, Maria Cotinha Bezerra. A Violência Institucional e o Mito da Democracia Racial de um Ponto de Vista Jurídico. **Confluências**, v. 23, n. 3, p. 140–160, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/42201/30494>. Acesso em: 6 mar. 2025.

STEWART, Eva M. **Queering Music Therapy: literature review of queer music therapy and music therapy education**. 2019. Tese (Capstone Theses) – Lesley University, Cambridge, MA, 2019. Disponível em: [https://digitalcommons.lesley.edu/expressive\\_theses/225/](https://digitalcommons.lesley.edu/expressive_theses/225/). Acesso em: 6 mar. 2025.

WHITEHEAD-PLEAUX, Annette et al. **Music therapists' attitudes and actions regarding the LGBTQ community: A preliminary**. *The Arts in Psychotherapy* 40(4):409–414, 2013.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e Socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT**. São Paulo: Autonomia, 2021.

WORLD MUSIC THERAPY FEDERATION (WMTF) [FEDERAÇÃO MUNDIAL DE MUSICOTERAPIA]. **Lastest Definition of Music Therapy by WFMT**. 2011. Disponível em: <https://www.wfmt.info/about#who-we-are>. Acesso em: 05 fev. 2025.

**REFERÊNCIAS CAPÍTULO 1 - ARTIGO 1 - MUSICOTERAPIA E INTERSECCIONALIDADES: reflexões e enfrentamento(s) às violências no pensar e fazer musicoterapia no Brasil**

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALUEDE, Charles Onomudo. Music therapy in traditional African Societies: Origin, Basis and Application in Nigeria. **Journal of Human Ecology**, India, v. 20, n. 1, p. 31-35, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237322083\\_Music\\_Therapy\\_in\\_Traditional\\_African\\_Societies\\_Origin\\_Basis\\_and\\_Application\\_in\\_Nigeria](https://www.researchgate.net/publication/237322083_Music_Therapy_in_Traditional_African_Societies_Origin_Basis_and_Application_in_Nigeria). Acesso em: 10 jan. 2025.

ARNDT, Andressa Dias; CUNHA, Rosemyriam; VOLPI, Sheila. Aspectos da Prática Musicoterapêutica: contexto social e comunitário em perspectiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 387-395, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4sqmqK54YDF8xTvqvjbZnJd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BAIN, Candice L.; GRZANKA, Patrick R.; CROWE, Barbara J. Toward a Queer Music Therapy: The Implications of Queer Theory for Radically Inclusive Music Therapy. **The Arts in Psychotherapy**, v. 50, p. 22-33, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/297226118\\_Toward\\_a\\_Queer\\_Music\\_Therapy\\_The\\_Implications\\_of\\_Queer\\_Theory\\_for\\_Radically\\_Inclusive\\_Music\\_Therapy](https://www.researchgate.net/publication/297226118_Toward_a_Queer_Music_Therapy_The_Implications_of_Queer_Theory_for_Radically_Inclusive_Music_Therapy). Acesso em: 15 fev. 2025.

BAINES, Sue. Music therapy as an Anti-Oppressive Practice. **The Arts in Psychotherapy**, v. 40, n. 1, p. 1-5, fev. 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/235912808\\_Music\\_Therapy\\_as\\_an\\_Anti-Oppressive\\_Practice](https://www.researchgate.net/publication/235912808_Music_Therapy_as_an_Anti-Oppressive_Practice). Acesso em: 15 fev. 2025.

BAINES, Sue; PEREIRA, Jude; HATCH, Jennyfer; EDWARDS, Jane. Queering the Curriculum: Why Music Therapy and Other Creative Arts Therapy Trainings Need Queer Theory. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <https://voices.no/index.php/voices/article/view/2676/2833>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BENISTE, José. **As Águas de Oxalá - Àwon Omi Òsàlá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BENISTE, José. **Òrun-Àiyé: o encontro de dois mundos: sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília, DF: Funasa, 2002. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_indigena.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf). Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher:**

**princípios e diretrizes.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism\\_pnpm-versaoweb.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** 1. ed., 1. reimp. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS.** 3. ed. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.

CASTAGNA, Paulo. **Projeto para a substituição das disciplinas “História da Música I e II” e “História da Música Brasileira” pela disciplina “Música, História, Cultura e Sociedade I e II”.** São Paulo, 2013. Disponível em: <https://archive.org/details/MusicaHistoriaCulturaESociedade/page/n17/mode/2up>. Acesso em: 8 fev. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023.** Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/atlas-da-violencia-2023.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

COSTA, Felipe Franklin Anacleto da; MELO, Luciana Carmélio Silva Rodrigues. Transfobia Institucional: um desafio para a efetivação do direito à saúde da população trans – Dossiê Conflitos e Disputas em Torno de Gênero e Sexualidade no Brasil. **Revista da Associação de Pós-graduandos em Sociologia da UFPE**, v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 17 jan. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, n. 10, p. 171–188, 2002.

CUNHA, Rosemyriam. Musicoterapia Social e Comunitária: uma organização crítica de conceitos. **Brazilian Journal of Music Therapy**, [S. l.], n. 21, 2016. Disponível em: <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/68>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CURTIS, Sandra Lynn. **Singing subversion, singing soul: Women’s voices in feminist music therapy.** 1996. Tese (Doutorado) – Concordia University, Montreal, 1996.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DJU, Antonio Oliveira; MURARO, Darcísio Natal. Ubuntu como modo de vida: contribuição da filosofia africana para pensar a democracia. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, p. 239-264, 2022. Edição Especial. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/trans/a/jpHyJCYDK3MwBDN3Qdk7YqH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2025.

DOMINGOS, Michele Mara; CUNHA, Rosemyriam. Os Sentimentos que Mulheres Negras Expressam em Atividades Musicoterapêuticas. In: FÓRUM PARANAENSE DE MUSICOTERAPIA, 18., 2017. **Anais [...]**. [S. l.]: Associação de Musicoterapia do Paraná, 2017. p. 79–83. Disponível em: <https://amtpr.com.br/wp-content/uploads/2021/03/2017-XVIII-Anais-Forum-Paranaense-de-Musicoterapia...pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DOMINGOS, Michele Mara; CUNHA, Rosemyriam. Os Sentimentos que Mulheres Negras Expressam em Atividades Musicoterapêuticas. In: BATISTA, Fabiano Eloy Atílio (org.). **Arte: multiculturalismo e diversidade cultural 2**. Ponta Grossa – PR: Atena, 2021, p. 96–108. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/355137153\\_OS\\_SENTIMENTOS\\_QUE\\_MULHERES\\_NEGRAS\\_EXPRESSAM\\_EM\\_ATIVIDADES\\_MUSICOTERAPEUTICAS](https://www.researchgate.net/publication/355137153_OS_SENTIMENTOS_QUE_MULHERES_NEGRAS_EXPRESSAM_EM_ATIVIDADES_MUSICOTERAPEUTICAS). Acesso em: 18 dez. 2024.

DRAVET, Florence Marie; OLIVEIRA, Alan Santos de. Relações Entre Oralidade e Escrita na Comunicação: sankofa, um provérbio africano. **Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social**, v. 21, p. 11–30, 2017. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/8/1>. Acesso em: 23 jan. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GOMES JUNIOR, João. Masculinidades colonizadas: a construção do homem negro pelo sistema colonial moderno. Dossiê Escritos decoloniais: conhecimento em curso. **Enfoques**, v. 19, n. 1, p. 67–80, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/46271>. Acesso em: 21 jan. 2025.

HADLEY, Susan. **Feminist Perspectives in Music Therapy**. Gilsum, NH: Barcelona Publishers, 2006.

HADLEY, Susan; THOMAS, Natasha. Critical Humanism in Music Therapy: imagining the possibilities. **Music Therapy Perspectives**, v. 36, n. 2, p. 168–174, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/mtp/article-abstract/36/2/168/5049722?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 12 dez. 2024.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JUNIO RIBEIRO, Wagner; PEDROSA, Frederico Gonçalves; MAGALHÃES, Verônica Rosário. [Título do artigo]. **BRJMT – Brazilian Journal of Music Therapy**, p. 59–80, 1º semestre, 2021. Disponível em: <https://www.musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/345/368>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LADEIA, Priscilla Soares dos Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; MELO, Elza Machado de. O silêncio da violência institucional no Brasil. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, supl. 8, p. S398–S401, 2016. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/2186>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 13, p. 1–17, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MAHONEY, Emily Rose. Multicultural Music Therapy: an Exploration. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15845/voices.v15i2.844>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MCFERRAN, Katrina et al. A Comprehensive Review Classifying Contemporary Global Practices in Music Therapy. In: YIP, Joyce Jing Yee; ZAMBONINI, Juan Pedro (Eds.). **Proceedings of the 17th World Congress of Music Therapy**. Special Issue of Music Therapy Today, v. 18, n. 1, p. 474–493, 2023. Disponível em: <http://musictherapytoday.wfmt.info>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. (Coleção Temas em Saúde). Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução N° 719, de 17 de agosto de 2023**. Aprova o Plano Plurianual 2024-2027 e o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 ago. 2023. Seção 1. p. 103. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-719.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI, Anderson. Interseccionalidade, Gênero, Sexualidade e Raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n. 1, p. 21–29, jan.–jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8234/7166>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PAZ, Kézia. Musicoterapia e interseccionalidades em experiências musicais de grupos de mulheres. **Pubsaúde**, v. 6, a149, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.31533/pubsaude6.a149>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PAZ, Kézia. A perspectiva política nas práticas clínica e sociocomunitária da musicoterapia no Brasil. **ECOS – Revista Científica de Musicoterapia y Disciplinas Afines**, v. 7, e024, 2022. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/140185>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

PINHO, Maria Luiza Silva. **CLANDESTINAS: Musicoterapia Comunitária com Mulheres Sobreviventes de Violência Doméstica**. 2025. Monografia (Bacharelado em Música com Habilitação em Musicoterapia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://musica.ufmg.br/musicoterapia/wp-content/uploads/sites/10/2024/09/TCC-Maria-Luiza-S-Pinho.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da; FASANELLO, Marina Tarnowski. **Saúde, Ecologias e Emancipação: conhecimentos alternativos em tempos de crise(s)**. São Paulo: Hucitec, 2021.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito Contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS, Jeniffer et al. Atendimentos de Musicoterapia com Mulheres Negras. **Revista O Mosaico**, Curitiba, v. 18, n. 26, jan.–jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/mosaico/article/view/8405/6142>. Acesso em: 6 mar. 2025.

REIS, Toni (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

RODRIGUES, Isadora Almeida; MENEZES, Roniere. Cultura negra e sobrevivência: samba, rap, funk e o racismo sintomático. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 137–154, 2018. DOI: [10.17851/2317-2096.28.4.137-154](https://doi.org/10.17851/2317-2096.28.4.137-154). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18828>. Acesso em: 16 out. 2025.

SANTOS, Priscila Henrique Bueno dos. Saúde do Homem: Invisibilidade e Desafios na Atenção Primária à Saúde. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: [https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_3\\_084-2.pdf](https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_084-2.pdf). Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA, Cristiane Sousa da; SILVA, Joselina da. Educação antirracista no Sertão Central Cearense: construindo pontes entre a extensão universitária e quilombolas. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 32, p. 231–251, mar.–maio 2020.

SILVA, Dhones Stalbert Nunes; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves. Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. **Interritórios: Revista de Educação**, Caruaru, v. 6, n. 10, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/244903/34872>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SILVA, Maryah Hillesheim da et al. Óbitos Maternos de Mulheres Negras no Brasil de 2018 a 2021. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 4, e4898, p. 1–9, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4898/3500>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SOARES, Paulo Sérgio Gomes; OLIVEIRA, Tarsis Barreto; PEREIRA, Maria Cotinha Bezerra. A Violência Institucional e o Mito da Democracia Racial de um Ponto de Vista Jurídico. **Confluências**, v. 23, n. 3, p. 140–160, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/42201/30494>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STEWART, Eva M. **Queering Music Therapy: literature review of queer music therapy and music therapy education**. 2019. Tese (Expressive Therapies Capstone Theses) – Lesley University, [Cambridge, MA], 2019. Disponível em: [https://digitalcommons.lesley.edu/expressive\\_theses/225/](https://digitalcommons.lesley.edu/expressive_theses/225/). Acesso em: 6 mar. 2025.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Alguém falou em teoria queer? Pensando raça e sexualidade a partir da crítica de intelectuais LGBTQIA+ negres norte-americanas à teoria queer. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-11>. Acesso em: 6 fev. 2025.

WHITEHEAD-PLEAUX, Annette et al. Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Questioning: Best Practices in Music Therapy. **Music Therapy Perspectives**, v. 30, p. 158–166, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/270581997\\_Lesbian\\_Gay\\_Bisexual\\_Transgender\\_and\\_Questioning\\_Best\\_Practices\\_in\\_Music\\_Therapy](https://www.researchgate.net/publication/270581997_Lesbian_Gay_Bisexual_Transgender_and_Questioning_Best_Practices_in_Music_Therapy). Acesso em: 6 mar. 2025.

WHITEHEAD-PLEAUX, Annette et al. Music Therapists' Attitudes and Actions Regarding the LGBTQ Community: A Preliminary Report. **The Arts in Psychotherapy**, v. 40, p. 409–414, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0197455613001093?via%3Dihub>. Acesso em: 6 mar. 2025.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e Socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT**. São Paulo: Autonomia, 2021.

WORLD MUSIC THERAPY FEDERATION (WMTF) [FEDERAÇÃO MUNDIAL DE MUSICOTERAPIA]. **Lastest Definition of Music Therapy by WFMT**. 2011. Disponível em: <https://www.wfmt.info/about#who-we-are>. Acesso em: 05 fev. 2025.

**REFERÊNCIAS CAPÍTULO 2 - ARTIGO 2 - ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA:  
uma leitura crítica sobre interseccionalidade nos currículos de graduação em  
Musicoterapia no Brasil**

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA Ana Mattos Brito de, FRANÇA Luara da Costa, MELO, Anna Karynne da Silva. Diversidade humana e interseccionalidade: problematização na formação de profissionais da saúde. **Interface** (Botucatu). v. 25, 2021. <https://doi.org/10.1590/interface.200551>. Acesso em 10 de julho de 2025.

**Anais do Xxiv Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia: ética e pesquisa em musicoterapia**, 25 e 26 de outubro de 2024, online / Organização de União Brasileira das Associações de Musicoterapia, Comissão de Pesquisa em Musicoterapia da UBAM. – Brasília: Musicoterapia Brasil, 2025.

ARAUJO, Viviane Patricia Colloca. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **REAe - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 3, n. 6, p.29-39, 2018. <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol3n6.5341>.

BAIN, Candice L.; GRZANKA, Patrick R.; CROWE, Barbara J. Toward a Queer Music Therapy: The Implications of Queer Theory for Radically Inclusive Music Therapy. **The Arts in Psychotherapy**, v. 50, p. 22–33, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/297226118\\_Toward\\_a\\_Queer\\_Music\\_Therapy\\_The\\_Implications\\_of\\_Queer\\_Theory\\_for\\_Radically\\_Inclusive\\_Music\\_Therapy](https://www.researchgate.net/publication/297226118_Toward_a_Queer_Music_Therapy_The_Implications_of_Queer_Theory_for_Radically_Inclusive_Music_Therapy) - acesso em 15 de fev de 2025

BAINES, Sue. Music therapy as an Anti-Oppressive Practice. **The Arts in Psychotherapy**, v. 40, n.1, p. 1-5, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/235912808\\_Music\\_Therapy\\_as\\_an\\_Anti-Oppressive\\_Practice](https://www.researchgate.net/publication/235912808_Music_Therapy_as_an_Anti-Oppressive_Practice) - acesso em 15 de fev. de 2025.

BAINES, Sue; PEREIRA, Jude; HATCH, Jennyfer; EDWARDS, Jane. Queering the Curriculum: Why Music Therapy and Other Creative Arts Therapy Trainings Need Queer Theory. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, v.19, n.3, 2019. Disponível em: <https://voices.no/index.php/voices/article/view/2676/2833> - acesso em 10 de fev de 2025.

BARCELLOS, Lia Rejane Mendes; SANTOS, Marco Antonio Carvalho. A musicoterapia no Brasil. **Brazilian Journal of Music Therapy**, 2021. Disponível em: <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/378>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOGGAN, Catherine E.; GRZANKA, Patrick R.; BAIN, Candice. L. Perspectives on Queer musictherapy: A qualitative analysis of music therapists reaction storadically inclusive practice. **Journal Of Music Therapy**, v.54, n.4, p.375 - 404, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014**. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Diário Oficial da União, 11 nov. 2014.

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 14.842, de 11 de abril de 2024**. Dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/114842.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114842.htm). Acesso em: 17 jul. 2025.

BRUSCIA, Kenneth. **Case Studies in Music Therapy**. Phoenixville, PA: Barcelona Publishers, 1991.

COSTA, Karla Dourado da; PEREIRA, Joane Costa; SOUZA, Rafaela Batista de. O desenho curricular dos mestrados: um estudo da construção do perfil do egresso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e250091, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/download/2772/2494/10570>. Acesso em: 8 ago. 2025.

DAMAS, Maximiliano. **Educação em Movimento: Desafios e Inovações para o Século XXI**. Brasília: ABMES Editora, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ISBN 85-219-0243-3.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: Diversidade e Currículo**. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

GOOGLE. **Gemini 1.5 Pro: modelo de linguagem**. [S. l.]: Google, 2024. Disponível em: <https://www.google.com/gemini/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JUNIO RIBEIRO, Wagner; PEDROSA, Frederico Gonçalves; MAGALHÃES, Verônica Rosário. Musicoterapia, gênero e sexualidade: perspectivas acerca da população LGBTQ+ no pensar e fazer musicoterapêutico. **Brazilian Journal of Music Therapy**, [S. l.], n. 30, p. 59–80, 2023. DOI: 10.51914/brjmt.30.2021.345. Disponível em: <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/345>. Acesso em: 9 ago. 2025.

LEINIG, Clotilde Espínola. **A música e a ciência se encontram: um estudo integrado entre a música, a ciência e a musicoterapia**. Curitiba: Juruá, 2008. 625p.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DEMO, Pedro; SILVA, RENAN Antônio da. Formação, Currículo Discurso Político. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v.36, n.3, p.813-827, 2020. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2447-41932020000300813&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932020000300813&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 08 ago. 2025. <https://doi.org/10.21573/vol36n32020.102088>.

MOURÃO, Lucia C.; MARTINS, Rita. de Cássia. B.; VIEIRA, Carla Maria; ROSSIN, Elizabeth; L'ABBATE, Solange. Análise institucional e educação: reforma curricular nas universidades pública e privada. **Educação & Sociedade**, v.28, n.98, p.181–210, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000100010>.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI, Anderson. Interseccionalidade, Gênero, Sexualidade e Raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n. 1, p. 21–29, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8234/7166>. Acesso em 13 de jan. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo: culturas e imagens que podem povoá-lo. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1047>. Acesso em: 9 mai. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo, desejo e experiência. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9355>. Acesso em: 9 mai. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 587-604, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MnrBfYmbrZ4zfVqD3C5qkYp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 maio 2025.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito Contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2008, p. 67–82.

REIS, Toni. Org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf> - acesso em 12 de dez de 2024.

REIS, Toni. CAZAL, Simón. Org. **Manual de Educação LGBTI+** [livro eletrônico]. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 2). Disponível em: [https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual\\_de\\_educacao\\_gaylatino\\_2021\\_v\\_25\\_11\\_2021\\_-\\_WEB.pdf?utm](https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual_de_educacao_gaylatino_2021_v_25_11_2021_-_WEB.pdf?utm). Acesso em 12 de dez. de 2024.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando**. Curitiba: Appris, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Eucaris Joelma; OLIVEIRA, Ozerina Victor. Currículo e Identidade: (Re) Significações no Campo Curricular. **Espaço do Currículo**, v.6, n.3, p.383-395.

RUUD, Even. Music and the Quality of Life. **Nordisk Tidsskrift for Musikterapi**, v. 6, n. 2, p. 86–97, 1998. <https://doi.org/10.1080/08098139709477902>.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. 155 p.: il. (Coleção Metodologias de Pesquisa) ISBN: 978-65-87791-18-0. Disponível em [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise\\_de\\_conteudo\\_categorial\\_final.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf). Acesso em 12 de jan. de 2025.

SILVA, João Paulo Lorena; PARAÍSO, Marlucy Alves. Bagunçando as normas de gênero: crianças transviadas e a invenção de outros possíveis no currículo escolar. 13 p. **7º SBECE - Seminário de Estudos Culturais e Educação**, Canoas/RS, 12-13-14, jun., 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Histórico do curso de Musicoterapia**. 2017. Disponível em: <https://musica.mus.ufrj.br/musicoterapia/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e Socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT**. São Paulo: Autonomia, 2021.

WORLD MUSIC THERAPY FEDERATION (WMTF) [FEDERAÇÃO MUNDIAL DE MUSICOTERAPIA]. **Lastest Definition of Music Therapy by WFMT**. 2011. Disponível em: <https://www.wfmt.info/about#who-we-are>. Acesso em: 05 fev. 2025.

**REFERÊNCIAS CAPÍTULO 3 – ARTIGO 3 - "DA INDIGNAÇÃO CRÍTICA À AÇÃO INTERSECCIONAL - registros da construção de uma disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória na graduação em Musicoterapia"**

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALUEDE, Charles Onomudo. Music therapy in traditional African Societies: Origin, Basis and Application in Nigeria. **Journal of Human Ecology**, India, v. 20, n. 1, p. 31-35, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237322083\\_Music\\_Therapy\\_in\\_Traditional\\_African\\_Societies\\_Origin\\_Basis\\_and\\_Application\\_in\\_Nigeria](https://www.researchgate.net/publication/237322083_Music_Therapy_in_Traditional_African_Societies_Origin_Basis_and_Application_in_Nigeria). Acesso em: 10 jan. 2025.

ARAÚJO, Iverson Luan Ferreira; RIBEIRO, Luiz Paulo. A saúde da população negra e as políticas no século XX: é nas encruzilhadas que encontramos resistências, emancipações e mortes. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, e00080224, 2025. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2025.v41n4/e00080224/pt>. Acesso em: 23 de jun 2025.

ARNDT, Andressa Dias; MAHEIRIE, Kátia. Musicoterapia Social e Comunitária: ações coletivas em pauta. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-15, jun. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 ago. 2025.

BAIN, Candice L.; GRZANKA, Patrick R.; CROWE, Barbara J. Toward a Queer Music Therapy: The Implications of Queer Theory for Radically Inclusive Music Therapy. **The Arts in Psychotherapy**, v. 50, p. 22–33, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/297226118\\_Toward\\_a\\_Queer\\_Music\\_Therapy\\_The\\_Implications\\_of\\_Queer\\_Theory\\_for\\_Radically\\_Inclusive\\_Music\\_Therapy](https://www.researchgate.net/publication/297226118_Toward_a_Queer_Music_Therapy_The_Implications_of_Queer_Theory_for_Radically_Inclusive_Music_Therapy). Acesso em: 15 fev. 2025.

BAINES, Sue. Music therapy as an Anti-Oppressive Practice. **The Arts in Psychotherapy**, v. 40, n. 1, p. 1-5, fev. 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/235912808\\_Music\\_Therapy\\_as\\_an\\_Anti-Oppressive\\_Practice](https://www.researchgate.net/publication/235912808_Music_Therapy_as_an_Anti-Oppressive_Practice). Acesso em: 15 fev. 2025.

BAINES, Sue; PEREIRA, Jude; HATCH, Jennyfer; EDWARDS, Jane. Queering the Curriculum: Why Music Therapy and Other Creative Arts Therapy Trainings Need Queer Theory. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <https://voices.no/index.php/voices/article/view/2676/2833>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** São Paulo: Boitempo, 2024. (recurso eletrônico).

BENISTE, José. **As Águas de Oxalá - Àwon Omi Òsàlá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BENISTE, José. **Òrun-Àiyé: o encontro de dois mundos: sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOGGAN, Catherine E.; GRZANKA, Patrick R.; BAIN, Candice L. Perspectives on Queer musictherapy: A qualitative analysis of music therapists reaction storadically inclusive practice. **Journal Of Music Therapy**, v. 54, n. 4, p. 375-404, 2017.

BOURDIEU, Pierre. La violence symbolique. **Critique**, v. 19, n. 615, p. 156–162, 2007.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism\\_pnpm-versaoweb.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm). Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2014. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 1. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CARSPECKEN, Phil Francis. Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 395-424, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230051/000785099.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 de jan. 2025.

CARVALHO, Alexandra Bittencourt. **O discurso na encruzilhada**: propondo a Análise de Discurso Crítica Interseccional. 2024. 211 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2024.

COSTA, Felipe Franklin Anacleto da; MELO, Luciana Carmélio Silva Rodrigues. Transfobia Institucional: um desafio para a efetivação do direito à saúde da população trans – Dossiê Conflitos e Disputas em Torno de Gênero e Sexualidade no Brasil. **Revista de Antropologia e Arqueologia do PPGAS-UFPB**, v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 17 jan. 2025.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, art. 8, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 12 de jan. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, p. 171–188, 2002.

CURTIS, Sandra Lynn. **Singing subversion, singing soul**: Women’s voices in feminist music therapy. 1996. Dissertação (Doctoral dissertation) – Concordia University, [Canadá], 1996.

DAMAS, Maximiliano. **Educação em Movimento**: Desafios e Inovações para o Século XXI. Brasília: ABMES Editora, 2024.

DE OLIVEIRA, Marcelo de Jesus; DE CAMARGO SAMPAIO, Juliano Casimiro; SILVA, Olívia Aparecida. Entre e para além da literatura: um estudo da noção ‘escrivência’, de Conceição Evaristo. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 166–194, 2021. DOI: 10.22456/1981-4526.110421. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/110421>. Acesso em: 24 ago. 2025.

DOMINGOS, Michele Mara; CUNHA, Rosemyriam. Os Sentimentos que Mulheres Negras Expressam em Atividades Musicoterapêuticas. In: FÓRUM PARANAENSE DE MUSICOTERAPIA, 18., 2017. **Anais [...]**. [S. l.]: AMT PR, 2017. p. 79-83. Disponível em: <https://amtpr.com.br/wp-content/uploads/2021/03/2017-XVIII-Anais-Forum-Paranaense-de-Musicoterapia.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DOMINGOS, Michele Mara; CUNHA, Rosemyriam. Os Sentimentos que Mulheres Negras Expressam em Atividades Musicoterapêuticas. In: BATISTA, Fabiano Eloy Atílio (org.). **Arte: multiculturalismo e diversidade cultural 2**. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 96-108. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/355137153\\_OS\\_SENTIMENTOS\\_QUE\\_MULHER](https://www.researchgate.net/publication/355137153_OS_SENTIMENTOS_QUE_MULHER)

[ES NEGRAS EXPRESSAM EM ATIVIDADES MUSICOTERAPEUTICAS](#). Acesso em: 18 dez. 2024.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivências no centro do debate: Conceição Evaristo em partilha com Carla Fernandes. In: FESTIVAL DE MULHERES DO MUNDO. [Entrevista]. [S. l.: s. n.], 2019. (54min20s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jzy0kunZ\\_rA&t=1526s](https://www.youtube.com/watch?v=jzy0kunZ_rA&t=1526s). Acesso em: 06 set. 2024.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e os seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANSLER, Vee; REED, Rachel; BAUTISTA, Ezequiel; ARNETT, Ashley Taylor; PERKINS, Freddy; HADLEY, Susan. Playing in the borderlands: the transformative possibilities of Queering music therapy pedagogy. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <https://voices.no/index.php/voices/article/view/2679>. Acesso em: 28 de mai. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). ISBN 85-219-0243-3.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GOMES JUNIOR, João. Masculinidades colonizadas: a construção do homem negro pelo sistema colonial moderno. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 67–80, 2023. (Dossiê Escritos decoloniais: conhecimento em curso). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/46271>. Acesso em: 21 jan. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). **Indagações sobre currículo: Dversidade e Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

HADLEY, Susan. **Feminist Perspectives in Music Therapy**. Gilsum, NH: Barcelona Publishers, 2006. Disponível em: <https://academic.oup.com/mtp/article-abstract/25/2/125/1446602?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 12 dez. 2024.

JUNIO RIBEIRO, Wagner; PEDROSA, Frederico Gonçalves; ROSÁRIO MAGALHÃES, Verônica. MUSICOTERAPIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: Perspectivas Acerca da População LGBTQ+ no Pensar e Fazer Musicoterapêutico. **Brazilian Journal of Music**

**Therapy**, [S. l.], n. 30, p. 59–80, 2023. DOI:10.51914/brjmt.30.2021.345. Acesso em: 05 de jan. 2025.

LADEIA, Priscilla Soares dos Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; MELO, Elza Machado de. O silêncio da violência institucional no Brasil. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 26, supl. 8, p. 398–401, 2016.

LEAL, Maria do Carmo; NOGUEIRA da GAMA, Silvana Granado; PEREIRA, Ana Paula Esteves; PACHECO, Vanessa Eufrauzino; CARMO, Cleber Nascimento do; SANTOS, Ricardo Ventura. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 13, p. 1–17, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAHONEY, Emily Rose. Multicultural Music Therapy: an Exploration. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15845/voices.v15i2.844>. Acesso em: 03 jan. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. v. 2, p. 27-53, 2018.

MARTINS, Leda Maria. Performances da Oralitura: Corpo, Lugar da Memória. **Letras (UFSM)**, Santa Maria, n. 26, p. 63–81, jun. 2003. DOI: 10.5902/2176148511881.

MAYERHOFFER, Francisca Mariana Abreu; FERREIRA, Ana Gomes Duarte; COSTA, Gisele dos Santos. Transfluências de Saberes: Bem Viver Indígena, Música e Psicanálise. **Brazilian Journal of Music Therapy**, [S. l.], n. Especial: Promoção de Saúde na Contemporaneidade, as implicações das Diversidades Étnicas Raciais, Refugiados e de Gênero no Trabalho Musicoterapêutico União Brasileira das Associações de Musicoterapia - UBAM, p. 45–63, 1. sem. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Um fenômeno de causalidade complexa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 12-23. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807-02.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **VIOLÊNCIA SOB O OLHAR DA SAÚDE: A INFRAPOLÍTICA DA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 45–63, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7672>. Acesso em: 15 jul. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), 1980.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI, Anderson. Interseccionalidade, Gênero, Sexualidade e Raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 6, n. 1, p. 21–29, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8234/7166>. Acesso em: 13 jan. 2025.

OLIVEIRA, Iris Verena. Ebó Onto-Epistêmico: modos de aprontar escrevivências na Pesquisa em Educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 23, p. 1-27, 2025. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/69060/48068>. Acesso em: 23 ago. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo: culturas e imagens que podem povoá-lo. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1047>. Acesso em: 9 maio 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo-desejo, currículo-experimentação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 35-51, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9355>. Acesso em: 9 maio 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 587-604, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MnrBfYmbrZ4zfVqD3C5qkYp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2025.

PAZ, Kézia. A perspectiva política nas práticas clínica e sociocomunitária da musicoterapia no Brasil. **ECOS – Revista Científica de Musicoterapia y Disciplinas Afines**, [S. l.], v. 7, e024, 2022. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/140185>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PINHO, Maria Luiza Silva. **CLANDESTINAS: Musicoterapia Comunitária com Mulheres Sobreviventes de Violência Doméstica**. 2025. Monografia (Bacharelado em Música com Habilitação em Musicoterapia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

Disponível em: <https://musica.ufmg.br/musicoterapia/wp-content/uploads/sites/10/2024/09/TCC-Maria-Luiza-S-Pinho.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da; FASANELLO, Marina Tarnowski. **Saúde, Ecologias e Emancipação**: conhecimentos alternativos em tempos de crise(s). São Paulo: Hucitec, 2021.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. Preconceito Contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. In: PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana (Org.). **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 67–82.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS, Toni (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (Org.). **Manual de Educação LGBTI+**. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 2). Disponível em: [https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual\\_de\\_educacao\\_gaylatino\\_2021\\_v\\_25\\_11\\_2021\\_-\\_WEB.pdf](https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual_de_educacao_gaylatino_2021_v_25_11_2021_-_WEB.pdf). Acesso em: [inserir data de acesso atual].

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional**: o silêncio está gritando. Curitiba: Appris, 2015.

REIS, Jeniffer; PEDROSA, Frederico; ARNDT, Andressa; MARA, Michele. Atendimentos de Musicoterapia com Mulheres Negras. **Revista O Mosaico**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/mosaico/article/view/8405/6142>. Acesso em: 06 mar. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. p. 34.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, Laura de Oliveira Azevedo; MADRID, Fernanda de Matos Lima. O combate à violência institucional contra as mulheres e a desqualificação da palavra da vítima. **Centro Universitário Toledo Prudente – Ética**, Presidente Prudente, v. 17, n. 27, 2021. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/9143>. Acesso em: 14 de jan. 2025.

SILVA, Alice de Oliveira Cabral e; SANTOS, Suely Virgínia dos; PEDROSA, Frederico Gonçalves. Musicoterapia e interseccionalidades: a criação de espaços de escuta e apoio coletivo entre mulheres negras. **Brazilian Journal of Music Therapy**, [S. l.], n. 39, p. 22–44, 2025. DOI: 10.51914/brjmt.39.2025.445. Disponível em: <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/445>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SOARES, Ana Luiza et al. Violência institucional em serviços de saúde: abordagens e resistências. **Revista Brasileira de Saúde**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 45–60, 2021.

SOARES, Ana Luiza. BH: projeto oferece oficinas de musicoterapia para a comunidade LGBTQIA+. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 03 maio 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/diversidade/2024/05/6850495-bh-projeto-oferece-oficinas-de-musicoterapia-para-a-comunidade-lgbtqia-.html>. Acesso em: 10 jul. 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **História do Curso de Musicoterapia**. Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em: <https://musica.ufmg.br/musicoterapia/>. Acesso em: 11 de mai. 2025.

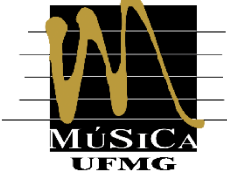
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Resolução Complementar No 01/2018, de 20 de fevereiro de 2018**. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prograd/wp-content/uploads/2024/07/ResCepeComp0118.pdf>. Acesso em: 11 de mai. 2025.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e Saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. DOI: 10.1590/S0104-129020162610.

WHITEHEAD-PLEAUX, Alison; DONNENWERTH, Andrea; ROBINSON, Briana; HARDY, Suzanne; OSWANSKI, Leana; FORINASH, Michele; HEARNS, Mary; ANDERSON, Natalie; YORK, Elizabeth. Lesbian, gay, bisexual, transgender and questioning: Best practices in music therapy. **Music Therapy Perspectives**, v. 30, p. 158–166, 2012. [https://www.researchgate.net/publication/270581997\\_Lesbian\\_Gay\\_Bisexual\\_Transgender\\_and\\_Questioning\\_Best\\_Practices\\_in\\_Music\\_Therapy](https://www.researchgate.net/publication/270581997_Lesbian_Gay_Bisexual_Transgender_and_Questioning_Best_Practices_in_Music_Therapy). Acesso em: 6 mar. 2025.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e Socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT**. São Paulo: Autonomia, 2021.

**ANEXO I – Plano de Aula – “Tópicos em Musicoterapia: Prevenção e Enfrentamento às Violências, Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia**

	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ESCOLA DE MÚSICA</b>	
<b>Disciplina: Tópicos em Musicoterapia – Prevenção e enfrentamento às violências, promoção da saúde e práticas emancipatórias em musicoterapia</b>		
<b>Código: MUS410</b>		
<b>Carga horária: 30</b>	<b>Nº de créditos: 2</b>	
<b>Pré-requisito:</b>		
<p><b>Ementa:</b> Fundamentação teórica e discussão acerca das 1) Interseccionalidades; 2) Violências; 3) Teorias Decoloniais e Emancipatórias e 4) Práticas Emancipatórias em Musicoterapia - com ênfase em estudos de práticas de promoção da saúde, prevenção e enfrentamento às violências a partir de uma perspectiva anti-opressiva em musicoterapia.</p>		
<b>Conteúdo Programático:</b>		
<p>Aula / Assunto / Bibliografia</p> <p><b>1 - Introdução ao Conceito de Interseccionalidade</b> - AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)</p> <p>BARROS, Douglas. O que é identitarismo? [recurso eletrônico] / Douglas Barros. - 1. ed. - São Paulo:Boitempo, 2024. / CRENSHAW, Kimberle. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Available at: <a href="http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8">http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8</a>. /CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, n. 10, p. 171–188, 2002.</p> <p><b>2 - Desenvolvimento do Conceito de Interseccionalidade</b> - OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI, Anderson. Interseccionalidade, Gênero, Sexualidade e Raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. Revista Diversidade e Educação, v. 6, n. 1, jan.–jun., p. 21–29, 2018. Disponível em: <a href="https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8234/7166">https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8234/7166</a>; COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019. / COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. / FOUCAULT,</p>		

Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. / BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. / WOLF, Sherry. Sexualidade e Socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT. São Paulo: Autonomia, 2021.

**3 - Conceito de Violência** - MISSE, Michel. Violência e teoria social. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol.9, n.1, 2016. pp. 45-63. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7672/6183>

**4 - As Múltiplas Faces da Violência: racismos, violências de gênero e LGBTQIA+fobia**, NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016;

COSTA, Felipe Franklin Anacleto da; MELO, Luciana Carmélio Silva Rodrigues. Transfobia Institucional: um desafio para a efetivação do direito à saúde da população trans – Dossiê Conflitos e Disputas em Torno de Gênero e Sexualidade no Brasil. v. 5, n. 1, 2024: Qualquer um pode falar qualquer coisa? Conflitos e disputas em torno dos conceitos de gênero e sexualidade no Brasil. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/69177/38980>;

LEAL, Maria do Carmo; NOGUEIRA da GAMA, Silvana Granado; PEREIRA, Ana Paula Esteves; PACHECO, Vanessa Eufrauzino; CARMO, Cleber Nascimento do; SANTOS, Ricardo Ventura. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, n. 13, p. 1–17, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?format=pdf&lang=pt>;

GOMES JUNIOR, João. Masculinidades colonizadas: a construção do homem negro pelo sistema colonial moderno. Dossiê Escritos decoloniais: conhecimento em curso. Enfoques, v. 19, n. 1, p. 67–80, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/46271>;

**5 - As Múltiplas Faces da Violência: Violência Institucional e Práticas de Extermínio**

LADEIA PSS, MOURÃO TT, MELO EM. O silêncio da violência institucional no Brasil. Rev Med Minas Gerais 2016; 26 (Supl 8): S398-S401. Disponível em: <file:///C:/Users/FacMed/Downloads/v26s8a75.pdf>;

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018; SOARES PSG, OLIVEIRA TB, PEREIRA MCB. A violência institucional e o mito da democracia racial de um ponto de vista jurídico. CONFLUÊNCIAS, V.23, N.3, 2021 pp. 140-160. Disponível em: <file:///C:/Users/FacMed/Downloads/42201-Texto%20do%20Artigo-181586-1-10-20211130.pdf> / FERREIRA, Iverson n Luan Ferreira Araújo; RIBEIRO, Luiz Paulo. A saúde da população negra e as políticas no século XX: é nas encruzilhadas que encontramos resistências, emancipações e mortes. Cad. Saúde Pública 2025; 41(4):e00080224. Disponível em:

<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2025.v41n4/e00080224/pt>

**6 - Violência em Práticas de Saúde** MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e Saúde.: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. Rio de Janeiro (Coleção Temas em Saúde). Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>;

SILVA LOA, MADRID FML, O Combate à violência institucional contra mulheres e a desqualificação da palavra vítima. Disponível em: <file:///C:/Users/FacMed/Downloads/9143-67657428-1-PB.pdf>

WERNECK J. Racismo Institucional e Saúde da população negra. Saúde Soc. 25(3), 535-549. <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>

## 7 - Avaliação 1 - Interseccionalidades e Processos de Violências

### 8 - Teorias Decoloniais e Emancipatórias

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, v. 2, p. 27-53, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), 1980.

RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; justificando, 2017. p. 34.

RIBEIRO, Djamilá. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

### 9 - Escrivências e Oralituras: Visões Decoloniais dos processos de ensino-aprendizagem e práticas musicoterapêuticas - Evaristo, Conceição - FESTIVAL DE MULHERES DO MUNDO.

A Escrivências no centro do debate: Conceição Evaristo em partilha com Carla Fernandes. 2019. (54m20s). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=jzy0kunZ\\_rA&t=1526s](https://www.youtube.com/watch?v=jzy0kunZ_rA&t=1526s)>;

MARTINS, Leda Maria. Performances da Oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras* (Santa Maria), Santa Maria, v, 25, p. 55-71, 2003;

GOMES Nilma Lino. *O movimento Negro Educador*. Petrópolis: Editora Vozes; 2017.

ALUEDE, Charles Onomudo. (2006). Music therapy in traditional African Societies: Origin, Basis and Application in Nigeria. *Journal of Human Ecology*. India 20(1), 31-35. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237322083\\_Music\\_Therapy\\_in\\_Traditional\\_African\\_Societies\\_Origin\\_Basis\\_and\\_Application\\_in\\_Nigeria](https://www.researchgate.net/publication/237322083_Music_Therapy_in_Traditional_African_Societies_Origin_Basis_and_Application_in_Nigeria);

BAINES, Sue; PEREIRA, Jude; HATCH, Jennyfer; EDWARDS, Jane. Queering the Curriculum: Why Music Therapy and Other Creative Arts Therapy Trainings Need Queer Theory. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <https://voices.no/index.php/voices/article/view/2676/2833>;

### 10 - Promoção da Saúde e Prevenção da Violência - Políticas de Reparação e Práticas de Vida:

ARAÚJO, Iverson Luan Ferreira; RIBEIRO, Luiz Paulo. A saúde da população negra e as políticas no século XX: é nas encruzilhadas que encontramos resistências, emancipações e mortes. *Cad. Saúde Pública* 2025; 41(4):e00080224. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2025.v41n4/e00080224/pt>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_indigena.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf)>;

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism\\_pnpm-versaoweb.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf);

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf);

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf);

**11 - Práticas Emancipatórias em Saúde / Avaliação 2** - Apresentação do Trabalho sobre Visões Decoloniais em Musicoterapia - PAZ, Kézia. A perspectiva política nas práticas clínica e sociocomunitária da musicoterapia no Brasil. ECOS – Revista Científica de Musicoterapia y Disciplinas Afines, v. 7, e024, 2022. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/140185>;

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da; FASANELLO, Marina Tarnowski. Saúde, Ecologias e Emancipação: conhecimentos alternativos em tempos de crise(s). São Paulo: Hucitec, 2021

**12 - Práticas Emancipatórias em Musicoterapia: Musicoterapia Anti-Opressiva, Musicoterapia Feminista, Musicoterapia Queer e Musicoterapia Multicultural** - MAHONEY, Emily Rose. Multicultural Music Therapy: an Exploration. Voices: A World Forum for Music Therapy, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15845/voices.v15i2.844>; CURTIS, Sandra Lynn. Singing subversion, singing soul: Women's voices in feminist music therapy (Doctoral dissertation, Concordia University), 1996; HADLEY, Susan. Feminist Perspectives in Music Therapy. Gilsum, NH: Barcelona Publishers, 2006. Disponível em: <https://academic.oup.com/mtp/article-abstract/25/2/125/1446602?redirectedFrom=fulltext>; BAIN, Candice L.; GRZANKA, Patrick R.; CROWE, Barbara J. Toward a Queer Music Therapy: The Implications of Queer Theory for Radically Inclusive Music Therapy. The Arts in Psychotherapy, v. 50, 2016, p. 22–33. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/297226118\\_Toward\\_a\\_Queer\\_Music\\_Therapy\\_The\\_Implications\\_of\\_Queer\\_Theory\\_for\\_Radically\\_Inclusive\\_Music\\_Therapy](https://www.researchgate.net/publication/297226118_Toward_a_Queer_Music_Therapy_The_Implications_of_Queer_Theory_for_Radically_Inclusive_Music_Therapy);

**13 - Musicoterapia e Atravessamentos Étnicos-Raciais - Musicoterapreps e Ambulatório Transcultural** - <https://www.musicoterapreps.com.br/biblioteca>;

Mayerhoffer, F.M.A., Ferreira, A.G.D., Costa, G.S. Transfluências de Saberes: Bem Viver Indígena, Música e Psicanálise. Especial: Promoção de Saúde na Contemporaneidade, as implicações das Diversidades Étnicas Raciais, Refugiados e de Gênero no Trabalho Musicoterapêutico União Brasileira das Associações de Musicoterapia - UBAM. BRJMT-Brazilian Journal of Music Therapy, página (45 – 63). 1º semestre. 2025

**14 - Musicoterapia, Gênero e Sexualidade:** Di-Versxs - musicovivências queers e Casa de Marias, Casa Tina Martins - RIBEIRO, Wagner Junio; PEDROSA, Frederico Gonçalves; MAGALHÃES, Verônica Rosário. BRJMT – Brazilian Journal of Music Therapy, p. 59–80, 1º semestre, 2021. União Brasileira das Associações de Musicoterapia – UBAM. Disponível em: <https://www.musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/345/368>;

REIS, Jeniffer; PEDROSA, Frederico; ARNDT, Andressa; MARA, Michele. Atendimentos de Musicoterapia com Mulheres Negras. Revista O Mosaico, vol. 18, no. 1, Número 26, jan.–jun. 2024. Curitiba. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/mosaico/article/view/8405/6142>;

PINHO, Maria. Luiza. Silva. CLANDESTINAS: Musicoterapia Comunitária com Mulheres Sobreviventes de Violência Doméstica. Monografia (Bacharelado em Música com Habilitação em

Musicoterapia) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2025. Disponível em: <https://musica.ufmg.br/musicoterapia/wp-content/uploads/sites/10/2024/09/TCC-Maria-Luiza-S-Pinho.pdf>; Whitehead-Pleaux A, Donnenwerth A, Robinson B, Hardy S, Oswanski L, Forinash M, Hearn M, Anderson N, York E, (2012). Lesbian, gay, bisexual, transgender and questioning: Best practices in music therapy. *Music Therapy Perspectives*, 30, 158–166

**15 - Avaliação 3** - Apresentação Trabalho Final

### **Metodologia:**

**Metodologia de ensino:** Aulas expositivas; vídeos, podcast e leituras de material programado.

**Procedimentos de avaliação:** Os estudantes serão avaliados, individual e coletivamente.

Avaliação 1: Interseccionalidades e Processos de Violências (Dinâmica em Grupo) = 25 pontos

Avaliação 2: Visões Decoloniais em Musicoterapia (Redação) = 25 pontos

Avaliação 3: Práticas Emancipatórias em Musicoterapia (Seminário) = 35 pontos

Avaliação 4: Participação (presença nas aulas e participação nos fóruns de debates) = 15

### **Bibliografia:**

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

WOLF, Sherry. Sexualidade e Socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT. São Paulo: Autonomia, 2021.

### **Bibliografia complementar:**

JUNIO RIBEIRO, Wagner; PEDROSA, Frederico Gonçalves; MAGALHÃES, Verônica Rosário. BRJMT – Brazilian Journal of Music Therapy, p. 59–80, 1º semestre, 2021. União Brasileira das Associações de Musicoterapia – UBAM. Disponível em:

<https://www.musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/345/3>

REIS, Jeniffer; PEDROSA, Frederico; ARNDT, Andressa; MARA, Michele. Atendimentos de Musicoterapia com Mulheres Negras. *Revista O Mosaico*, vol. 18, no. 1, Número 26, jan.–jun. 2024. Curitiba. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/mosaico/article/view/8405/6142>

WHITEHEAD-PLEAUX, Annette; DONNENWERTH, Amy; ROBINSON, Beth; HARDY, Spencer; OSWANSKI, Leah; FORINASH, Michele; HEARNNS, Maureen; ANDERSON, Natasha; YORK, Elizabeth. Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Questioning: Best Practices in Music Therapy. *Music Therapy Perspectives*, v. 30, 2012, p. 158–166. Disponível em:

<https://11nq.com/vVysH>

MAHONEY, Emily Rose. Multicultural Music Therapy: an Exploration. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15845/voices.v15i2.844>

GOMES JUNIOR, João. Masculinidades colonizadas: a construção do homem negro pelo sistema colonial moderno. Dossiê Escritos decoloniais: conhecimento em curso. *Enfoques*, v. 19, n. 1, p. 67–80, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/46271>